2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

Câmara Municipal de Portalegre

Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 28
7300-186 Portalegre
Telf: 245 307 400 Fax: 245 307 470
Correio Electrónico: município@cm-portalegre.pt

Índice

1. Introdução 5

1.1. Objetivo e Enquadramento Geral 5

2. Estrutura / Metodologia 6

3. Recursos Humanos 7

3.1. Emprego 7

3.1.1. Emprego / efetivos globais 7

3.1.2. Modalidades da relação Jurídica de Emprego 9

3.1.3. Grupo de Pessoal / Estrutura Etária 10

3.1.4. Antiguidade na Função Pública por Carreira e Género 12

3.1.5. Habilitações Académicas / Género / carreira / categoria 13

3.2. Relações de Trabalho 13

3.2.1. Processos Disciplinares 13

3.2.2. Sindicatos/comissões de trabalhadores 14

3.3. Comportamento Organizacional 14

3.3.1. Absentismo 14

4. Formação Profissional 15

5. Segurança e Higiene no Trabalho 16

5.1. Vigilância da Saúde e acidentes de trabalho 17

6. Análise da Execução Orçamental 18

6.1. Execução Global do Orçamento 18

6.1.1. Execução 18

6.1.2. Orçamento Inicial versus Final e Executado 19

6.1.3. Alterações e Revisões ao Orçamento 19

6.1.4. Resumo da Execução Orçamental 21

6.1.5. Evolução da Execução Orçamental 23
6.1.6. Evolução da Execução da Receita 24
6.1.7. Evolução da Execução da Despesa 25
6.1.8. Relação Entre Despesa e Receita 26
6.1.9. Equilíbrio Orçamental 27
6.1.10. Movimentos de Tesouraria 29
6.1.10.1. Fluxos de Caixa 29
6.1.11. Contas de Ordem 30
6.2 Receita 31
6.2.1. Execução Orçamental da Receita 31
6.2.2. Estrutura e Evolução da Receita 33
6.2.3. Análise das Receitas Correntes 37
6.2.3.1. Impostos Diretos 38
6.2.3.2. Impostos Indiretos 39
6.2.3.3. Taxas, Multas e Outras Penalidades 40
6.2.3.4. Rendimentos de Propriedade 41
6.2.3.5. Transferências Correntes 41
6.2.3.6. Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes 43
6.2.3.7. Análise das Receitas de Capital 45
6.2.3.8. Vendas de Bens de Investimento 45
6.2.3.9. Transferências de Capital 46
6.3. Despesa 47
6.3.1. Execução Orçamental da Despesa 47
6.3.2. Estrutura e Evolução 49
6.3.2.1. Estrutura da Despesa Global 49

6.3.2.2. Evolução da Despesa Global 50
6.3.2.3. Desagregação da Despesa Global 51
6.3.2.4. Análise das Despesas Correntes 52
6.3.2.5. Despesas com Pessoal 53
6.3.2.6. Aquisição de Bens e Serviços Correntes 56
6.3.2.8. Aquisição de Serviços 58
6.3.2.9. Transferências Correntes e Subsídios 60
6.3.2.10. Outras Despesas Correntes 62
6.3.2.11. Análise das Despesas de Capital 62
6.3.2.12. Transferências de Capital 65
6.3.2.13. Passivos Financeiros 65
6.3.3. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano 66
6.4. Indicadores para Análise da Contabilidade Orçamental 70
7. Análise da dívida do Município 71
7.1. Dívida Total 71
7.1.1. Dívida de Médio e Longo Prazo 73
8. Endividamento 74
8.1. Conceito de dívida total de Operações Orçamentais 74
8.2. Entidades que relevam para o Conceito de Dívida Total 74
8.3. Conceito de controlo ou presunção de controlo por parte do Município 75
8.4. Limite da Dívida total municipal para o ano de 2016 76
8.5. Apuramento da dívida total de operações orçamentais da Autarquia para o ano de 2015 77
8.6 Identificação das Entidades Relevantes para efeitos do cálculo da dívida total municipal para o ano de 2016 e apuramento da sua contribuição 78
9. Análise Patrimonial 80

9.1. Evolução da Situação económica e financeira 80
9.1.1. Análise do Balanço 80
9.1.2. Estrutura do Ativo 81
9.1.2.1. Imobilizado 81
9.1.2.3. Acréscimos e Diferimentos 83
9.1.3. Estrutura do Capital Próprio 83
9.2. Análise da Demonstração de Resultados 85
9.2.1. Estrutura dos Resultados 87
9.2.2 Estrutura dos Custos e Perdas 87
9.2.3. Estrutura dos Proveitos e Ganhos 88
9.2.4. Resultados Operacionais - Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais 88
9.2.4.1 Custos e Perdas Operacionais 88
9.2.5. Resultados Extraordinários – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários 89

1. Introdução

1.1. Objetivo e Enquadramento Geral

O presente relatório de gestão, referente ao exercício de 2016 compõe a prestação de contas do Município de Portalegre. Os princípios contabilísticos subjacentes à elaboração da prestação de contas anual são os previstos no POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações vigentes, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade de revisores oficiais de contas Mariquito, Correia & Associados.

Ao longo deste documento será apresentada uma análise da situação financeira do Município de Portalegre a 31 de dezembro de 2016, centrada nas áreas orçamental, patrimonial e de resultados.

2. Estrutura / Metodologia

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro. A organização e documentação das contas seguem as instruções da Resolução n.º 4/2001 – 2ª. Secção do Tribunal de Contas de 12 de Julho de 2001, alterada pela Resolução no 6/2013 do Tribunal de Contas, de 21 novembro, que obriga a remeter informação adicional sobre as entidades participadas, decorrentes da aplicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

O relato financeiro que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Portalegre em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o Relatório de Gestão trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes, com particular enfase:

- Na análise da execução orçamental das receitas e despesas, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano, especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;

- Do endividamento da autarquia;

- Análise da demonstração de resultados e balanço identificando os resultados operados no exercício;

- Apresentação e análise de alguns indicadores financeiros.

3. Recursos Humanos

3.1. Emprego

O Balanço Social da Câmara Municipal de Portalegre foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, que consagrou a obrigatoriedade de elaboração deste instrumento de planeamento e gestão na área de recursos humanos, para os serviços e organismos da administração local, que no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço, qualquer que seja a respetiva relação jurídica de emprego, devendo ser elaborado anualmente, o seu balanço social com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

Tem como objetivo fornecer um conjunto de informações essenciais sobre a situação social da organização e dos recursos humanos.

A estrutura e a numeração dos quadros do balanço social foram dispostas conforme indicação da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), para efeitos de inclusão e reporte através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

A representatividade da amostra avalia-se pelos relatórios recebidos e pelos valores apurados e reportados a 31 de Dezembro de 2016, com base no Balanço Social de 2016.

3.1.1. Emprego / efetivos globais

No final do ano de 2016, a Câmara Municipal de Portalegre, tinha ao serviço um total de 311 trabalhadores. Em comparação com o ano anterior verifica-se um decréscimo de 2 trabalhadores.

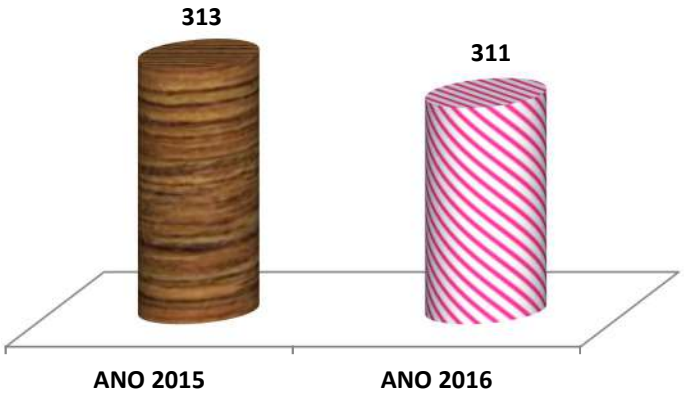


Gráfico 1 – Diferença do número de trabalhadores 2015/2016

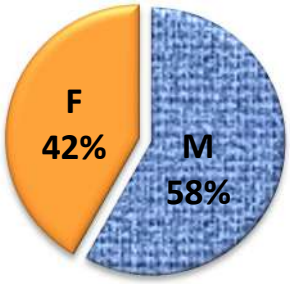


Gráfico 2 - Taxa de distribuição de trabalhadores/género

Quanto à distribuição dos trabalhadores por género, verifica-se que a amostra relativamente ao universo representa em média, cerca de 58% de trabalhadores do sexo masculino e 42% do sexo feminino.

Gráfico 3 – Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria e género

Dos trabalhadores que constituem o universo, a carreira/categoria de assistente operacional é a que regista um número mais elevado no género masculino, bem como nos cargos de dirigente intermédio e outros. Na carreira de Assistente Técnico e Técnico superior registam-se valores mais elevados no género feminino. Na carreira de informática verifica-se que o género masculino é o predominante. Convém referir que na Câmara Municipal, os cargos/carreiras/categorias, Policia Municipal, Bombeiros e Dirigentes Superiores, tem valor 0, o que corresponde na realidade à inexistência de trabalhadores.

3.1.2. Modalidades da relação Jurídica de Emprego

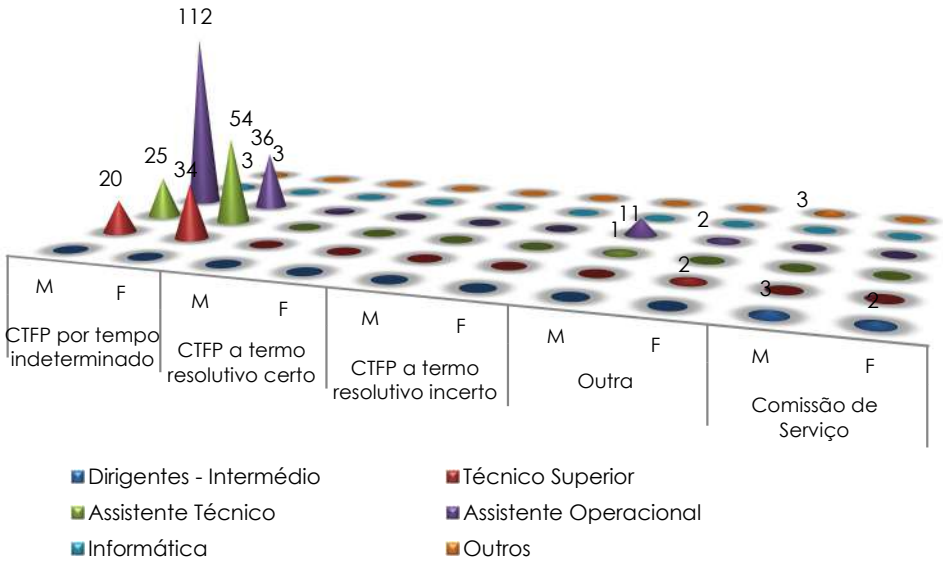


Gráfico 4 – Número de trabalhadores por modalidade da relação jurídica por carreira/categoria e género

Do universo de trabalhadores que se encontram em Comissão de Serviço como Dirigentes Intermédios observa-se que pertencem todos à carreira de Técnico Superior (4 Dirigentes Intermédios de 2ª. grau, 1 dirigente intermédio de 3º. Grau e 1 Comandante Operacional Municipal). No caso do Chefe de Gabinete de Apoio do Presidente e do Secretário da Vereação, os mesmos não pertencem ao mapa de pessoal do Município.

Do total de trabalhadores verificou-se que o número de contratos por tempo indeterminado diminuiu em comparação com os dados do Balanço Social de 2015.

Em relação ao ano anterior verificamos uma diminuição pouco significativa de trabalhadores, este facto deveu-se às seguintes situações: mobilidade interna entre órgãos, uma vez que 3 trabalhadores dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Portalegre, Assistentes Operacionais, começaram a exercer funções na Câmara Municipal a 1/05/2016 e a mobilidade de 1 Técnica Superior da Câmara Municipal de Palmela para a Câmara Municipal de Portalegre; a mobilidade interna intercarreiras de 7 trabalhadores Assistentes Técnicos, 1 Coordenador Técnico, 1 Fiscal Municipal e 1 Encarregado Operacional, para a carreira Técnico Superior; 4 trabalhadores Assistentes

operacionais que saíram por motivo de aposentação e 1 Assistente Operacional por motivo de falecimento.

No ano de 2016 foram contemplados no Balanço Social, 6 trabalhadores Assistentes operacionais do programa ENCLAVE.

Com as restrições que a Lei do Orçamento de Estado /2016 impôs à Administração Local não foi admitido, através de procedimento concursal, nenhum trabalhador sem vínculo de emprego público, no entanto procedemos à abertura de procedimento concursal para 1 Assistente Técnico que se encontrava na situação de cedência de interesse público.

Para satisfação das necessidades do Município procedeu-se à mobilidade interna de vários trabalhadores.

3.1.3. Grupo de Pessoal / Estrutura Etária

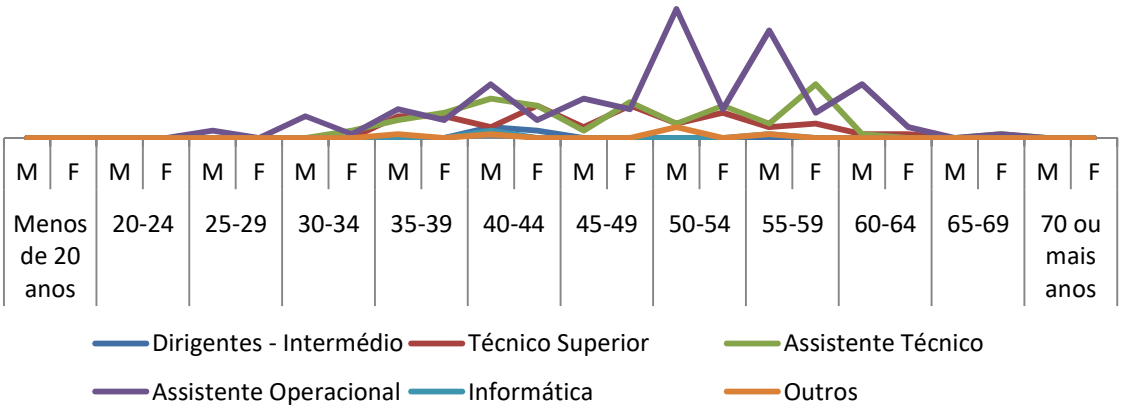


Gráfico 5 – Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria, estrutura etária e género

Quanto à estrutura etária verifica-se que em 2016, o nível etário mais representativo situava-se entre os 40 e os 49 anos, concentrando 30% dos trabalhadores, seguido do escalão etário entre os 50 e os 59 anos, que atinge 46% dos trabalhadores. O escalão etário que regista o menor número de trabalhadores é o dos 25 aos 29 e dos 65 – 69 anos com 2 trabalhadores, cada.

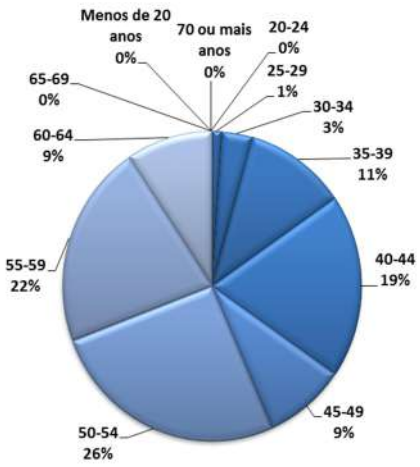


Gráfico 6 – Género Masculino

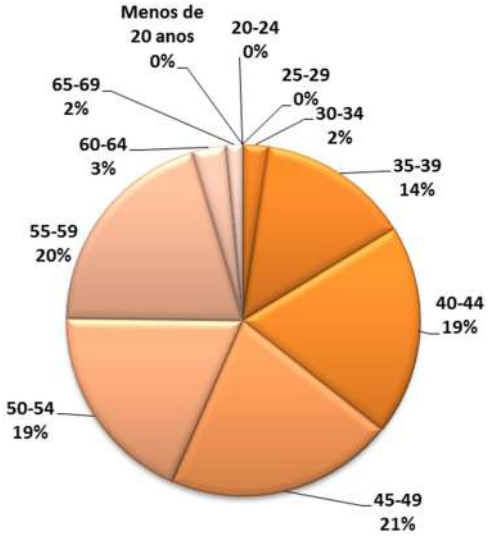


Gráfico 7 – Género Feminino

Relativamente à distribuição de trabalhadores por escalão etário e género, verifica-se no género feminino existência de vários escalões representativos: dos 40 aos 44 anos (19%); dos 45 aos 49 anos (21%); dos 50 aos 54 anos (19%); dos 55 aos 59 anos (20%), enquanto no género masculino, os escalões representativos são: dos 40 aos 44 anos (19%); dos 50 aos 54 anos (26%); dos 55 aos 59 anos (22%). No total de trabalhadores, o género masculino (59%), predomina em relação ao género feminino (41 %).

Constata-se que os Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais apresentam os níveis etários mais elevados, em relação às outras categorias/carreiras.

	M	F
Dirigentes - Intermédio	3	2
Técnico Superior	20	36
Assistente Técnico	27	53
Assistente Operacional	123	38
Informática	3	0
Outros	6	0

Gráfico 8 – Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria, estrutura etária e género

3.1.4. Antiguidade na Função Pública por Carreira e Género

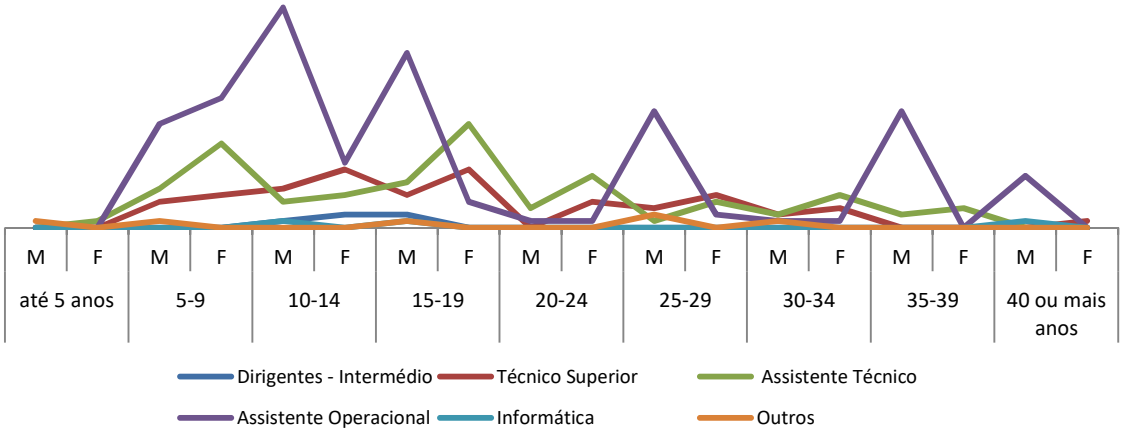


Gráfico 9 – Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria, antiguidade e género

Regista-se que uma grande percentagem dos trabalhadores desempenha funções no Município de Portalegre com antiguidade entre os 10 e os 19 anos, pertencendo à carreira de assistente operacional. No entanto, verifica-se que no universo da amostra essa percentagem é sempre ligeiramente mais elevada quanto às outras carreiras/categorias e antiguidade. Destaque ainda para a carreira/categoria de Assistente Técnico que apresenta valores mais elevados entre os 15 e 19 anos.

Nos resultados da amostra são os trabalhadores do género masculino que desempenham funções há mais tempo no Município de Portalegre. Nos primeiros anos, de início de funções (até 9 anos), o género feminino tem valores mais elevados, no entanto diminui ao longo dos anos.

3.1.5. Habilitações Académicas / Género / carreira / categoria

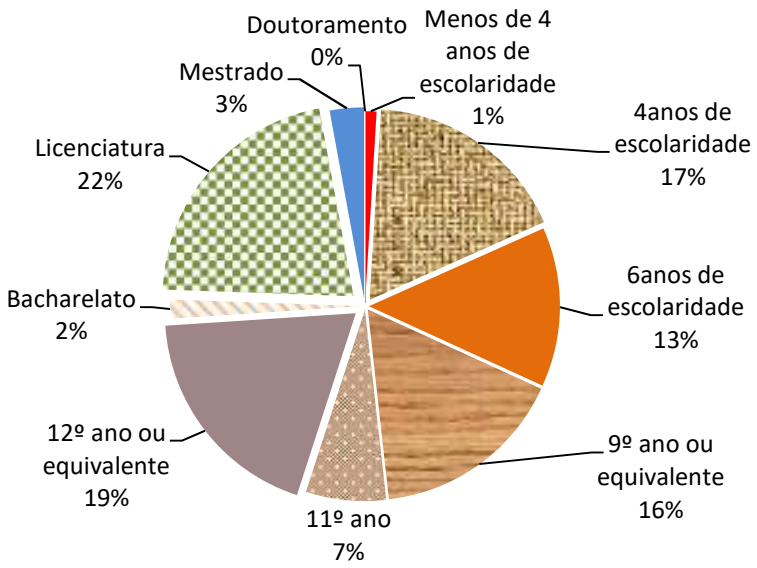


Gráfico 10 – Taxa de trabalhadores quanto às habilitações académicas

O nível de instrução mais baixo é dos trabalhadores que não possuem o 4.º ano com a percentagem de 1% no total, sendo a licenciatura o predominante, registando 22%. Verifica-se também que 42 trabalhadores possuem o 6.º ano (13%). No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade, 51 trabalhadores têm o 9º ano (16%), 21 trabalhadores têm o 11º ano (7%), 59 trabalhadores têm o 12º ano (19%), 5 trabalhadores têm o Bacharelato (2%) e 67 trabalhadores têm a Licenciatura (22%). Há neste momento na CMP 9 trabalhadores com Mestrado (3%).

3.2. Relações de Trabalho

3.2.1. Processos Disciplinares

Gráfico 11 – Número de processos disciplinares

Durante o ano de 2016, foram arquivados 3 processos disciplinares, um deles foi-lhe aplicada a pena de multa e a outro a pena de repreensão escrita.

Os processos disciplinares foram instaurados a 3 trabalhadores pertencentes à Carreira de Assistente Operacional.

3.2.2. Sindicatos/comissões de trabalhadores

Do universo de trabalhadores deste Município, verificam-se 109 inscritos em diversas Associações Sindicais. No Município de Portalegre, não foram constituídas comissões de trabalhadores.

3.3. Comportamento Organizacional

3.3.1. Absentismo

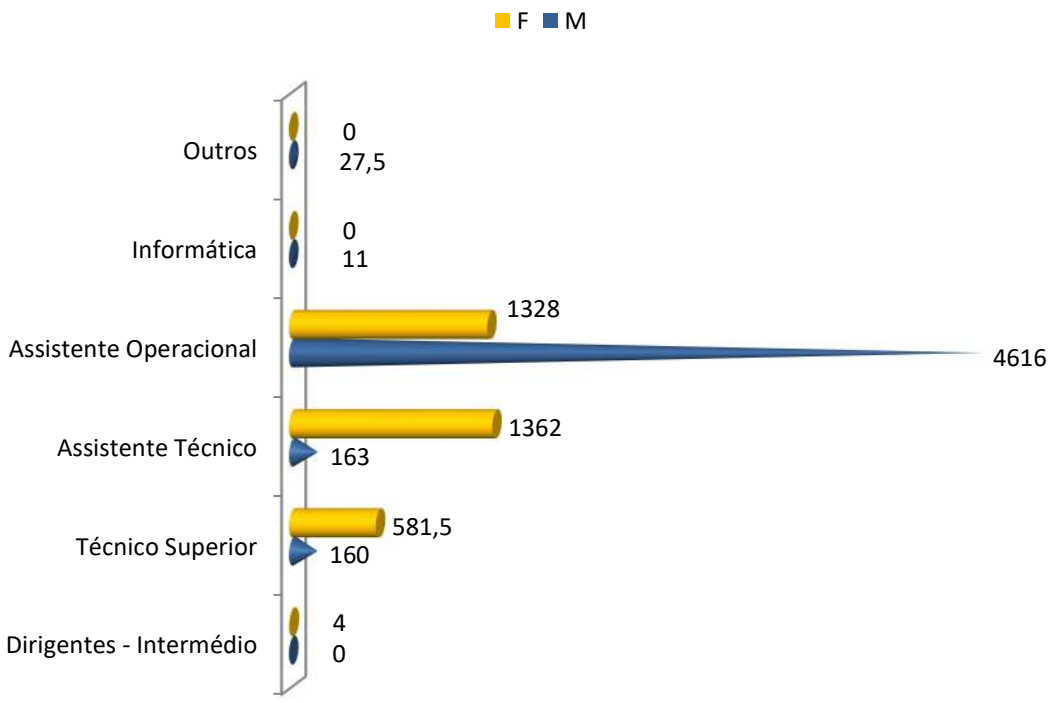


Gráfico 12 – Absentismo/carreira/categoria/género

O nível de absentismo tem maior incidência no género feminino, no entanto na carreira de assistente operacional, o género masculino apresenta o valor mais elevado.

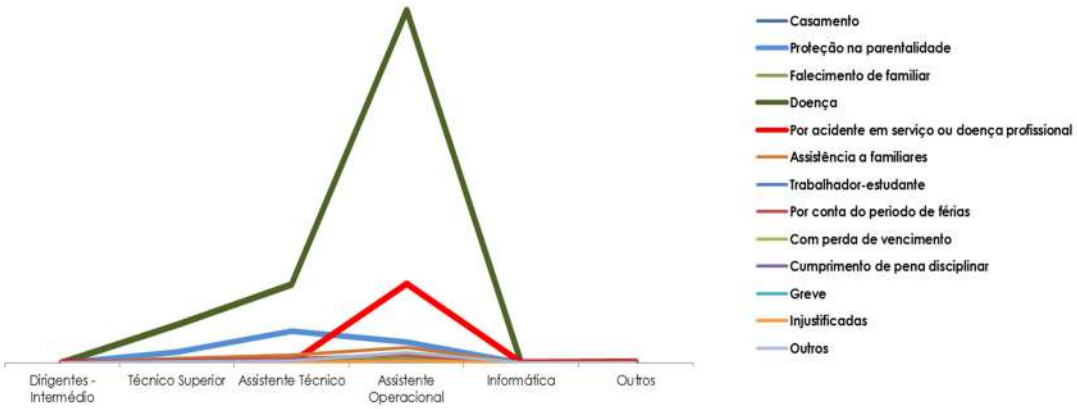


Gráfico 13 – Número de trabalhadores ausentes/motivo da ausência

A análise dos fatores que deram origem ao absentismo constitui um indicador expressivo sobre a situação social da Organização. A doença é a principal causa e a segunda são os acidentes em serviço.

As maiores causas de absentismo mantêm o perfil de anos anteriores.

4. Formação Profissional

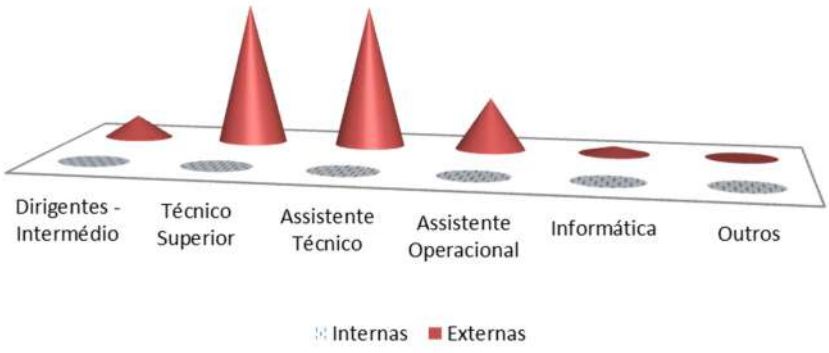


Gráfico 14 – Número de trabalhadores e ações de formação

Em 2016, foram promovidas, 22 ações de formação externas, envolvendo 49 funcionários, traduzindo-se num decréscimo face a 2015, do número de formandos e de horas assistidas.

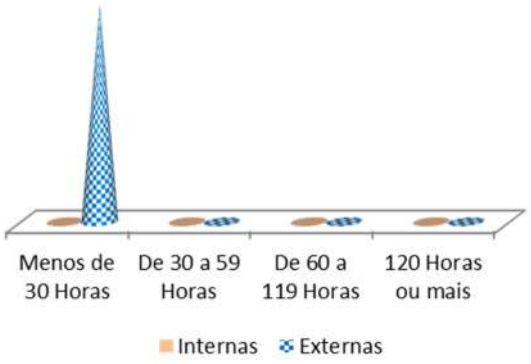


Gráfico 15 – Número de trabalhadores ausentes por motivo de formação

5. Segurança e Higiene no Trabalho

A 9 Janeiro de 2013 foi publicado em Diário da Republica a nova estrutura orgânica da Câmara Municipal de Portalegre, que prevê o dever de se assegurar o cumprimento da legislação, regulamentos e normas em vigor relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho, integrados no Serviço de Recursos Humanos, pertencente à Divisão de Administração Geral e Finanças.

Em 2016, de acordo com o diagnóstico efetuado sobre os EPI - Equipamentos de Proteção Individual, aos colaboradores das oficinas municipais, fez-se aquisição deste tipo de equipamentos no valor de 4.480,77€ (IVA Incluído), de forma a criar condições de segurança individuais para os citados colaboradores, que representam a população com maior exposição ao perigo, por inerência das suas funções operacionais, dentro do universo dos trabalhadores da CMP.

Realizou-se no mesmo período, 1 ação de formação de segurança e higiene no trabalho, tendo abrangido um total de 14 colaboradores, com tarefas operacionais.

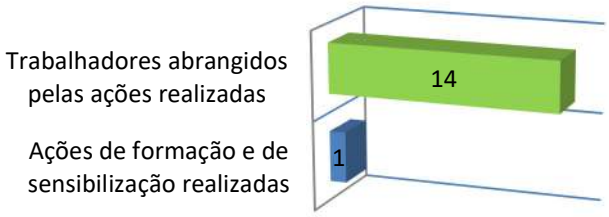


Gráfico 16 – Número de trabalhadores e ações formação de Segurança e Higiene no trabalho

5.1. Vigilância da Saúde e acidentes de trabalho

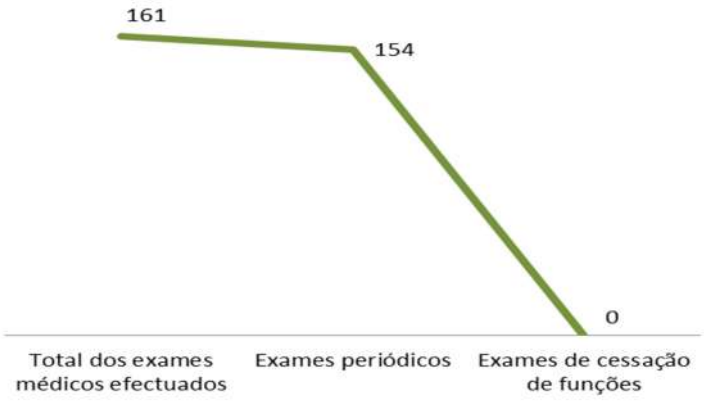


Gráfico 17 – Número total de exames médicos/exames periódicos

No decorrer do ano de 2016, foram efetuados 161 exames médicos, representando uma despesa direta de 5.280,66€ (isento IVA).

O médico da medicina do trabalho não identificou nenhuma doença profissional no decurso do citado ano civil.

Foram realizadas 3 visitas aos postos de trabalho, mas não foram realizadas outras reuniões.

6. Análise da Execução Orçamental

6.1. Execução Global do Orçamento

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para, por último, desenvolver uma análise individual das componentes da Receita e Despesa Municipal.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita através da análise da execução dos documentos previsionais "Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016".

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das ações necessárias para a arrecadação de receitas previstas e realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

6.1.1. Execução

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Portalegre, no ano económico de 2016. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no D.L. 26/2002 de 14 de Fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista e os pagamentos efetuados.

6.1.2. Orçamento Inicial versus Final e Executado

O Orçamento Municipal para o exercício de 2016 foi aprovado em 27/06/2016 na sessão do órgão Executivo Municipal e 30/06/2016 do órgão deliberativo, o qual totalizava 20.819.806,00€ em receita e despesa.

A análise da variação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização dos projetos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político.

Convém referir que em 1/01/2016 entrou em vigor o orçamento corrigido de 2015, pelo facto da não aprovação, em sede de órgão deliberativo, da proposta apresentada pelo Executivo.

6.1.3. Alterações e Revisões ao Orçamento

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são, por regra realizadas, modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações.

Dessa previsão e dotação inicial, e nos termos do ponto 8.3.1. do POCAL, procederam-se a um conjunto de modificações orçamentais que se traduziram em 8, que permitiram que o volume global do orçamento avançasse para os 20.878.131,00€, o que corresponde a um acréscimo de 0,28 p.p. ou em termos absolutos a um aumento de 58.325,00€.

Este aumento do valor global do Orçamento deveu-se à alteração ao orçamento da receita nº. 10 com reforço da rubrica Estado-Participação Comunitária projetos co-financiados, fruto de homologação de uma candidatura legalmente consignada "Alentejo 2020/PORA – PAICD – Recuperação de 2 edifícios no Núcleo Histórico de Portalegre / Rua 5 de Outubro nº. s 88 a 90 e Rua da Misericórdia nº. 21", não obrigando a uma revisão ao orçamento conforme definido no ponto 8.3.1.3 do POCAL.

O Orçamento 2016 e as GOP's 2016-2019 aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 27 de Junho de 2016 e 30 de Junho, respetivamente, sofreram, então, 8 modificações, que foram concretizadas da seguinte forma:

- 1 revisão e 1 alteração ao Orçamento da receita;

- 7 alterações ao Orçamento da Despesa;

- 6 alterações ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI);

- 5 alterações ao Plano de Atividades Mais Relevantes (AMR);

Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos, onde se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2016, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então efetivadas.

Quadro nº. 1 - Alterações e Revisões Orçamentais 2016 (unidade monetária: Euros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas correntes	**15.412.633,00**	**74,03%**	**57.237,00**	**437.484,00**	**15.032.386,00**	**72,00%**	**-380.247,00**	**-2,47%**
Despesas com pessoal	5.987.445,00	28,76%	25.450,00	11.901,00	6.000.994,00	28,74%	13.549,00	0,23%
Aquisição Bens/Serv. correntes	8.387.181,00	40,28%	15.948,00	382.632,00	8.020.497,00	38,42%	-366.684,00	-4,37%
Juros e Outros encargos	140.767,00	0,68%	0,00	25.000,00	115.767,00	0,55%	-25.000,00	-17,76%
Transferências Correntes	541.414,00	2,60%	3.239,00	14.110,00	530.543,00	2,54%	-10.871,00	-2,01%
Subsidios	29.196,00	0,14%			29.196,00	0,14%	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	326.630,00	1,57%	12.600,00	3.841,00	335.389,00	1,61%	8.759,00	2,68%
Despesas de Capital	**5.407.173,00**	**25,97%**	**516.916,00**	**78.344,00**	**5.845.745,00**	**28,00%**	**438.572,00**	**8,11%**
Aquisição de Bens de Invest.	1.266.748,00	6,08%	155.399,00	46.793,00	1.375.354,00	6,59%	108.606,00	8,57%
Transferências de Capital	561.970,00	2,70%	13.810,00	31.551,00	544.229,00	2,61%	-17.741,00	-3,16%
Activos Financeiros	121.567,00	0,58%	0,00	0,00	121.567,00	0,58%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	3.397.997,00	16,32%	344.536,00	0,00	3.742.533,00	17,93%	344.536,00	10,14%
Outras despesas de capital	58.891,00	0,28%	3.171,00	0,00	62.062,00	0,30%	3.171,00	5,38%
Total da Despesa	**20.819.806,00**	**100,00%**	**574.153,00**	**515.828,00**	**20.878.131,00**	**100,00%**	**58.325,00**	**0,28%**

Sobressai da apreciação do quadro que em consequência das modificações realizadas ao orçamento da despesa em 2016, foram realizados reforços no valor de 574.153,00€. Como já foi referido, deste valor de reforços apenas se regista um aumento da dotação global de 58.325,00€. Para os 515.828,00€ de remanescente aferido nos demais reforços, foi utilizado como contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

A modificação positiva de maior significado nas Despesas Correntes ocorreu na componente "Outras Despesas Correntes" (acréscimo de 2,68%), justificada pelos reforços das rúbricas "Programa Atividades Recreativas", "Portalegre Core / Juventude" e "Feira das Cebolas".

Nas despesas de capital, a modificação positiva de maior significado foi assinalada no grupo "Passivos Financeiros", devido ao reforço da rúbrica Amortizações de Empréstimos, cujo valor era insuficiente no orçamento inicialmente aprovado para regularização de parte da prestação do Saneamento Financeiro que se encontra em mora.

6.1.4. Resumo da Execução Orçamental

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital e sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa.

Tal como o verificado em gerências anteriores a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Na execução das receitas na sua globalidade observa-se um desvio face às previsões corrigidas, de (-) 2.063.120,58€ dos quais (-) 1.134.407,78€ são receitas correntes.

Estando numa análise na ótica de caixa (Recebimentos e Pagamentos), a execução das despesas acompanha as receitas, portanto também se regista um desvio face às dotações corrigidas, de menos (-) 2.092.960,90€ dos quais (-) 1.457.406,25€ representam despesas correntes.

Quadro nº. 2 - Resumo de Execução Orçamental 2016 (unidade monetária: Euros)

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c) - (b)	Exec % (c) / (a)	Exec % (c) / (b)
Receitas correntes	18.879.356,00	18.848.811,83	17.714.404,05	-1.134.407,78	93,83%	93,98%
Receitas de capital	1.940.450,00	1.997.393,00	1.065.320,69	-932.072,31	54,90%	53,34%
Outras		31.926,17	35.285,68	3.359,51		110,52%
Receitas Totais	**20.819.806,00**	**20.878.131,00**	**18.815.010,42**	**-2.063.120,58**	**90,37%**	**90,12%**
Despesas Correntes	15.412.633,00	15.032.386,00	13.574.979,75	-1.457.406,25	88,08%	90,30%
Despesas de Capital	5.407.173,00	5.845.745,00	5.210.190,35	-635.554,65	96,36%	89,13%
Despesas Totais	**20.819.806,00**	**20.878.131,00**	**18.785.170,10**	**-2.092.960,90**	**90,23%**	**89,98%**

Face a tais desvios, o Município arrecadou receitas totais no montante de 18.815.010,42€, o que representa uma taxa de execução da receita de 90,12% (em 2015 foi de 92,58%), e um nível de despesa total paga de 18.785.170,10€, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 89,98% (em 2015 foi de 92,42%).

A taxa de execução da receita representa a taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada, ou seja, a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa comprometida / faturada).

De referir, que o valor do saldo de gerência anterior e transitado para 2016, 30.544,17€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano em análise.

Em termos de receitas correntes para uma previsão final de 18.848.811,83 €, registou-se uma cobrança efetiva de 17.714.404,05€, manifestando-se num desvio desfavorável de (-) 1.134.407,78€ e uma taxa de execução de 93,98%.

No que respeita às receitas de capital, estas continuam abaixo do previsto, uma vez que para uma previsão final de 1.997.393,00€ se atingiu uma execução de 1.065.320,69€, traduzindo um desvio desfavorável de (-) 932.072,31€ e uma taxa de execução de 53,34%.

As despesas correntes cumpriram uma taxa de execução de 90,30%, com um valor de despesa paga de 13.574.979,75€ e as despesas de capital atingiram uma execução de 5.210.190,35€, representando uma taxa de execução 89,13% do total orçamentado final,

o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

6.1.5. Evolução da Execução Orçamental

Neste capítulo será analisada a evolução global das receitas e das despesas.

No ano económico de 2016 assistiu-se a um acréscimo das receitas arrecadadas e das despesas pagas. Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº 3 - Evolução da Execução Orçamental 2015 / 2016 (unidade monetária: Euros)

Designação	Realizado			Orçado (corrigido)		
	2015	2016	Diferença	2015	2016	Diferença
Receitas correntes	15.987.213,49	17.714.404,05	1.727.190,56	16.805.966,00	18.848.811,83	2.042.845,83
Receitas de capital	1.534.558,78	1.065.320,69	-469.238,09	2.118.395,00	1.997.393,00	-121.002,00
Outras	42.447,63	35.285,68	-7.161,95	48.128,61	31.926,17	-16.202,44
Receitas Totais	**17.564.219,90**	**18.815.010,42**	**1.250.790,52**	**18.972.489,61**	**20.878.131,00**	**1.905.641,39**
Despesas correntes	11.693.606,36	13.574.979,75	1.881.373,39	12.811.308,00	15.032.386,00	2.221.078,00
Despesas de capital	5.840.369,37	5.210.190,35	-630.179,02	6.161.181,61	5.845.745,00	-315.436,61
Despesas Totais	**17.533.975,73**	**18.785.170,10**	**1.251.194,37**	**18.972.489,61**	**20.878.131,00**	**1.905.641,39**

Da análise da receita no último biénio, realça-se a evolução positiva das receitas totais, que registaram um acréscimo em termos absolutos de 1.250.790,52€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 7,12%.

Ao nível das despesas totais pagas pelo Município observa-se um aumento, que acompanha na mesma medida o aumento da receita, no valor de 1.251.194,37€, significando um aumento de 7,14%.

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2015, a arrecadação de Receitas Correntes aumentaram 10,80% (+1.727.190,56€), tendo as Receitas de Capital apresentado um decréscimo de (-) 30,58% (-469.238,09€).

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 16,09% (+1.881.373,39€) e as Despesas de Capital uma diminuição de (-) 10,79% (-630.179,02€), relativamente às realizadas no ano de 2015.

No quadriénio de 2013/2016, as receitas cobradas e despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa no quadro seguinte:

Quadro nº 4 - Evolução e Taxas de Execução da Receita e da Despesas Municipal (unidade monetária: Euros)

Rubrica	PREVISÃO / EXECUÇÃO (valores absolutos)								PREVISÃO / EXECUÇÃO (%)			
	2013		2014		2015		2016		2013	2014	2015	2016
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução				
1 - Saldo inicial	60.252	60.252	0	0	41.193	41.193	30.544	30.544	100,00%		100,00%	100,00%
2 - Reposições não abatidas nos pagamentos	6.000	14.164	20.000	1.512	6.936	1.255	1.382	4.742	236,07%	7,56%	18,09%	343,09%
3 - Receita corrente	14.694.236	14.240.344	15.989.750	14.833.507	16.805.966	15.987.213	18.848.812	17.714.404	96,91%	92,77%	95,13%	93,98%
4 - Despesa Corrente	12.829.239	10.877.612	12.954.480	10.884.259	12.811.308	11.693.606	15.032.386	13.574.980	84,79%	84,02%	91,28%	90,30%
5 - Receita de Capital	9.075.841	4.892.964	4.370.696	2.350.726	2.118.395	1.534.559	1.997.393	1.065.321	53,91%	53,78%	72,44%	53,34%
6 - Despesa de Capital	11.007.090	8.237.504	7.425.966	6.352.601	6.161.182	5.840.369	5.845.745	5.210.190	74,84%	85,55%	94,79%	89,13%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	**23.836.329**	**19.207.724**	**20.380.446**	**17.185.745**	**18.972.490**	**17.564.220**	**20.878.131**	**18.815.010**	**80,58%**	**84,32%**	**92,58%**	**90,12%**
8 - Despesa Total (4+6)	**23.836.329**	**19.115.116**	**20.380.446**	**17.236.860**	**18.972.490**	**17.533.975**	**20.878.131**	**18.785.170**	**80,19%**	**84,58%**	**92,42%**	**89,98%**

Dos dados do quadro n.º 4 conclui-se que a receita tem mantido níveis idênticos, com uma oscilação positiva em 2013 e em 2016, fruto do recebimento da venda de um imóvel da zona industrial (antiga fábrica Johnson Controls) e da antecipação da renda da Infraestrutura designada como "Olhos de Água" paga pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., respetivamente.

O grau de execução orçamental da receita total disponível apresenta uma tendência crescente que varia entre os 80,58% e os 92,58%, de 2013 para 2015, tendo-se registado em 2016 uma inversão da subida até então registada para os 90,12%.

Ainda assim, considera-se que a evolução da receita corrente é bastante positiva e estável, rondando as taxas de execução acima dos 90%, apesar da diminuição da mesma em 1,15%, no ano em análise. A taxa de execução da receita de capital tem-se mantido abaixo dos valores desejados, sendo em 2016, de 53,34%.

6.1.6. Evolução da Execução da Receita

No quadro seguinte é desagregada a informação sobre as receitas arrecadadas dos anos 2013 a 2016, de correntes e capital, com os valores iniciais, finais e executados.

Quadro nº 5 - Evolução da Execução da Receita (2013 a 2016) (unidade monetária: Euros)

RECEITAS					
Ano	**Natureza**	**Dotação Inicial**	**Dotação Final**	**Execução**	**Taxa Exec (%)**
2013	Correntes	13.485.293,00	14.694.236,06	14.240.344,20	96,91%
	Capital	9.738.329,00	9.075.841,00	4.892.963,95	53,91%
	Total	**23.223.622,00**	**23.770.077,06**	**19.133.308,15**	**80,49%**
2014	Correntes	15.977.487,00	15.989.750,00	14.833.507,08	92,77%
	Capital	3.976.778,00	4.390.696,00	2.352.237,50	53,57%
	Total	**19.954.265,00**	**20.380.446,00**	**17.185.744,58**	**84,32%**
2015	Correntes	16.805.966,00	16.805.966,00	15.987.213,49	95,13%
	Capital	2.125.331,00	2.166.523,61	1.577.006,41	72,79%
	Total	**18.931.297,00**	**18.972.489,61**	**17.564.219,90**	**92,58%**
2016	Correntes	18.879.356,00	18.848.811,83	17.714.404,05	93,98%
	Capital	1.940.450,00	2.029.319,17	1.100.606,37	54,24%
	Total	**20.819.806,00**	**20.878.131,00**	**18.815.010,42**	**90,12%**

6.1.7. Evolução da Execução da Despesa

Ao nível da despesa, a taxa de execução atingiu 89,98%, com as despesas correntes a cumprir 90,30% e as despesas de capital 89,13% do total do Orçamento Final, sendo no entanto as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

A evolução das taxas de execução da despesa acompanham as da receita, observando-se uma subida das percentagens de 2013 até 2015, e uma descida em 2016, apesar da manutenção do que se consideram taxas de execução bastante satisfatórias.

Quadro nº 6 - Evolução da Execução da Despesa (2013 a 2016) (unidade monetária: Euros)

DESPESAS					
Ano	**Natureza**	**Dotação Inicial**	**Dotação Final**	**Execução**	**Taxa Exec (%)**
2013	Correntes	12.842.761,00	12.829.239,00	10.877.612,09	84,79%
	Capital	10.380.861,00	11.007.090,00	8.237.503,51	74,84%
	Total	**23.223.622,00**	**23.836.329,00**	**19.115.115,60**	**80,19%**
2014	Correntes	12.203.482,00	12.954.480,00	10.884.258,65	84,02%
	Capital	7.750.783,00	7.425.966,00	6.352.601,44	85,55%
	Total	**19.954.265,00**	**20.380.446,00**	**17.236.860,09**	**84,58%**
2015	Correntes	13.352.780,00	12.811.308,00	11.693.606,36	91,28%
	Capital	5.578.517,00	6.161.181,61	5.840.369,37	94,79%
	Total	**18.931.297,00**	**18.972.489,61**	**17.533.975,73**	**92,42%**
2016	Correntes	15.412.633,00	15.032.386,00	13.574.979,75	90,30%
	Capital	5.407.173,00	5.845.745,00	5.210.190,35	89,13%
	Total	**20.819.806,00**	**20.878.131,00**	**18.785.170,10**	**89,98%**

6.1.8. Relação Entre Despesa e Receita

Com o objetivo de avaliar uma das possíveis fontes de financiamento do exercício, desenvolve-se uma análise à evolução das receitas cobradas e das despesas pagas, durante o último quadriénio, de forma a examinar de que forma contribuíram para financiar o saldo final da conta de gerência. Pretende-se relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas confrontando-a com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do capital (receita de capital – despesa de capital).

Quadro nº. 7 - Evolução dos Fluxos Financeiros (unidade monetária: Euros)

Rubrica	2013			2014			2015			2016		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	60.251,94	0,00	60.251,94	92.608,12	0,00	92.608,12	41.192,61	0,00	41.192,61	30.544,17	0,00	30.544,17
Corrente	14.240.344,20	10.877.612,09	3.362.732,11	14.833.507,08	10.884.258,65	3.949.248,43	15.987.213,49	11.693.606,36	4.293.607,13	17.714.404,05	13.574.979,75	4.139.424,30
Capital	4.892.963,95	8.237.503,51	-3.344.539,56	2.350.725,35	6.352.601,44	-4.001.876,09	1.534.558,78	5.840.369,37	-4.305.810,59	1.065.320,69	5.210.190,35	-4.144.869,66
Outras	14.163,63	0,00	14.163,63	1.512,15	0,00	1.512,15	1.255,02	0,00	1.255,02	4.741,51	0,00	4.741,51
TOTAL	**19.207.723,72**	**19.115.115,60**	**92.608,12**	**17.278.352,70**	**17.236.860,09**	**41.492,61**	**17.564.219,90**	**17.533.975,73**	**30.244,17**	**18.815.010,42**	**18.785.170,10**	**29.840,32**

Nos últimos exercícios económicos em análise, a receita corrente cobrada é superior ao montante de despesa corrente paga, o que traduz saldos correntes positivos, a designada poupança corrente bruta. Comportamento inverso é evidenciado pelas rubricas de

natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior à despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Em 2016, a receita cobrada bruta ascendeu a 18.815.010,42€ e a despesa total paga a 18.785.170,10€, resultando um saldo para a gerência seguinte de 29.840,32€.

Em 2016 a receita corrente cobrada superou a despesa corrente paga em 4.139.424,30€, demonstrando que parte substancial das despesas de capital são financiadas quer pela poupança corrente quer pelo saldo, tal como foi anteriormente referido.

6.1.9. Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental para as autarquias locais, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e ainda, que o montante das receitas correntes seja pelo menos igual ao das despesas da mesma natureza. O mesmo foi revogado ainda que tacitamente pela norma definida com a publicação da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, a qual veio alterar o conceito de equilíbrio orçamental.

O art.º 40º. prevê o seguinte:

"1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo."

No art.º 83º do mesmo diploma legal, integrado no Título V, intitulado de "Disposições finais e transitórias", prevê-se relativamente ao equilíbrio orçamental, que:

"Para efeitos do n.º 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."

Quadro nº. 8 - Regra do Equilíbrio (unidade monetária: Euros)

Descrição	Valor
A - Receita corrente bruta cobrada em 2016	17 714 404,05
B - Amortização média EMLP	3 846 243,97
C - Montante máximo das despesas correntes (A)-(B)	13 868 160,08
Valor da despesa corrente paga em 2016	13 574 979,75
Saldo Corrente (Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente)	
Receita corrente	17 714 404,05
Despesa Corrente	13 574 979,75
Saldo Corrente	4 139 424,30
Amortização média EMLP	3 846 243,97
Saldo Corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos conforme o n.º 3 do art.º 40 da Lei 73/2013, de 3 de Setembro	293 180,33
5% das receitas correntes totais	885 720,20

Registou-se um valor positivo do saldo corrente deduzidas as amortizações médias de empréstimos, o qual é inferior a 5% das receitas correntes totais cobradas. Ou seja, a soma das despesas correntes pagas mais as amortizações médias de empréstimos são inferiores à receita corrente total cobrada. Conclui-se que o Município se encontra a cumprir o exigido no nº. 2 do art.º 40 da lei 73/2013 de 3 de Setembro.

6.1.10. Movimentos de Tesouraria

6.1.10.1. Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa diferencia os recebimentos e pagamentos, relativos à execução orçamental de acordo com a classificação económica, corrente e capital, e as operações de tesouraria, sendo evidenciados neste documento, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

As operações de tesouraria que os serviços autárquicos realizam para terceiros, são operações de entrada e saída sem implicações orçamentais, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema de contabilidade patrimonial.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2016 aparece descrito no quadro nº 9, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a 20.148.124,77€, dos quais 18.784.466,25€ provenientes de receitas orçamentais e 1.242.109,83€ de operações de tesouraria.

Quadro nº 9 - Mapa Fluxos de Caixa (unidade monetária: Euros)

Mapa de Fluxos de Caixa - Resumo

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAIDAS DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		**121.548,69**	DESPESAS ORÇAMENTAIS		**18.785.170,10**
Da conta de Execução Orçamental	30.544,17		Correntes	13.574.979,75	
Operações Tesouraria	91.004,52		Capital	5.210.190,35	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		**18.784.466,25**	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		**1.269.795,34**
Correntes	17.714.404,05		Operações de Tesouraria	1.269.795,34	
Capital	1.065.320,69				
Outras	4.741,51				
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS		**1.242.109,83**	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		**93.159,33**
Operações de Tesouraria	1.242.109,83		Da conta Execução Orçamental	29.840,32	
			Da conta Oper. Tesouraria	63.319,01	
TOTAL		**20.148.124,77**			**20.148.124,77**

Do saldo inicial dos Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa no valor de 121.548,69€, 30.544,17€ correspondem à execução orçamental. Com 18.784.466,25€ de receitas orçamentais realizadas e 18.785.170,10€ de despesas efetuadas, o total da execução orçamental para a gerência seguinte, situou-se nos 29.840,32€.

Quadro nº 10 - Resumo Fluxos de Caixa (unidade monetária: Euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	TOTAL
(1) Saldo Transitado de 2015	30.544,17	91.004,52	121.548,69
(2) Receitas Arrecadadas	18.784.466,25	1.242.109,83	20.026.576,08
(3) Despesas Pagas	18.785.170,10	1.269.795,34	20.054.965,44
Saldo a Transitar para 2017 (1+2-3)	**29.840,32**	**63.319,01**	**93.159,33**

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2016 verifica-se que a despesa global paga foi superior à receita global cobrada em 703,85€. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de 30.544,17€, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de 29.840,32€. Este saldo final da gerência do ano 2016 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 93.159,33€, dos quais 29.840,32€ respeita a execução orçamental e 63.319,01€ a operações de tesouraria.

6.1.11. Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objeto de registo nestas contas: garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O quadro nº 11 reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 11 - Resumo das Contas de Ordem (unidade monetária: Euros)

Saldo da Gerência Anterior		3.112.770,65	Garantias e cauções accionadas		0,00
			Garantias e cauções devolvidas		189.581,49
Garantias e cauções	2.737.367,51				
Recibos para cobrança	375.403,14		Receita virtual cobrada		1.323,61
			Receita virtual anulada		15.681,39
Garantias e Cauções Prestadas		13.312,24			
Receita Virtual Liquidada		0,00	Saldo para a Gerência seguinte		2.919.496,40
			Garantias e cauções	2.561.098,26	
			Recibos para cobrança	358.398,14	
TOTAL		**3.126.082,89**	**TOTAL**		**3.126.082,89**

No início do ano de 2016, a autarquia detinha cerca de 375.403,14€ recibos para cobrança (receita virtual). Durante o ano de 2016 foi anulado o montante de 15.681,39€ de situações antigas.

Transitam para 2017 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de 358.398,14€.

Por outro lado, para 2017 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos 2.561.098,26€ resultante de um saldo inicial de 2.737.367,51€, a que se deduziram a libertação de cauções em 176.269,25€.

6.2 Receita

6.2.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da execução do orçamento da receita revela um aumento dos valores arrecadados em 2016, comparativamente com o valor registado em 2015. Este aumento resultou numa receita de 18.815.010,42€, que equivale a uma taxa de execução do orçamento da receita de 90,12%.

Quadro nº. 12 - Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução (unidade monetária: Euros)

Orçamento da Receita	2013	2014	2015	2016
Orçamento	23.836.329,00	20.380.446,00	18.972.489,61	20.878.131,00
Execução	19.207.723,72	17.185.744,58	17.564.219,90	18.815.010,42
%	**80,58%**	**84,32%**	**92,58%**	**90,12%**

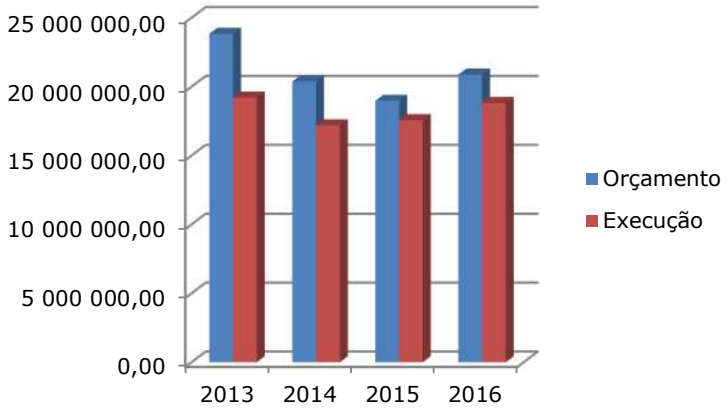
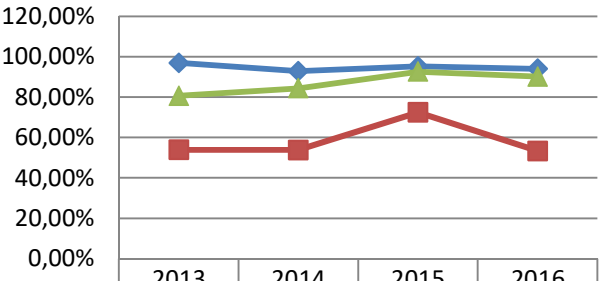


Gráfico nº. 18 - Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução



	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente	96,91%	92,77%	95,13%	93,98%
Receita de CApital	53,91%	53,78%	72,44%	53,34%
Receita Total	80,58%	84,32%	92,58%	90,12%

Gráfico nº. 19 - Evolução das Taxas de Execução da Receita

Quadro nº. 13 - Execução das Receitas (unidade monetária: Euros)

Capítulos	Previsão Inicial a)	Previsão Final b)	Valor da Execução c)	Desvio Valor (c) - (b)	Desvio Exec % (c) / (a)	Desvio Exec % (c) / (b)
Receitas Correntes	**18.879.356,00**	**18.848.811,83**	**17.714.404,05**	**-1.134.407,78**	**93,83%**	**93,98%**
IMPOSTO DIRECTOS	**4.526.555,00**	**4.496.010,83**	**4.161.099,00**	**-334.911,83**	**91,93%**	**92,55%**
Imposto municipal sobre imovéis	3.522.083,00	3.522.083,00	3.224.009,48	-298.073,52	91,54%	91,54%
Imposto único de circulação	492.231,00	492.231,00	486.205,55	-6.025,45	98,78%	98,78%
Imposto municipal s/transm. Onerosas imóveis	511.991,00	481.446,83	444.035,35	-37.411,48	86,73%	92,23%
Derrama	150,00	150,00	6.848,62	6.698,62	4565,75%	4565,75%
Impostos abolidos	**100,00**	**100,00**	**0,00**	**-100,00**	**0,00%**	**0,00%**
Outros Impostos Abolidos	100,00	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00%
IMPOSTO INDIRECTOS	119.554,00	119.554,00	134.223,31	14.669,31	112,27%	112,27%
TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	276.979,00	276.979,00	360.444,11	83.465,11	130,13%	130,13%
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	45.250,00	45.250,00	43.358,17	-1.891,83	95,82%	95,82%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.955.278,00	7.955.278,00	7.526.363,55	-428.914,45	94,61%	94,61%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.924.503,00	5.924.503,00	5.430.407,82	-494.095,18	91,66%	91,66%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.237,00	31.237,00	58.508,09	27.271,09	187,30%	187,30%
Receitas de Capital	**1.939.068,00**	**1.997.393,00**	**1.065.320,69**	**-932.072,31**	**54,94%**	**53,34%**
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	383.250,00	383.250,00	217.320,11	-165.929,89	56,70%	56,70%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.499.773,00	1.558.098,00	845.990,10	-712.107,90	56,41%	54,30%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	56.045,00	56.045,00	2.010,48	-54.034,52	3,59%	3,59%
Outras Receitas	**1.382,00**	**31.926,17**	**35.285,68**	**3.359,51**	**2553,23%**	**110,52%**
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.382,00	1.382,00	4.741,51	3.359,51	343,09%	343,09%
Saldo da gerência anterior		30.544,17	30.544,17	0,00		100,00%
TOTAL DA RECEITA	**20.819.806,00**	**20.878.131,00**	**18.815.010,42**	**-2.063.120,58**	**90,37%**	**90,12%**

Com base no quadro nº 13, comparando o valor orçado das Receitas Totais (20.878.131,00€), com o efetivamente arrecadado (18.815.010,42€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 90,12%, ou seja, o valor da cobrança efetiva foi inferior ao valor previsto em 2.063.120,58€.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que a totalidade das receitas efetivamente cobradas é inferior às orçadas em 1.134.407,78€, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 93,98%.

Para esta taxa de execução da receita corrente contribuíram o bom desempenho dos Impostos Diretos com uma execução de 92,55%, as Transferências Correntes com uma taxa de execução de 94,61% e a Venda de Bens e Serviços Correntes com uma taxa de execução de 91,66%.

No geral, as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçamentadas, em 932.072,31€, correspondendo a uma taxa de execução de 53,34%.

As Receitas de Capital obtiveram um fraco desempenho no que diz respeito à sua execução, o qual se pode observar, principalmente na diferença entre a previsão de receita e a receita final arrecada na rubrica de Transferências de Capital.

6.2.2. Estrutura e Evolução da Receita

Com base nos valores descritos no quadro nº 14 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2016, o Município de Portalegre arrecadou 17.714.404,05€ de Receitas Correntes, 1.065.320,69€ de Receitas de Capital e 35.285,68€ de Outras Receitas, perfazendo um total de 18.815.010,42€ de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 7,12% (1.250.790,52€).

Quadro nº 14 - Evolução da Receita 2015/2016 (unidade monetária: Euros)

	2015	2016	%	Desvio	Tx Cresc.
Receitas Correntes	15.987.213,49	17.714.404,05	94,15%	1.727.190,56	10,80%
Receitas de Capital	1.534.558,78	1.065.320,69	5,66%	-469.238,09	-30,58%
Outras Receitas	42.447,63	35.285,68	0,19%	-7.161,95	-16,87%
RECEITAS TOTAIS	17.564.219,90	18.815.010,42	100,00%	1.250.790,52	7,12%

Constata-se que 94,15% das Receitas Totais são relativas a receitas de natureza corrente enquanto as receitas de capital representam 5,66% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2016.

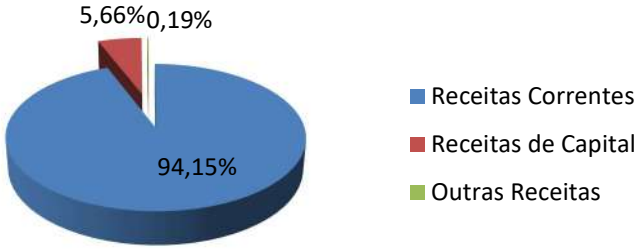
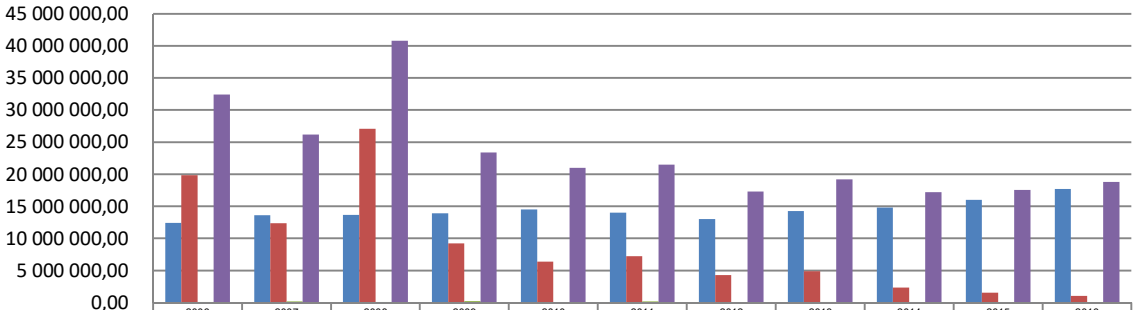


Gráfico nº. 20 – Estrutura Interna das Receitas 2016



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	12 417 840,66	13 593 631,43	13 656 038,18	13 904 647,06	14 529 321,29	14 035 806,60	12 993 141,02	14 240 344,20	14 833 507,08	15 987 213,49	17 714 404,05
Receitas de Capital	19 850 786,05	12 385 956,16	27 076 360,92	9 234 326,46	6 394 140,75	7 249 638,22	4 273 238,44	4 892 963,95	2 350 725,35	1 534 558,78	1 065 320,69
Outras Receitas	122 774,79	202 181,03	76 897,77	241 732,77	60 153,20	207 164,82	29 369,17	74 415,57	1 512,15	42 447,63	35 285,68
Total Receitas	32 391 401,50	26 181 768,62	40 809 296,87	23 380 706,29	20 983 615,24	21 492 609,64	17 295 748,63	19 207 723,72	17 185 744,58	17 564 219,90	18 815 010,42

Gráfico nº. 21 – Evolução das Receitas (2006 – 2016)

Verifica-se, ao longo dos anos em análise, uma diminuição da receita total do Município de Portalegre desde 2008 até 2012. Em 2013 houve um ligeiro aumento, voltando a diminuir em 2014. O valor invulgar de receita arrecadada em 2008 foi do empréstimo de saneamento financeiro no valor de 17.120.559,50€.

Em 2016 as receitas correntes aumentaram 10,80% e as de capital diminuíram 30,58%, relativamente a 2015.

Quadro nº. 15 - Execução Homóloga da Receita (unidade monetária: Euros)

Capítulos	2015				2016				Cresc. 2015 / 2016	Tx de Cresci.to
	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução		
RECEITAS CORRENTES	**16.805.966,00**	**15.987.213,49**	**-818.752,51**	**95,13%**	**18.848.811,83**	**17.714.404,05**	**-1.134.407,78**	**93,98%**	**1.727.190,56**	**10,80%**
Impostos directos	4.844.282,00	4.466.641,28	-377.640,72	92,20%	4.496.010,83	4.161.099,00	-334.911,83	92,55%	-305.542,28	-6,84%
Imposto mun.s/Imóveis	3.507.315,00	3.232.870,46	-274.444,54	92,18%	3.522.083,00	3.224.009,48	-298.073,52	91,54%	-8.860,98	-0,27%
Imposto único de circulação	539.460,00	476.444,37	-63.015,63	88,32%	492.231,00	486.205,55	-6.025,45	98,78%	9.761,18	2,05%
Imposto mun. s/ transm. onerosas	692.270,00	740.766,33	48.496,33	107,01%	481.446,83	444.035,35	-37.411,48	92,23%	-296.730,98	-40,06%
Derrama	105.137,00	16.560,12	-88.576,88	15,75%	150,00	6.848,62	6.698,62	4565,75%	-9.711,50	-58,64%
Impostos abolidos	100,00	0,00	-100,00	0,00%	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	114.315,00	119.778,41	5.463,41	104,78%	119.554,00	134.223,31	14.669,31	112,27%	14.444,90	12,06%
Taxas, multas e outras penalidades	315.812,00	301.959,62	-13.852,38	95,61%	276.979,00	360.444,11	83.465,11	130,13%	58.484,49	19,37%
Rendimentos de Propriedade	63.697,00	50.097,87	-13.599,13	78,65%	45.250,00	43.358,17	-1.891,83	95,82%	-6.739,70	-13,45%
Transferências correntes	7.992.884,00	7.660.750,61	-332.133,39	95,84%	7.955.278,00	7.526.363,55	-428.914,45	94,61%	-134.387,06	-1,75%
Venda de bens Serviços Correntes	3.469.976,00	3.364.334,47	-105.641,53	96,96%	5.924.503,00	5.430.407,82	-494.095,18	91,66%	2.066.073,35	61,41%
Outras receitas correntes	5.000,00	23.651,23	18.651,23	473,02%	31.237,00	58.508,09	27.271,09	187,30%	34.856,86	147,38%
RECEITAS DE CAPITAL	**2.118.395,00**	**1.534.558,78**	**-583.836,22**	**72,44%**	**1.997.393,00**	**1.065.320,69**	**-932.072,31**	**53,34%**	**-469.238,09**	**-30,58%**
Venda de bens de investimento	218.472,00	227.067,53	8.595,53	103,93%	383.250,00	217.320,11	-165.929,89	56,70%	-9.747,42	-4,29%
Transferencias de capital	1.894.956,00	1.305.064,35	-589.891,65	68,87%	1.558.098,00	845.990,10	-712.107,90	54,30%	-459.074,25	-35,18%
Outras receitas de capital	4.967,00	2.426,90	-2.540,10	48,86%	56.045,00	2.010,48	-54.034,52	3,59%	-416,42	-17,16%
OUTRAS RECEITAS	**48.128,61**	**42.447,63**	**-5.680,98**	**88,20%**	**31.926,17**	**35.285,68**	**3.359,51**	**110,52%**	**-7.161,95**	**-16,87%**
Reposições não abatidas/pagamentos	6.936,00	1.255,02	-5.680,98	18,09%	1.382,00	4.741,51	3.359,51	343,09%	3.486,49	277,80%
Saldo da gerência anterior	41.192,61	41.192,61	0,00	100,00%	30.544,17	30.544,17	0,00	0,00%	-10.648,44	-25,85%
TOTAL DA RECEITA	**18.972.489,61**	**17.564.219,90**	**-1.408.269,71**	**92,58%**	**20.878.131,00**	**18.815.010,42**	**-2.063.120,58**	**90,12%**	**1.250.790,52**	**7,12%**

Na decomposição dos agregados da receita corrente observa-se que a rubrica de Vendas de Bens e Serviços Correntes apresenta um acréscimo de 61,41%, expressado no valor absoluto de 2.066.073,35€. Esta subida invulgar foi causada pela assinatura do Acordo de Transação com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., no qual ficou estabelecido que a entidade referida procederia à antecipação integral das rendas vincendas devidas pela cedência, por parte do Município de Portalegre, da nascente dos Olhos de Água, cujo valor se estabeleceu em 2.020.270,77€. O valor em causa foi para liquidar parte da dívida à empresa, conforme será referido em capítulo próprio da despesa.

De referir que os Impostos Diretos registaram uma diminuição de 6,84%, desvio este justificado pela diminuição da arrecadação da receita do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas, que no ano de 2015 teve um comportamento acima da média.

O capítulo de Impostos Indiretos regista uma pequena subida de 12,06%, pouco representativa em termos absolutos (14.444,90€).

O capítulo de Taxas, Multas e Outras Penalidades que traduz, na generalidade, as operações com os particulares conhece um aumento de 19,37% (58.484,49€).

Analisando o comportamento das receitas de capital é de referir que a rubrica com maior alteração é a de Transferências de Capital, com o registo de uma diminuição de 35,18% (459.074,25€).

No ano 2016 não houve receita arrecadada na rubrica Passivos Financeiros, não tendo o Município contraído empréstimos.

Pela análise do quadro nº 16, apresentado de seguida, constata-se que o capítulo Transferências Correntes representa a principal força de financiamento do Município com 40,07%, seguido da Venda de Bens e Serviços Correntes com um peso de 28,91% e dos Impostos Diretos com 22,15%.

Quadro nº. 16 - Estrutura da Receita Executada em 2016 (unidade monetária: Euros)

Receitas correntes				Receitas de capital / Outras Receitas			
Designação	**Valor**	**%/Rcor**	**% Total**	**Designação**	**Valor**	**%R/cap**	**% Total**
Impostos directos	**4.161.099,00**	23,49%	22,15%	Venda de bens de investimento	**217.320,11**	20,31%	1,16%
Imposto municipal sobre Imóveis	3.224.009,48	18,20%	17,16%	Transferencias de capital	**845.990,10**	79,06%	4,50%
Imposto único de circulação	486.205,55	2,74%	2,59%	F.E.F.	614.736,00	57,45%	3,27%
Imposto municipal s/ trans. oneros	444.035,35	2,51%	2,36%	Outras	231.254,10	21,61%	1,23%
Derrama	6.848,62	0,04%	0,04%	Passivos financeiros	**0,00**	0,00%	0,00%
Impostos abolidos	0,00	0,00%	0,00%	Emp contraidos a M/L Prazo	0,00	0,00%	0,00%
Impostos directos diversos		0,00%	0,00%	Emp. curto prazo	0,00	0,00%	0,00%
				Outras receitas de capital	**2.010,48**	0,19%	0,01%
Impostos Indirectos	134.223,31	0,76%	0,71%	Outras receitas	**4.741,51**	0,44%	0,03%
Taxas, multas e outras penalidades	360.444,11	2,03%	1,92%	Reposições n/abatidas nos pag.	4.741,51	0,44%	0,03%
Rendimentos de Propriedade	43.358,17	0,24%	0,23%				
Transferências correntes	**7.526.363,55**	42,49%	40,07%				
F.E.F. + F.S.M. + P. F. IRS	7.095.938,00	40,06%	37,78%				
Outras	430.425,55	2,43%	2,29%				
Venda de bens e Serviços Correntes	**5.430.407,82**	30,66%	28,91%				
Venda de bens	142.374,95	0,80%	0,76%				
Prestações de Serviços	1.850.173,37	10,44%	9,85%				
Rendas e Alugueres	3.437.859,50	19,41%	18,30%				
Outras receitas correntes	**58.508,09**	0,33%	0,31%				
Total de Receitas Correntes	**17.714.404,05**	**100,00%**	**94,30%**	Totais receitas Capital / Outras	**1.070.062,20**	**100,00%**	**5,70%**
TOTAL DE RECEITAS				**18.784.466,25**			

Saldo da Gerência anterior	30.544,17 €
TOTAL	**18.815.010,42**

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS). A importância destes Fundos Municipais revela-se muito maior nas transferências correntes.

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Diretos detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2016, representando 23,49% das Receitas Correntes e 22,15% das Receitas Totais.

6.2.3. Análise das Receitas Correntes

Quadro nº. 17 - Receitas correntes (unidade monetária: Euros)

Receitas	2016
F.E.F + F.S.M+P.F. IRS	7.095.938,00
Outras Transferências	430.425,55
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.430.407,82
Outras Receitas Correntes	58.508,09
Imposto Municipal sobre Imóveis	3.224.009,48
Imposto Sobre Veiculos	486.205,55
Imposto Municipal sobre transmissão onerosas	444.035,35
Derrama	6.848,62
Impostos diretos diversos	0,00
Impostos Abolidos	0,00
Impostos Indiretos	134.223,31
Taxas Multas e outras Penalizações	360.444,11
Rendas de Propriedade	43.358,17
Total	**17.714.404,05**

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2016, encontra-se também descrita no gráfico nº 22, em percentagem.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 40% das Receitas Correntes. A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um peso de 31% no total das Receitas Correntes e o somatório dos Impostos Diretos - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama representam 18%.

O Município, normalmente, em termos correntes, depende essencialmente da receita proveniente do Orçamento de Estado e dos Impostos Diretos.

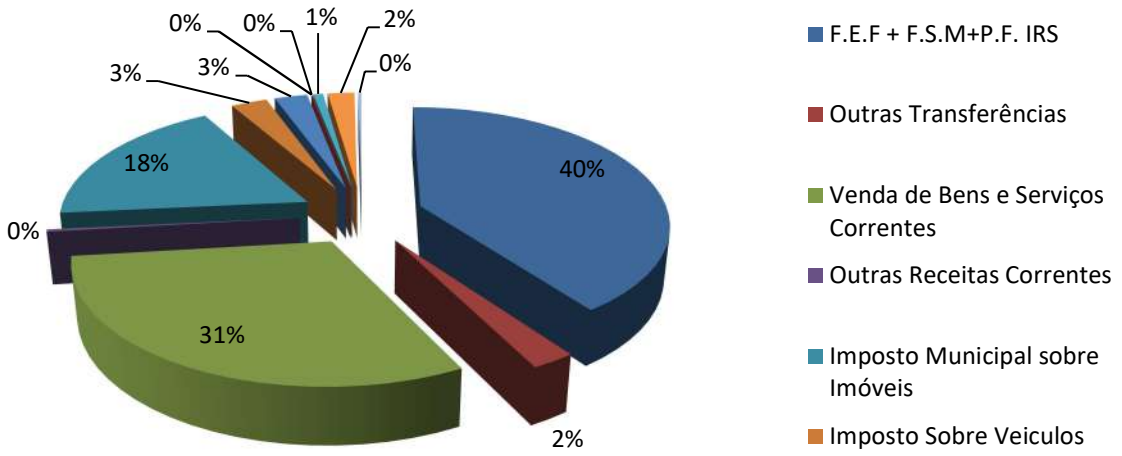
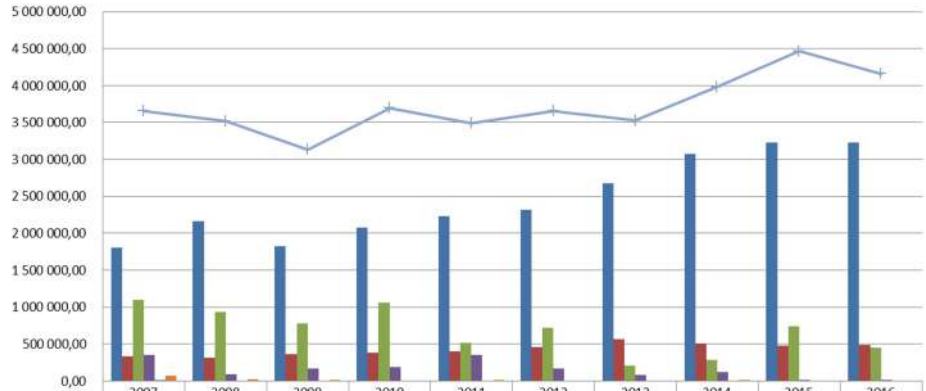


Gráfico nº. 22 – Receitas Correntes

6.2.3.1. Impostos Diretos

Das Receitas Fiscais arrecadadas pelo Município de Portalegre, em 2016, 4.161.099,00€ correspondem a Impostos Diretos, representando 22,15% das Receitas Totais, verificando-se uma diminuição de 6,84% relativamente a 2015.



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Imposto Municipal sobre Imóveis	1 807 017,73	2 162 669,09	1 821 096,82	2 075 255,45	2 231 468,81	2 317 261,17	2 676 668,73	3 076 592,16	3 232 870,46	3 224 009,48
Imposto Único Circulação	328 168,23	313 636,13	355 821,95	376 835,18	397 336,09	452 672,45	563 254,09	508 017,78	476 444,37	486 205,55
Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis	1 096 963,95	930 183,23	772 893,07	1 054 949,50	514 852,72	719 802,95	205 906,01	283 216,34	740 766,33	444 035,35
Derrama	348 896,16	89 402,76	171 101,63	190 035,32	346 425,50	169 022,87	79 628,48	114 085,25	16 560,12	6 848,62
Impostos diretos diversos	2 030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Abolidos	71 768,44	20 490,27	13 457,12	0,00	3 637,57	0,00	0,00	1 117,02	0,00	0,00
Total	3 654 844,51	3 516 381,48	3 134 370,59	3 697 075,45	3 493 720,69	3 658 759,44	3 525 457,31	3 983 028,55	4 466 641,28	4 161 099,00

Gráfico nº. 23 – Evolução dos Impostos Diretos (2007 – 2016)

O Imposto Municipal sobre Imóveis é responsável pela quase toda execução do total dos impostos diretos arrecadados em 2016. O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosa de Imóveis veio a registar valores aproximados aos de 2011.

6.2.3.2. Impostos Indiretos

Esta Receita Corrente engloba receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, a compra ou utilização dos bens e serviços. Consideram-se ainda nesta rubrica as receitas que revistam taxas, licenças, emolumentos e outras semelhantes, pagas por unidades industriais.

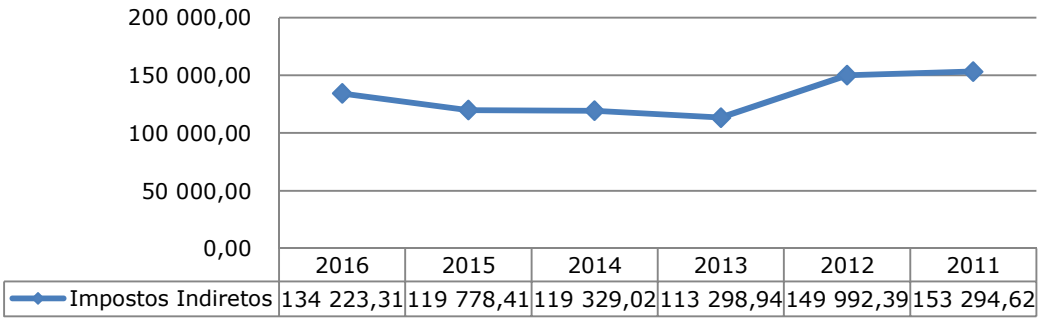


Gráfico nº. 24 - Impostos Indiretos no Período 2011 - 2016

Quadro nº. 18 - Impostos Indiretos (unidade monetária: Euros)

Impostos Indiretos	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Mercados e Feiras	63.534,16	72.895,97	82.780,42	84.662,99	99.518,04	97.291,58
Loteamentos e obras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ocupação de via pública	25.419,60	20.610,35	24.345,36	15.783,04	15.159,79	14.587,05
Publicidade	14.320,63	16.104,63	7.375,14	7.699,38	27.085,27	30.578,60
Outros	30.948,92	10.167,46	4.828,10	5.153,53	8.229,29	10.837,39
Total	**134.223,31**	**119.778,41**	**119.329,02**	**113.298,94**	**149.992,39**	**153.294,62**

No ano económico de 2016, os Impostos Indiretos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes) totalizaram 134.223.31€, verificando-se um aumento no global de receita arrecada desta tipologia relativamente a 2015.

Neste contexto sobressai a receita proveniente da rubrica Mercados e Feiras, com 63.534,16€. Observa-se um aumento na rubrica de Outros no valor de 20.781,46€ onde se classifica a receita da taxa de utilização da Estação Central de Camionagem.

6.2.3.3. Taxas, Multas e Outras Penalidades

Quadro nº. 19 - Evolução das taxas, Multas e outras Penalidades no Período 2011-2016 (unidade monetária: Euros)

Taxas, Multas e Outras Penalidades	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxas	**565.102,21**	**381.788,46**	**185.621,13**	**206.455,75**	**181.819,84**	**326.260,28**
Mercados e feiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Loteamento e Obras	538.075,11	354.174,92	165.194,40	187.216,33	162.736,37	306.931,68
Ocupação de Via Publica	8.186,15	8.335,80	2.598,75	2.175,00	2.602,50	1.962,50
Caça, Uso e Porte de Arma	9,00	6,28	25,85	16,19	0,00	0,00
Maquinas de Diversao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elevadores e Monta Cargas	5.670,00	5.030,00	6.970,00	6.020,00	4.410,00	5.030,00
Direitos de Passagem	6.199,53	10.794,15	8.212,13	8.650,88	9.976,97	10.082,50
Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habita	943,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	6.018,55	3.447,31	2.620,00	2.377,35	2.094,00	2.253,60
Multas e outras penalidades	**29.890,03**	**23.494,80**	**23.549,53**	**45.558,63**	**120.139,78**	**34.183,83**
Juros de Mora	10.447,59	4.933,80	4.618,61	30.205,71	29.469,81	26.270,60
Juros Compensatórios	3.411,25	3.228,31	6.556,10	1.430,61	80.486,12	614,38
Coimas e Penalidades por Contra-Ordenaçõe	15.756,62	14.769,88	11.870,59	13.365,12	9.370,66	6.522,25
Multas e Penalidades Diversas	274,57	562,81	504,23	557,19	813,19	776,60
Total	**594.992,24**	**405.283,26**	**209.170,66**	**252.014,38**	**301.959,62**	**360.444,11**

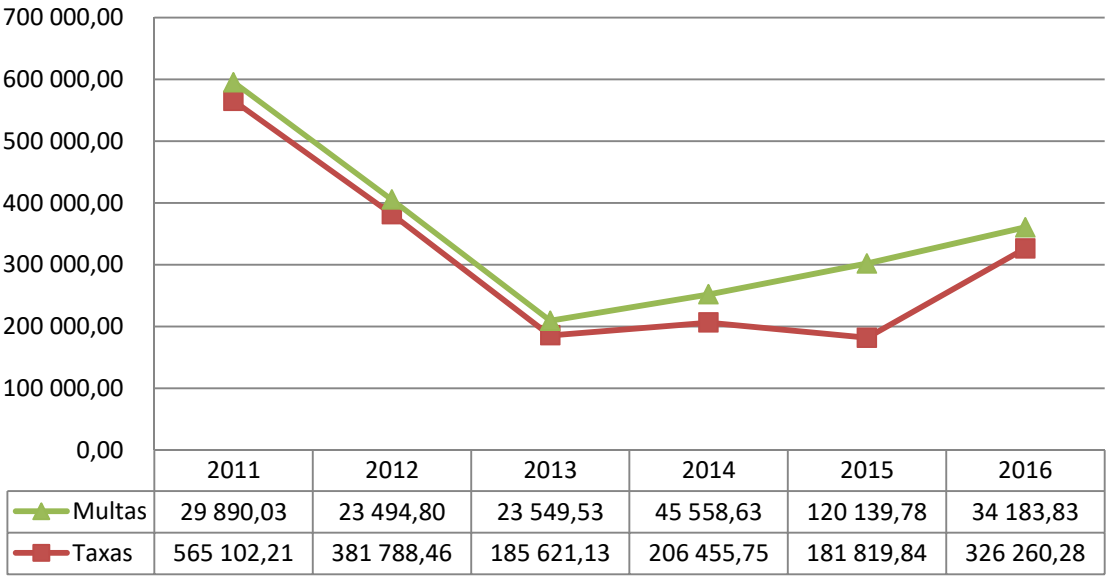


Gráfico nº. 25 - Evolução das taxas, Multas e outras Penalidades no Período 2011-2016

A receita proveniente de Taxas e Multas Municipais representa 1,92% (360.444,11€) da Receita Total em 2016. O aumento registado neste capítulo de 19,37% fica-se a dever essencialmente à subida ocorrida nas receitas cobradas nos Loteamentos e Obras.

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia rendeu 326.260,28€, que representa um aumento de 79,44%, comparativamente com 2015.

A efetivação de sanções pecuniárias, cuja receita recebida se encontra classificada na rubrica *Multas e Outras penalidades* produziu, no exercício de 2016, o valor de 34.183,83€.

6.2.3.4. Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 0,23% das Receitas Totais e 0,24% das Receitas Correntes, no valor de 43.358,17€.

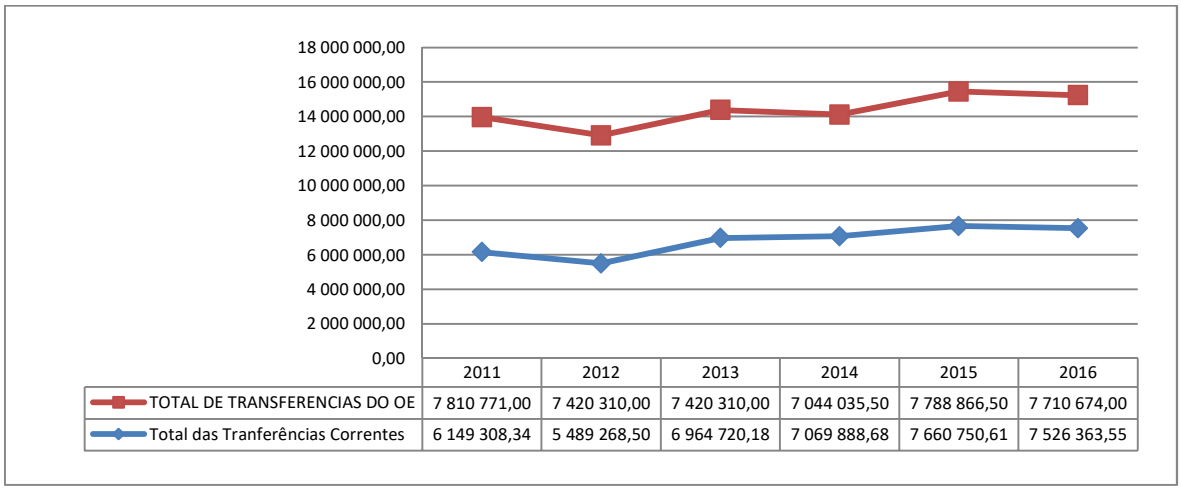
Quadro nº. 20 - Rendimentos de Propriedade (unidade monetária: Euros)

Designação	2016		2015		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	**0,00**	0,00%	**0,01**	0,00%	-100,00%
Dividendos e Outras Participações em lucros	**0,00**	0,00%	**26.875,90**	53,65%	-100,00%
Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00%	26.875,90	53,65%	-100,00%
Serviços Municipalizados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Rendas	**43.358,17**	100,00%	**23.221,96**	46,35%	86,71%
Exploração de Parques Éolicos	43.358,17	100,00%	23.221,96	46,35%	86,71%
TOTAL	**43.358,17**	**100,00%**	**50.097,87**	**100,00%**	**-13,45%**

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito aos rendimentos resultantes da renda de exploração de Parques Eólicos (2,5% da receita de energia elétrica reverte para a CMP, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 225/2007).

6.2.3.5. Transferências Correntes

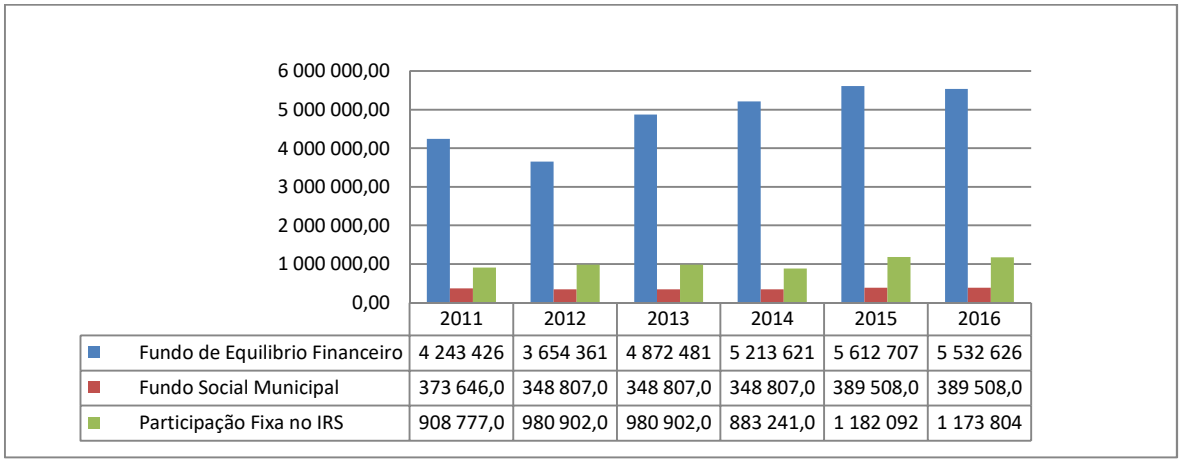
As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando em 2016, 42,49% do valor da receita corrente auferida. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2016, 7.526.363.55€ os quais representam 40% das Receitas Totais arrecadadas.



	2011	2012	2013	2014	2015	2016
TOTAL DE TRANSFERENCIAS DO OE	7 810 771,00	7 420 310,00	7 420 310,00	7 044 035,50	7 788 866,50	7 710 674,00
Total das Tranferências Correntes	6 149 308,34	5 489 268,50	6 964 720,18	7 069 888,68	7 660 750,61	7 526 363,55

Gráfico nº. 26 - Evolução das Transferências Correntes no Período 2011-2016

No atual enquadramento legal das Finanças Locais, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS.



	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fundo de Equilibrio Financeiro	4 243 426	3 654 361	4 872 481	5 213 621	5 612 707	5 532 626
Fundo Social Municipal	373 646,0	348 807,0	348 807,0	348 807,0	389 508,0	389 508,0
Participação Fixa no IRS	908 777,0	980 902,0	980 902,0	883 241,0	1 182 092	1 173 804

Gráfico nº. 27 – Repartição dos Recursos Públicos entre Estado e a Autarquia – Evolução no Período de 2011 - 2016

No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Portalegre contribuíram com cerca de 94,28% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes.

Quadro nº. 21 - Desagregação das Transferências Correntes (unidade monetária: Euros)

Designação	2016 Valor	2016 %	2015 Valor	2015 %	Tx Cresc %
Administração Central	**7 526 363,55**	100,00%	**7 660 750,61**	100,00%	-1,75%
Estado	7 445 876,03	98,93%	7 589 868,60	99,07%	-1,90%
Fundo de Equilibrio Financeiro	5 532 626,00	73,51%	5 612 707,50	73,27%	-1,43%
Fundo Social Municipal	389 508,00	5,18%	389 508,00	5,08%	0,00%
Participação Fixa no IRS	1 173 804,00	15,60%	1 182 092,00	15,43%	-0,70%
Outras	349 938,03	4,65%	405 561,10	5,29%	-13,72%
Estado Participação Comunitária	**66 267,41**	0,88%	**60 618,02**	0,79%	9,32%
Serviços e Fundos Autónomos	**14 220,11**	0,19%	**10 263,99**	0,13%	38,54%
TOTAL	**7 526 363,55**	**100,00%**	**7 660 750,61**	**100,00%**	**-1,75%**

As transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas, Modelo 8.3.4.4. - "Transferências Correntes – Receita".

6.2.3.6. Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

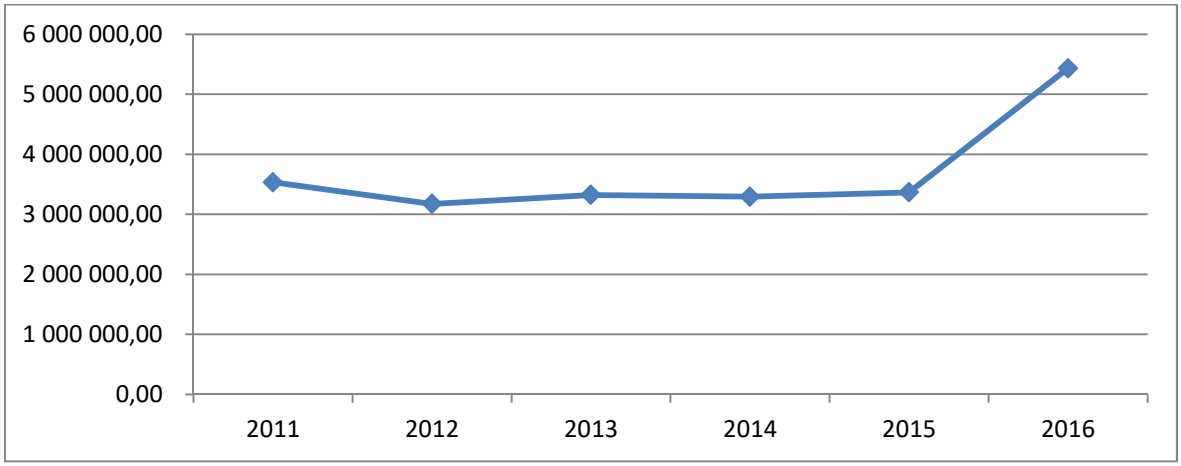
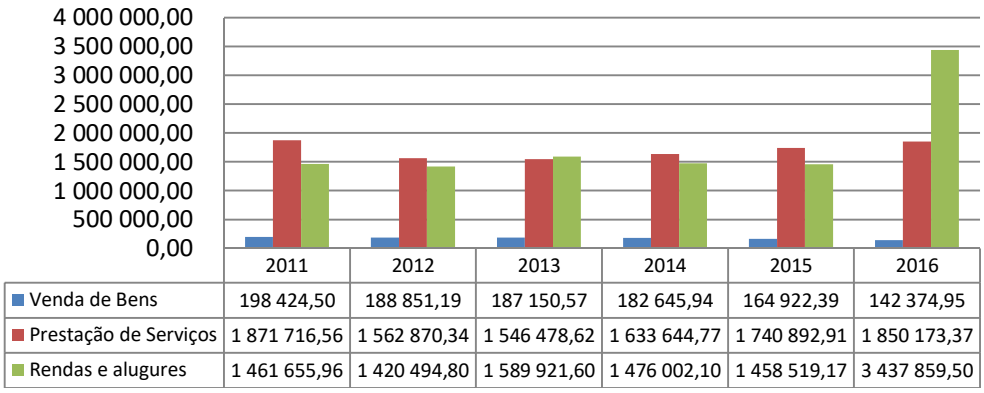


Gráfico nº. 28 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes

Quadro nº. 22 - Desagregação da venda de bens e prestação de serviços (unidade monetária: Euros)

Designação	2013	2014	2015	2016
Venda de Bens:	**187.150,57**	**182.645,94**	**164.922,39**	**142.374,95**
Livros e documentação técnica	1.866,65	5.283,15	5.222,50	5.013,40
Publicações e impressos	1.513,25	1.226,22	1.098,48	1.573,00
Bens inutilizados	0,00	4.910,95	0,00	0,00
Produtos alimentares e bebidas	0,00	68,00	0,00	0,00
Mercadorias	133.397,26	132.164,66	126.919,49	126.205,15
Outros	50.373,41	38.992,96	31.681,92	9.583,40
Prestação de Serviços:	**1.546.478,62**	**1.633.644,77**	**1.740.892,91**	**1.850.173,37**
Aluguer de espaços e equipamentos	2.189,53	3.453,66	1.153,39	2.181,06
Serv. sociais, rec. culturais e de desporto:	92.926,19	80.861,37	58.112,87	58.645,18
Serviços Sociais:	1.038,00	0,00	0,00	4.000,00
Publicidade e Patrocinios	1.038,00	0,00	0,00	4.000,00
Serviços recreativos	0,00	309,64	0,00	0,00
Serviços Culturais	25.679,45	26.701,60	16.855,00	16.108,30
Serviços Desportivos	66.208,74	53.850,13	41.257,87	38.536,88
Serviços Especificos da Autarquia	1.448.033,50	1.542.359,03	1.677.715,09	1.783.914,09
Saneamento	888.831,71	894.144,01	1.060.100,57	1.095.152,29
Residuos sólidos	471.905,18	545.646,06	527.974,77	561.959,68
Transportes colectivos de pessoas e mercadoria	22.948,10	23.010,65	20.892,29	15.015,86
Trabalhos por conta de particulares	3.692,05	2.801,99	1.003,86	2.801,60
Cemitérios	52.382,99	44.396,90	40.610,20	50.034,40
Outros	8.273,47	32.359,42	27.133,40	58.950,26
Outros	3.329,40	6.970,71	3.911,56	5.433,04
Rendas	**1.589.921,60**	**1.476.002,10**	**1.458.519,17**	**3.437.859,50**
Habitações	179.397,93	169.866,86	165.832,74	165.367,54
Edificios	205.712,83	117.773,03	114.265,58	2.090.881,21
Outras	1.204.810,84	1.188.362,21	1.178.420,85	1.181.610,75
TOTAL	**3.323.550,79**	**3.292.292,81**	**3.364.334,47**	**5.430.407,82**



	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Bens	198 424,50	188 851,19	187 150,57	182 645,94	164 922,39	142 374,95
Prestação de Serviços	1 871 716,56	1 562 870,34	1 546 478,62	1 633 644,77	1 740 892,91	1 850 173,37
Rendas e alugures	1 461 655,96	1 420 494,80	1 589 921,60	1 476 002,10	1 458 519,17	3 437 859,50

Gráfico nº. 29 – Desagregação da Venda de Bens e Prestação de Serviços

A rubrica em análise apresenta uma alteração bastante significativa de 2015 para 2016, registando um aumento global de 2.066.073,35€.

É na rubrica das Rendas de Edifícios que ocorre a arrecadação extraordinária de receita referente à antecipação de rendas da nascente dos Olhos de Água, já referida neste relatório.

6.2.3.7. Análise das Receitas de Capital

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2016, encontra-se descrita no quadro seguinte, com ilustração no gráfico nº. 30.

Quadro nº. 23 - Receitas de Capital (unidade monetária: Euros)

Receita de Capital	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de bens de investimento	281.662,79	258.438,06	1.819.362,76	203.692,78	227.067,53	217.320,11
Transferências de Capital	5.969.329,89	3.421.097,96	2.470.837,99	2.143.683,06	1.305.064,35	845.990,10
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	989.607,54	576.281,71	595.012,51	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	9.038,00	17.420,71	7.750,69	3.349,51	2.426,90	2.010,48

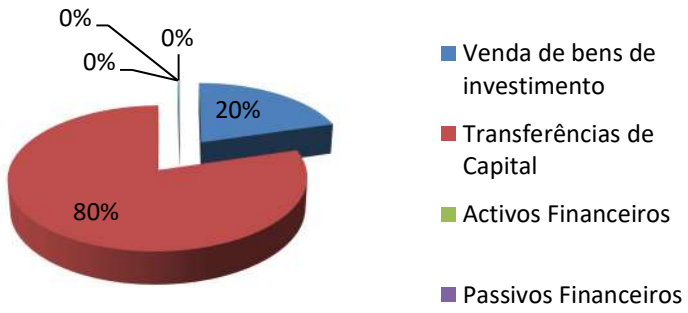
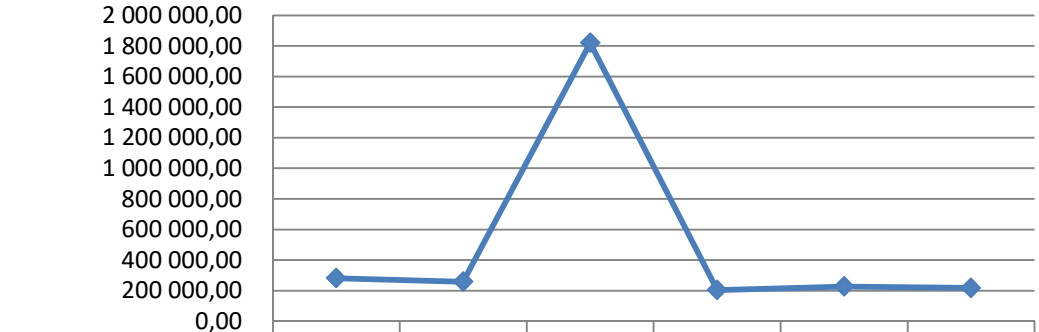


Gráfico nº. 30 – Repartição das Receitas de Capital 2016

6.2.3.8. Vendas de Bens de Investimento

A receita proveniente da venda de bens de investimento atingiu em 2014 o valor mais baixo dos últimos anos (203.692,78€) seguido do ano 2016 (217.320,11€).

O valor que se sobressai em 2013, conforme está representado no gráfico n.º 25, reflete a venda do edifício da antiga fábrica da *Johnson Controls*.

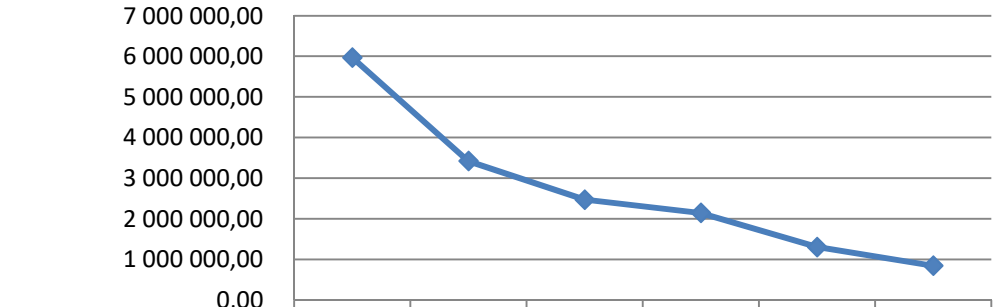


	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de bens de investimento	281 662,79	258 438,06	1 819 362,	203 692,78	227 067,53	217 320,11

Gráfico nº. 31 – Evolução da Venda de Bens de Investimento (2011 – 2016)

6.2.3.9. Transferências de Capital

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro para a Autarquia Local.



	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Transferências de Capital	5 969 329,89	3 421 097,96	2 470 837,99	2 143 683,06	1 305 064,35	845 990,10

Gráfico nº. 32 – Evolução das Transferências de Capital (2011 – 2016)

As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

No ano de 2016, entraram nos cofres do município 845.990,10€ de fundos relativos a verbas transferidas do Orçamento de Estado e outras entidades (Administração Central e Fundos Comunitários), sendo 614.736,00€ ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Contribuiu também para esta descida os atrasos ocorridos na aprovação e homologação das candidaturas ao novo quadro comunitário.

No quadro n.º 24 encontram-se desagregadas as transferências provenientes do Orçamento de Estado em correntes e de capital, podendo observar-se a sua evolução desde 2012.

Quadro nº. 24 - Transferências provenientes do Orçamento de Estado (unidade monetária: Euros)

	2012	2013	2014	2015	2016
Transferencias Correntes OE	4.984.070,00	6.202.190,00	6.445.669,50	7.184.307,50	7.095.938,00
Transferencias de Capital OE	2.436.240,00	1.218.120,00	598.366,00	604.559,00	614.736,00
TOTAL DE TRANSFERENCIAS DO OE	**7.420.310,00**	**7.420.310,00**	**7.044.035,50**	**7.788.866,50**	**7.710.674,00**

Verifica-se uma diminuição na ordem dos 78.192,50€ nas receitas provenientes de Transferências de Capital do Orçamento de Estado, conforme se demonstra no quadro.

6.3. Despesa

6.3.1. Execução Orçamental da Despesa

Quadro n.º 25 - Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução (unidade monetária: Euros)

Orçamento da Despesa	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Orçamento	23.836.329,00	20.380.446,00	18.972.489,61	20.878.131,00
Execução	19.115.115,60	17.236.860,09	17.533.975,73	18.785.170,10
%	**80,19%**	**84,58%**	**92,42%**	**89,98%**

No exercício de 2016 a despesa total foi de 18.785.170,10€, sendo 13.574.979,75€ de natureza corrente e 5.210.190,35€ no segmento de capital, o que corresponde a taxas de execução orçamental de 90,30% e 89,13%.

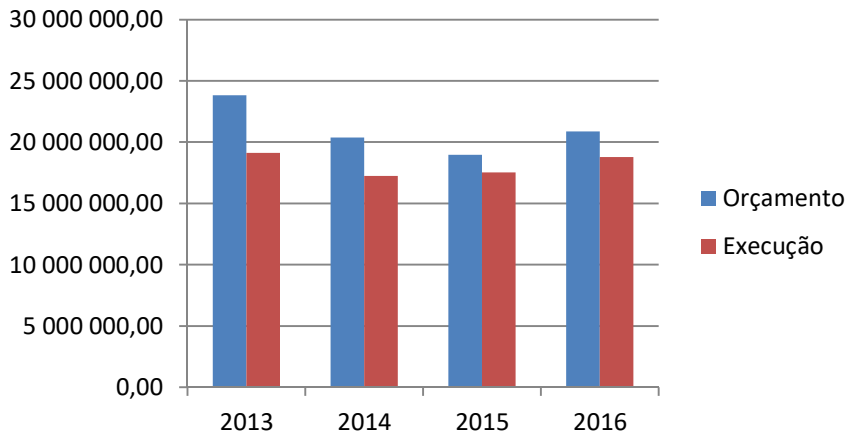
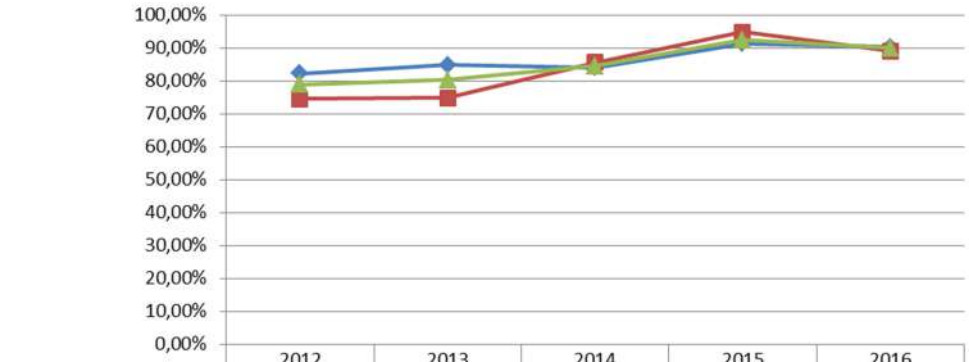


Gráfico nº. 33 - Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução



	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	82,21%	84,79%	84,02%	91,28%	90,30%
Despesas Capital	74,49%	74,84%	85,55%	94,79%	89,13%
Despesa Total	78,95%	80,19%	84,58%	92,42%	89,98%

Gráfico nº. 34 - Evolução das Taxas de Execução da Despesa

A análise do gráfico nº. 34, permite avaliar a evolução da despesa sob a perspetiva económica e de execução a nível de pagamentos conforme a sua natureza (corrente ou de capital)

Em 2015 a taxa de execução da despesa global foi de 92,42% e em 2016 foi de 89,98%.

Quadro n.º 26 – Execução da despesa (unidade monetária: Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução	Desvio		
	Inicial	Final		Valor (c) - (b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
DESPESAS CORRENTES	**15 412 633,00**	**15 032 386,00**	**13 574 979,75**	**-1 457 406,25**	**88,08%**	**90,30%**
Despesas com Pessoal	5 987 445,00	6 000 994,00	5 716 638,63	-284 355,37	95,48%	95,26%
Aquisição de Bens e Serviços	8 387 181,00	8 020 497,00	7 017 615,34	-1 002 881,66	83,67%	87,50%
Juros e Outros Encargos	140 767,00	115 767,00	114 953,60	-813,40	81,66%	99,30%
Transferencias Correntes	541 414,00	530 543,00	490 776,17	-39 766,83	90,65%	92,50%
Subsidios	29 196,00	29 196,00	14 461,77	-14 734,23	49,53%	49,53%
Outras Despesas Correntes	326 630,00	335 389,00	220 534,24	220 534,24	67,52%	65,75%
DESPESAS DE CAPITAL	**5 407 173,00**	**5 845 745,00**	**5 210 190,35**	**-635 554,65**	**96,36%**	**89,13%**
Aquisição de Bens de Capital	1 266 748,00	1 375 354,00	853 670,34	-521 683,66	67,39%	62,07%
Transferencia de Capital	561 970,00	544 229,00	511 799,48	-32 429,52	91,07%	94,04%
Ativos Financeiros	121 567,00	121 567,00	121 567,00	0,00	100,00%	100,00%
Passivos Financeiros	3 397 997,00	3 742 533,00	3 692 611,94	-49 921,06	108,67%	98,67%
Outras Despesas de Capital	58 891,00	62 062,00	30 541,59	-31 520,41	51,86%	49,21%
TOTAL DA DESPESA	**20 819 806,00**	**20 878 131,00**	**18 785 170,10**	**-2 092 960,90**	**90,23%**	**89,98%**

Com base no quadro acima, comparado o valor orçado (corrigido) das Despesas Totais (20.878.131,00€), com o efetivamente realizado / pago (18.785.170,10€) no ano

económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 89,98%, ou seja, o valor efetivo da despesa foi inferior ao previsto em 2.092.960,90€.

6.3.2. Estrutura e Evolução

6.3.2.1. Estrutura da Despesa Global

Ao analisar a despesa paga justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesas correntes e de capital e a sua variação no último quadriénio (de 2013 a 2016).

Quadro n.º 27 – Despesa Corrente e de Capital (unidade monetária: Euros)

Descrição	2013	2014	2015	2016			Tx Cresc.
				Dotação	Execução	Tx Exec.	
Despesas Correntes	10 877 612,09	10 884 258,65	11 693 606,36	15 032 386,00	13 574 979,75	90,30%	16,09%
Despesas de Capital	8 237 503,51	6 352 601,44	5 840 369,37	5 845 745,00	5 210 190,35	89,13%	-10,79%
DESPESAS TOTAIS	**19 115 115,60**	**17 236 860,09**	**17 533 975,73**	**20 878 131,00**	**18 785 170,10**	**89,98%**	**7,14%**

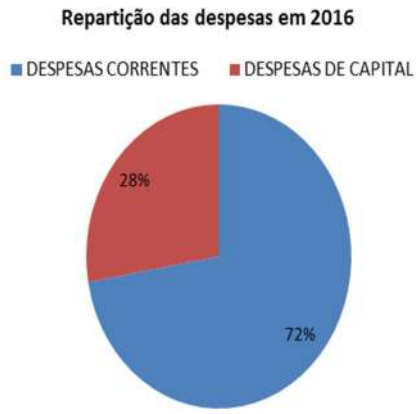


Gráfico nº. 36 - Repartição das despesas em 2016

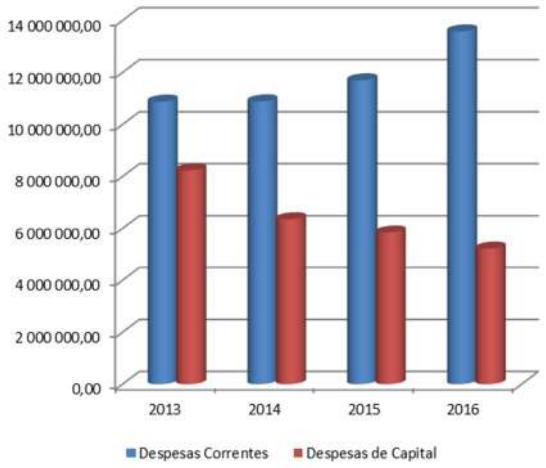


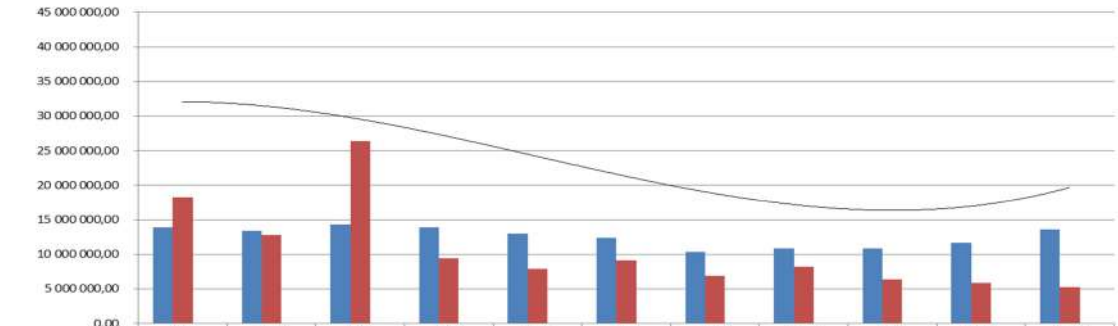
Gráfico nº. 37 – Variação da Despesa Paga

Da comparação dos valores de despesa paga de 2016 com os de 2015, resulta um aumento de 1.251.194,37€ (7,14%), por relação sobretudo com o comportamento das despesas correntes que tiveram uma subida de 1.881.373,39€.

As despesas correntes de 2016 representam 72,26% das despesas municipais, no valor total de 13.574.979,75€ e apresentam uma execução de 90,30%. A despesa corrente é composta por despesas com pessoal, aquisições de bens não duradouros, prestações sociais, subsídios, prestações de serviços, entre outras.

6.3.2.2. Evolução da Despesa Global

O próximo gráfico evidencia a despesa paga no que respeita a despesas correntes e de capital na última década.



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	13 915 652,63	13 387 648,47	14 292 876,48	13 883 258,23	12 963 820,23	12 349 361,14	10 370 516,98	10 877 612,09	10 884 258,65	11 693 606,36	13 574 979,75
Despesas Capital	18 304 909,32	12 731 501,30	26 347 483,25	9 442 390,96	7 841 334,42	9 120 618,28	6 864 979,71	8 237 503,51	6 352 601,44	5 840 369,37	5 210 190,35
Despesa Total	32 220 561,95	26 119 149,77	40 640 359,73	23 325 649,19	20 805 154,65	21 469 979,42	17 235 496,69	19 115 115,60	17 236 860,09	17 533 975,73	18 785 170,10

Gráfico nº. 38 – Evolução da Despesa Corrente/Despesa de Capital (2006 – 2016)

Constata-se que as despesas correntes aumentaram, comparativamente com os valores de 2015, apresentando um acréscimo de 16,09% (em termos absolutos 1.881.373,39€) e as despesas de capital diminuíram -10,79% (em termos absolutos reduziram 630.179,02€), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

6.3.2.3. Desagregação da Despesa Global

O quadro seguinte demonstra com mais detalhe a execução das rubricas orçamentais de despesa:

Quadro n.º 28 – Desagregação da Despesa Global (unidade monetária: Euros)

Despesas correntes				Despesas de Capital			
Designação	**Valor**	**% / Rcor**	**% TOTAL**	**Designação**	**Valor**	**% / Rcor**	**% TOTAL**
Despesas com pessoal	**5.716.638,63**	42,11%	30,43%	**Investimentos**	**849.938,32**	16,31%	4,52%
Aquisição de bens e Serviços	**7.017.615,34**	51,70%	37,36%	Terrenos	50.460,13	0,97%	0,27%
Aquisição de bens	871.435,87	6,42%	4,64%	Habitações	58.939,48	1,13%	0,31%
Aquisição de serviços	6.146.179,47	45,28%	32,72%	Edificios	184.627,94	3,54%	0,98%
Juros e outros encargos	**114.953,60**	0,85%	0,61%	Construções diversas	434.001,46	8,33%	2,31%
Juros da divida publica	114.953,60	0,85%	0,61%	Material de Transporte	21.669,29	0,42%	0,12%
Juros de locação financeira	0,00	0,00%	0,00%	Equipamento Informático	41.912,78	0,80%	0,22%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	0,00%	Software Informático	15.436,50	0,30%	0,08%
Transferencias Correntes	**490.776,17**	3,62%	2,61%	Equipamento administrativo	0,00	0,00%	0,00%
Soc. e quase soc. não financeiras	0,00	0,00%	0,00%	Equipamento básico	20.049,39	0,38%	0,11%
Administração Central	6.142,00	0,05%	0,03%	Outros investimentos	22.841,35	0,44%	0,12%
Administração Local	333.449,70	2,46%	1,78%	**Locação Financeira**	**3.732,02**	0,07%	0,02%
Instituições sem Fins lucrativos	78.296,45	0,58%	0,42%	Material de Transporte	0,00	0,00%	0,00%
Familias	72.888,02	0,54%	0,39%	Outros investimentos	3.732,02	0,07%	0,02%
Subsidios	**14.461,77**	0,11%	0,08%	**Bens de Dominio Publico**		0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	**220.534,24**	1,62%	1,17%	**Transferencia de capital**	**511.799,48**	9,82%	2,72%
				Administração Local	10.608,56	0,20%	0,06%
				Instituições sem fins lucrativos	501.190,92	9,62%	2,67%
				Ativos Financeiros	**121.567,00**	2,33%	0,65%
				Passivos Financeiros	**3.692.611,94**	70,87%	19,66%
				Amort Emp. Contraidos Curto Prazo		0,00%	0,00%
				Amort Emp. Contraidos M/L Prazo	3.692.611,94	70,87%	19,66%
				Outras Despesas de Capital	**30.541,59**	0,59%	0,16%
TOTAIS DE DESPESAS CORRENTES	**13.574.979,75**	**100,00%**	**72,26%**	**TOTAIS DE DESPESA DE CAPITAL**	**5.210.190,35**	**100,00%**	**27,74%**
TOTAIS DE DESPESAS				**18.785.170,10**			

A rubrica com maior contribuição para a totalidade das despesas pagas é das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes (37,36%), seguindo-se as Despesa com Pessoal (30,43%) e as Amortizações de Empréstimos Contraídos (19,66%).

Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 70,87% das Despesas de Capital e 19,66 % das Despesas Totais.

Os gráficos que se seguem representam o peso de cada item no total da despesa paga em 2015 e 2016.

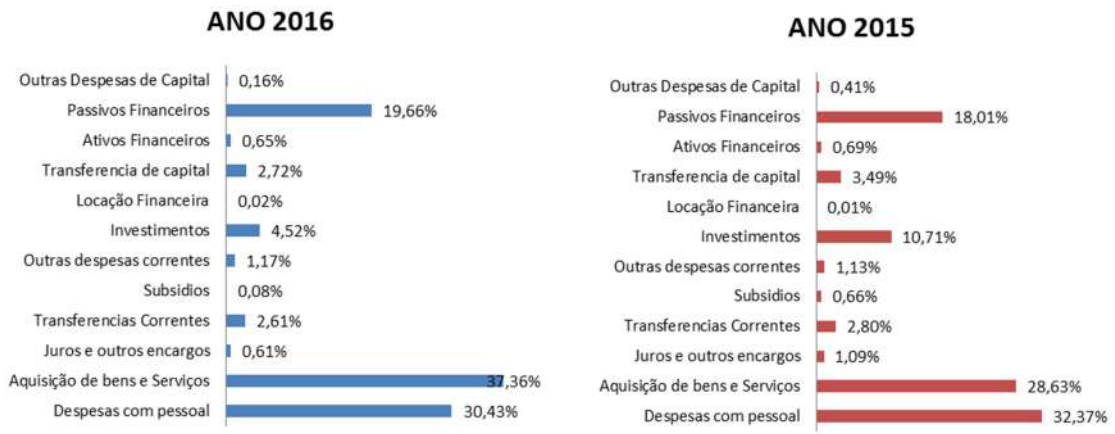


Gráfico nº. 39 – Desagregação das Despesas

6.3.2.4. Análise das Despesas Correntes

A Despesa Corrente apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº. 29 - Despesas Correntes (unidade monetária: Euros)

				2016			Crescimento	
	2013	2014	2015	Dotação	Execução	Tx Exec.	Valor	%
Pessoal	5.831.553,93	6.107.774,38	5.676.556,48	6.000.994,00	5.716.638,63	95,26%	40.082,15	0,71%
Aquisição de Bens e Serviços	4.004.721,26	4.201.909,23	5.020.554,42	8.020.497,00	7.017.615,34	87,50%	1.997.060,92	39,78%
Juros e Outros Encargos	408.752,48	281.544,17	191.335,96	115.767,00	114.953,60	99,30%	-76.382,36	-39,92%
Transferencias Correntes	383.220,31	130.952,14	491.421,68	530.543,00	490.776,17	92,50%	-645,51	-0,13%
Subsidios	15.077,85	10.587,10	115.053,48	29.196,00	14.461,77	49,53%	-100.591,71	-87,43%
Outras Despesas Correntes	234.286,26	151.491,63	198.684,34	335.389,00	220.534,24	65,75%	21.849,90	11,00%
DESPESAS TOTAIS	**10.877.612,09**	**10.884.258,65**	**11.693.606,36**	**15.032.386,00**	**13.574.979,75**	**90,30%**	**1.881.373,39**	**16,09%**

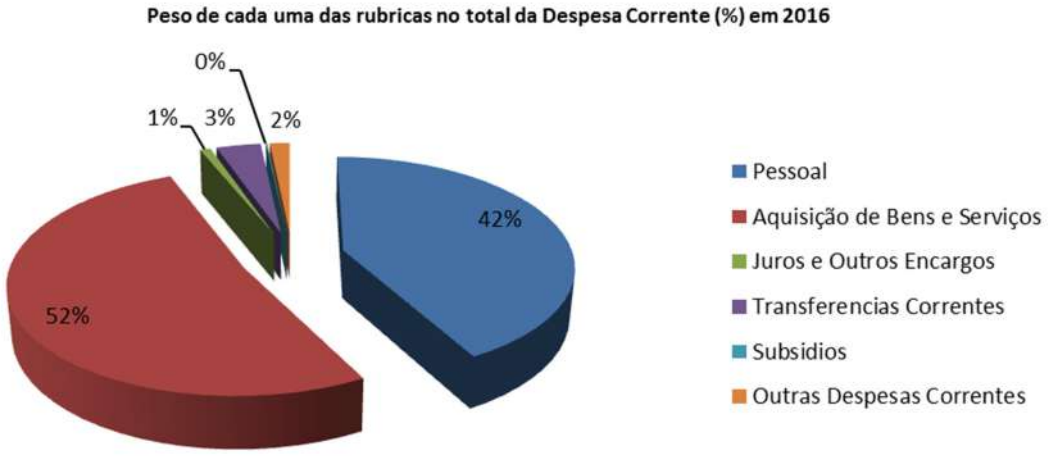
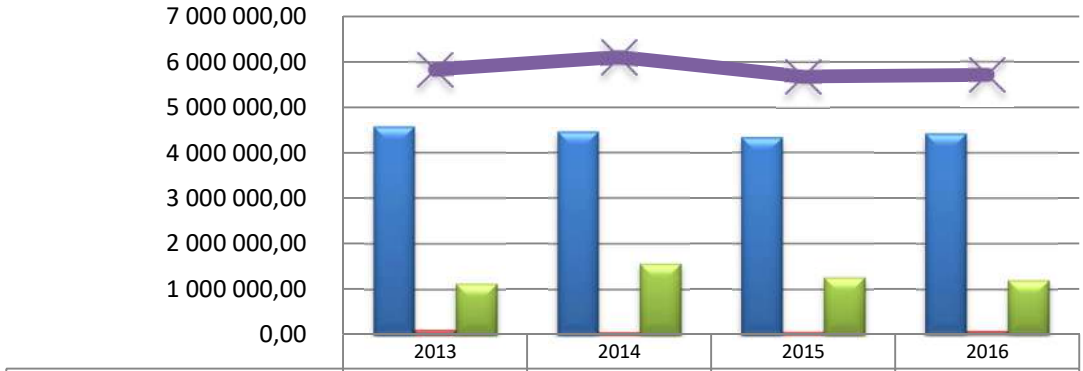


Gráfico nº. 40 – Pesa das rubricas no total da Despesa Corrente

No ano de 2016 foram as despesas com a Aquisição de bens e serviços que assumem o grupo de despesas correntes com maior expressão obtendo um peso de 51,70% no total das despesas correntes, seguida dos encargos com pessoal com 42,11%.

6.3.2.5. Despesas com Pessoal

Os encargos com o Pessoal ocupam um grande peso na globalidade das despesas correntes do Município, correspondendo a 42,11% das Despesas Correntes e 30,43% das Despesas Totais.



	2013	2014	2015	2016
Remunerações Certas e Permanentes	4 577 147,39	4 463 765,87	4 334 475,93	4 425 860,51
Abonos Variáveis ou eventuais	120 007,68	73 681,96	77 481,87	91 226,71
Segurança Social	1 134 398,86	1 570 326,55	1 264 598,68	1 199 551,41
Despesa Total	5 831 553,93	6 107 774,38	5 676 556,48	5 716 638,63

Gráfico nº. 41 – Evolução das Despesas com Pessoal nas suas Componentes

Com um valor global 5.716.638,63€ as despesas com pessoal registaram um aumento de 40.082,15€ (0,71%). O aumento das despesas com pessoal resulta principalmente da rúbrica “Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença".

Quadro nº. 30 - Despesas com Pessoal (unidade monetária: euros)

Descrição	2013	2014	2015	2016	Crescimento Valor	Crescimento %
Remunerações Certas e Permanentes						
Titulares de orgãos de soberania e membros orgãos autárquicos	95.433,60	122.943,90	122.383,94	129.659,49	7.275,55	5,94%
Pessoal dos Quadros - Regime contrato indiv trabalho	3.203.757,25	3.029.535,15	3.029.403,13	3.105.952,88	76.549,75	2,53%
Pessoal contratado a termo	23.260,60	0,00	0,00		0,00	
Pessoal em regime de tarefa ou avença	6.217,65	0,00	8.070,00	67.263,04	59.193,04	733,49%
Pessoal aguardando aposentação	6.237,66	37.884,44	12.025,72	1.281,52	-10.744,20	-89,34%
Pessoal em qualquer outra situação	151.371,80	191.783,95	131.795,13	108.333,92	-23.461,21	-17,80%
Representação	32.164,82	37.575,03	37.491,62	39.524,09	2.032,47	5,42%
Subsidio de Refeição	350.148,54	333.401,60	318.802,78	288.122,52	-30.680,26	-9,62%
Subsidio de férias e de Natal	616.142,60	603.261,67	577.404,04	585.118,50	7.714,46	1,34%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	92.412,87	107.380,13	97.099,57	100.604,55	3.504,98	3,61%
TOTAL DE REMUNERAÇÕES CERTAS	**4.577.147,39**	**4.463.765,87**	**4.334.475,93**	**4.425.860,51**	**91.384,58**	2,11%
Abonos Variáveis ou eventuais						
Horas Extraordinárias	38.327,28	19.694,57	21.902,65	33.177,20	11.274,55	51,48%
Ajudas de custo	1.198,17	3.757,99	4.481,44	3.634,51	-846,93	-18,90%
Abono para falhas	9.489,84	9.176,01	10.148,84	10.250,97	102,13	1,01%
Colaboração técnica e especializada	584,09	0,00	0,00		0,00	
Subsidio de trabalho nocturno	18.443,58	15.646,55	15.677,52	11.578,89	-4.098,63	-26,14%
Subsidio de turno	6.028,67	5.489,64	2.607,02	10.847,92	8.240,90	316,10%
Indemnizações por fim de funções	27.569,44				0,00	
Outros suplementos e prémios	18.366,61	19.917,20	22.664,40	21.737,22	-927,18	-4,09%
TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS	**120.007,68**	**73.681,96**	**77.481,87**	**91.226,71**	**13.744,84**	17,74%
Segurança Social						
Encargos com a saúde	175.251,62	523.951,97	204.553,04	131.792,70	-72.760,34	-35,57%
Subsidio familiar a criança e jovens	37.071,06	23.506,61	24.631,06	25.235,30	604,24	2,45%
Outras prestações familiares	1.257,66	12.183,05	9.464,18	10.567,14	1.102,96	11,65%
Contribuições para a Segurança Social	876.122,12	982.243,62	967.587,45	991.816,21	24.228,76	2,50%
Outras Pensões			4.267,45	4.617,29	349,84	8,20%
Seguros	44.696,40	28.441,30	54.095,50	35.522,77	-18.572,73	-34,33%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	**1.134.398,86**	**1.570.326,55**	**1.264.598,68**	**1.199.551,41**	**-65.047,27**	-5,14%
TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL	**5.831.553,93**	**6.107.774,38**	**5.676.556,48**	**5.716.638,63**	**40.082,15**	**0,71%**

O grupo mais representativo corresponde a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município num total de 4.425.860,51€. Segue-se o grupo referente a contribuições e encargos patronais com a segurança social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e seguros com pessoal) que totalizou 1.199.551,41€. O remanescente, no valor de 91.226,71€, reflete o conjunto de abonos variáveis e eventuais, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de Remunerações Certas e Permanentes representa 77,42% das Despesas com o Pessoal, evidenciando um acréscimo relativamente ao ano 2015 de 2,11% (91.384,58€), justificado fundamentalmente pelo aumento das rubricas "Pessoal dos Quadros – regime Contrato Individual de Trabalho e "Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença" no valor de €76.549,75 e 59.193,04 respetivamente. O acréscimo do valor pago em Pessoal dos

Quadros – regime Contrato Individual de Trabalho está relacionado com a gradual reposição salarial ocorrida durante 2016.

Os Abonos Variáveis e Eventuais figuram 1,60% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2015, um acréscimo de 17,74% (13.744,84€), fruto do aumento de horas extraordinárias.

A Segurança Social absorve 20,98% registando em relação ao exercício de 2015, um decréscimo de (-5,14%), correspondendo em termos absolutos uma diminuição de 65.047,27€. O decréscimo registado é explicado pela diminuição dos encargos de saúde e seguros.

Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, os valores apurados encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Quadro nº. 31 - Contribuições para a Segurança Social (unidade monetária: Euros)

	2013	2014	2015	2016
Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	44.752,60	36.746,18	41.045,71	43.372,35
Segurança Social dos Funcionários Públicos	808.779,94	776.432,00	753.625,32	767.690,24
Segurança Social - Regime Geral	22.589,58	169.065,44	172.916,42	180.753,62

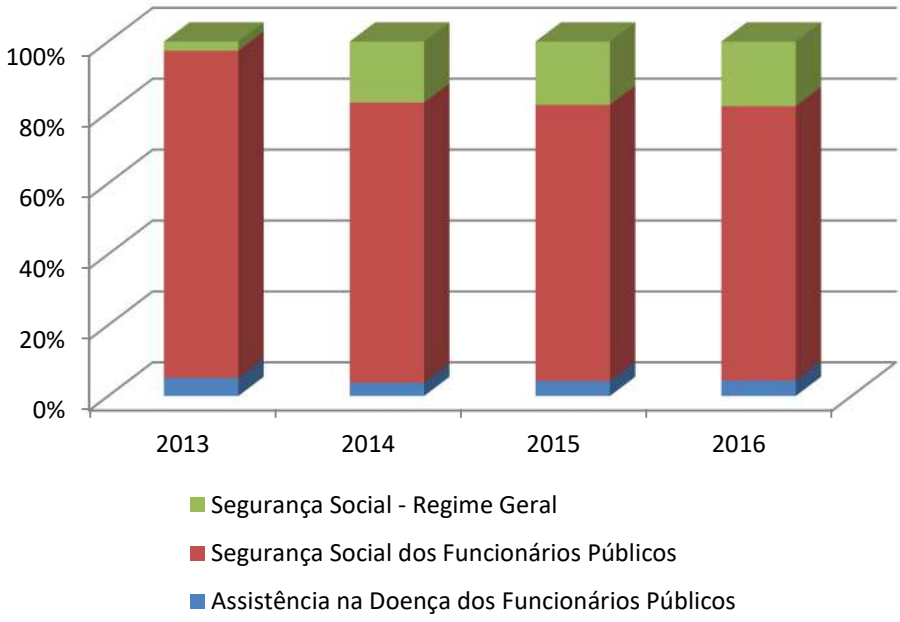


Gráfico nº. 42 – Contribuições para a Segurança Social

Quadro nº.32 – Evolução do número de trabalhadores do Município

Número de Trabalhadores	31/12/2015	31/12/2016
Serviços Municipalizados	72	59
Câmara Municipal	313	307
Total	385	366
Redução de número de trabalhadores	19	

Relativamente a esta despesa convém referir que, ao abrigo do art.º 78.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), para efeitos de acompanhamento da evolução das despesas com pessoal, os Municípios e Serviços Municipalizados deverão reportar trimestralmente para a DGAL, através da aplicação SIIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais), informação relativa às Despesas com Pessoal, bem como a justificação para eventuais aumentos dessa despesa.

6.3.2.6. Aquisição de Bens e Serviços Correntes

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços.

O conjunto das despesas com aquisição de bens e serviços correntes ascendeu a 7.017.615,34€, o que corresponde a uma execução de 87,50% e um aumento de 39,78%. De referir, que numa abordagem global das despesas pagas deste agrupamento, podemos observar que 6.146.179,47€ são relativos a aquisição de serviços e 871.435,87€ a aquisição de bens. A aquisição de serviços é superior em relação à aquisição de bens, representando 87,58%.

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas pagas em aquisição de bens e serviços.

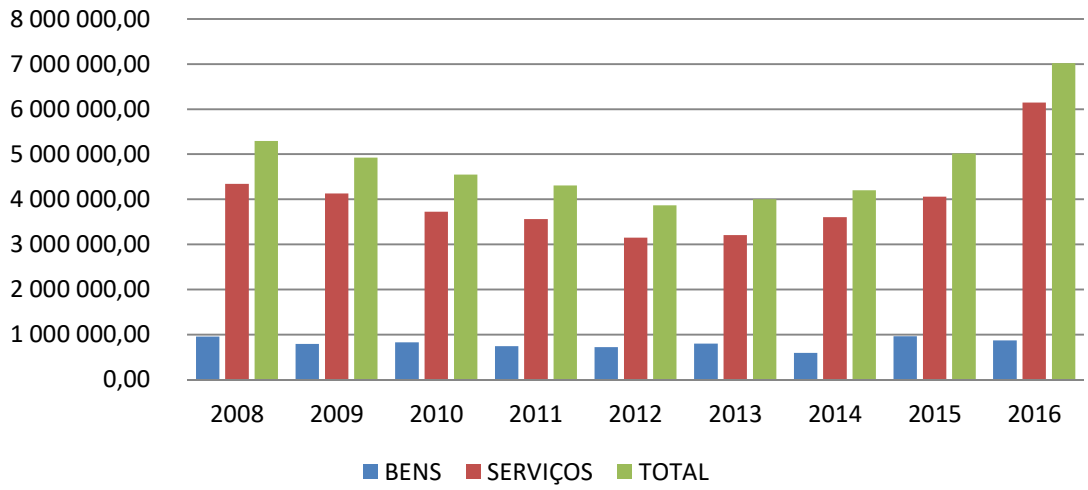


Gráfico nº. 43 – Aquisição de Bens e Serviços Correntes

No ano 2016 registou-se um crescimento de 39,78% da despesa paga na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços Correntes conforme se observa no quadro seguinte:

Quadro nº. 33 - Evolução da despesa - Aquisição de bens e serviços correntes (unidade monetária: Euros)

Designação	2013	2014	2015	2016 Valor	2016 Desvio / Variação	2016 Tx Crescimento	2016 Peso
Despesa Paga							
Aquisição de Bens	800 200,81	594 733,55	960 135,87	871 435,87	-88 700,00	-9,24%	12,42%
Aquisição de Serviços	3 204 520,45	3 607 175,68	4 060 418,55	6 146 179,47	2 085 760,92	51,37%	87,58%
Total	4 004 721,26	4 201 909,23	5 020 554,42	7 017 615,34	1 997 060,92	39,78%	100,00%

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

6.3.2.7. Aquisição de Bens

No ano 2016, a aquisição de bens totalizou 871.435,87€. O valor apurado representa 4,64% da despesa total paga do Município.

Importa referir que a despesa realizada com combustíveis e lubrificantes encontra-se na liderança da hierarquia das mais elevadas, tendo absorvido 54,17% da despesa total com aquisição de bens. Em segundo lugar poderemos observar a despesa relativa a alimentação – refeições confecionadas que diminuiu a sua ponderação e absorveu 26,68% do mesmo universo, facto que se deveu a um enorme esforço com a redução da divida a entidades fornecedoras de refeições escolares efetuado em 2015.

O próximo quadro apresenta em detalhe a evolução registada.

Quadro n. 34 - Aquisição de Bens Correntes (unidade monetária: Euros)

Designação	Despesa Paga 2015 Valor	%	2016 Valor	%	Δ 2015 / 2016 Nominal	%
Combustíveis e lubrificantes	**429.478,77**	44,73%	**472.050,77**	54,17%	42.572,00	9,91%
Gasolina	18.041,31	1,88%	15.358,66	1,76%	-2.682,65	-14,87%
Gasóleo	288.608,41	30,06%	257.263,37	29,52%	-31.345,04	-10,86%
Outros	122.829,05	12,79%	199.428,74	22,89%	76.599,69	62,36%
Limpeza e higiene	**8.752,78**	0,91%	**7.367,32**	0,85%	-1.385,46	-15,83%
Alimentação-Refeições confeccionadas	**373.153,50**	38,86%	**232.508,02**	26,68%	-140.645,48	-37,69%
Vestuário e artigos pessoais	**39,98**	0,00%	**3.369,89**	0,39%	3.329,91	8328,94%
Material de escritório	**6.793,04**	0,71%	**8.046,55**	0,92%	1.253,51	18,45%
Consumíveis de Informática	757,41	0,08%	883,00	0,10%	125,59	16,58%
Outros	6.035,63	0,63%	7.163,55	0,82%	1.127,92	18,69%
Produtos químicos e farmacêuticos	**11.747,79**	1,22%	**7.595,91**	0,87%	-4.151,88	-35,34%
Produtos vendidos nas farmácias	**97,50**	0,01%	**206,36**	0,02%	108,86	111,65%
Material de transporte-Peças	**34.197,97**	3,56%	**57.135,63**	6,56%	22.937,66	67,07%
Outro material-Peças	**3.723,33**	0,39%	**12.380,19**	1,42%	8.656,86	232,50%
Prémios, condecorações e ofertas	**1.696,25**	0,18%	**600,45**	0,07%	-1.095,80	-64,60%
Mercadorias para venda	**100,00**	0,01%	**0,00**	0,00%	-100,00	-100,00%
Ferramentas e utensílios	**2.066,89**	0,22%	**1.667,40**	0,19%	-399,49	-19,33%
Livros e documentação técnica	**0,00**	0,00%	**169,90**	0,02%	169,90	0,00%
Material de educação, cultura e recreio	**48.498,05**	5,05%	**43.665,91**	5,01%	-4.832,14	-9,96%
Outros bens	**39.790,02**	4,14%	**24.671,57**	2,83%	-15.118,45	-38,00%
Total	**960.135,87**	**100,00%**	**871.435,87**	**100,00%**	**-88.700,00**	-9,24%

6.3.2.8. Aquisição de Serviços

Verifica-se, em termos nominais, no que respeita à despesa paga pelo Município de Portalegre na Aquisição de Serviços, um aumento de 2.085.760,92€ em relação ao registado no ano anterior.

Quadro nº. 35 - Aquisição de Serviços Correntes (unidade monetária: Euros)

Designação	Despesa Paga 2015		Despesa Paga 2016		Δ 2015 / 2016	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Encargos das instalações	755.728,47	18,61%	753.053,68	12,25%	-2.674,79	-0,35%
Conservação de bens	14.096,33	0,35%	18.505,85	0,30%	4.409,52	31,28%
Locação de edifícios	59.690,44	1,47%	40.520,52	0,66%	-19.169,92	-32,12%
Locação de material de informática	40.403,88	1,00%	46.331,31	0,75%	5.927,43	14,67%
Locação de outros bens	12.328,44	0,30%	14.251,30	0,23%	1.922,86	15,60%
Comunicações	39.534,25	0,97%	39.988,71	0,65%	454,46	1,15%
Transportes	249.131,79	6,14%	255.643,27	4,16%	6.511,48	2,61%
Seguros	53.809,25	1,33%	51.610,02	0,84%	-2.199,23	-4,09%
Deslocações e estadas	2.912,40	0,07%	1.325,26	0,02%	-1.587,14	-54,50%
Formação	1.505,75	0,04%	3.258,01	0,05%	1.752,26	116,37%
Publicidade	12.356,36	0,30%	12.394,37	0,20%	38,01	0,31%
Vigilância e segurança	16.514,08	0,41%	12.823,30	0,21%	-3.690,78	-22,35%
Assistência técnica	40.664,02	1,00%	42.656,54	0,69%	1.992,52	4,90%
Outros trabalhos especializados	1.704.490,20	41,98%	3.773.394,24	61,39%	2.068.904,04	121,38%
Serviços de Saude	6.316,35	0,16%	9.127,82	0,15%	2.811,47	44,51%
Encargos de cobrança de receitas	114.172,34	2,81%	105.134,60	1,71%	-9.037,74	-7,92%
Outros serviços	936.764,20	23,07%	966.160,67	15,72%	29.396,47	3,14%
Total	**4.060.418,55**	**100,00%**	**6.146.179,47**	**100,00%**	**2.085.760,92**	**51,37%**

As rubricas com maior peso no total das aquisições de serviços ao longo do ano 2016 foram:

- Outros serviços, que apesar de se ter observado um aumento de 3,14% relativo ao ano anterior, tem um peso de 15,72% no total deste agrupamento;
- Encargos das Instalações, com um decréscimo de 0,35%, têm um peso de 12,25% no total;
- Outros trabalhos especializados, que totalizaram em 2016, o montante de 3.773.394,24€, com um acréscimo de pagamento relativo ao ano anterior no valor de 2.068.904,04€ (121,38%).

O aumento registado na rubrica de outros trabalhos especializados foi decorrente do pagamento extraordinário à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., na sequência do acordo já referido, no qual ficou estabelecido que o valor correspondente à antecipação da renda de cedência da nascente dos Olhos de Água seria integralmente utilizado para liquidação da dívida existente com aquela entidade.

6.3.2.9. Encargos Correntes da Dívida

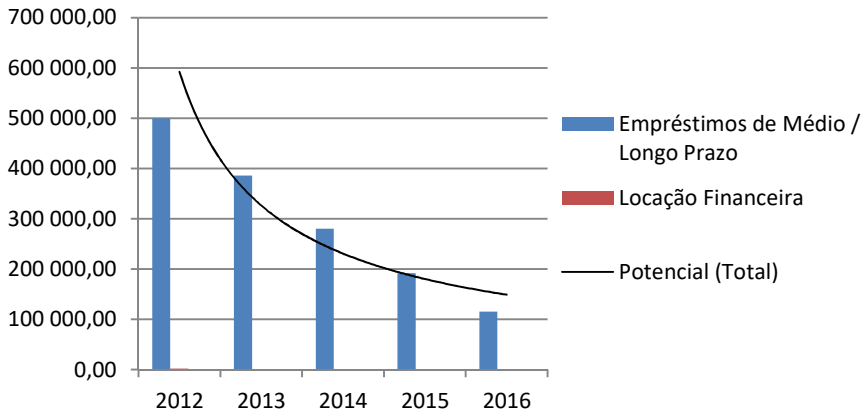


Gráfico nº. 44 – Juros Pagos

Entre 2012 e 2016 a despesa com juros diminuiu significativamente, alteração justificada pela descida das taxas de juro. Nalguns empréstimos, o Município encontra-se somente a amortizar capital, não ocorrendo pagamento de qualquer encargo com juros, pelo facto da taxa de referência se encontrar negativa.

As taxas de juros contratadas dos empréstimos em curso encontram-se indicadas no Mapa de Empréstimos, mapa este que integra a Prestação de Contas da autarquia.

6.3.2.9. Transferências Correntes e Subsídios

O classificador económico do POCAL define transferências correntes como os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida e subsídios como os fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção. Considera-se ainda *Subsídios* as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional.

Seguidamente insere-se um quadro ilustrativo da evolução das transferências correntes e subsídios atribuídos:

Quadro nº. 36 - Transferências Correntes e Subsídios (unidade monetária: Euros)

Designação	2016	2015	2014	2013
Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	35 000,00		
Administração Central	6 142,00	6 036,00	5 976,00	6 084,00
Administração Local	333 449,70	128 926,93	45 957,93	63 960,68
Freguesias	186 207,69	83 681,42	25 295,52	25 000,00
Associações de Municipios	147 242,01	45 245,51	20 662,41	38 960,68
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos	78 296,45	283 787,34	79 018,21	313 175,63
Familias	72 888,02	37 671,41	0,00	0,00
Subsídios	14 461,77	115 053,48	10 587,10	15 077,85
TOTAL	**505 237,94**	**606 475,16**	**141 539,24**	**398 298,16**
Variação Valor	-101 237,22	464 935,92	-256 758,92	
Variação %	-16,69%	328,49%	-64,46%	

As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades, sem qualquer contrapartida somaram 505.237,94€, apresentando uma diminuição de 101.237,22€, em relação ao verificado no ano anterior.

Na rubrica de Transferências Correntes estão registadas todos os fluxos sem contrapartida financeira que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal assim como as transferências para as freguesias, sejam as que se destinam ao apoio do funcionamento das suas atividades, sejam as que se destinam à concretização de ações correspondentes à execução de protocolos no âmbito das delegações de competências.

As verbas inscritas em Administração Local correspondem às transferências para as Freguesias e às transferências para as Associações de Municípios para pagamento de quotas e de parcerias em projetos financiados (destacamos as transferências efetuadas para a CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, a Qualifica – Associação Nacional de Municípios e Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Areanatejo – Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo).

A rubrica de subsídios regista uma diminuição de 100.591,71€. Esta variação é justificada pela transferência efetuada em 2015 para os Serviços Municipalizados de Portalegre no

valor de 91.635,46€, para compensar o resultado líquido negativo apurado em 2014. A diferença remanescente é explicada pela diminuição ocorrida nos subsídios entregues no âmbito do cartão do Idoso e do cartão social, para ajuda à compra de medicamentos, água e transportes.

6.3.2.10. Outras Despesas Correntes

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2016 aos 220.534,24€. Neste ano constata-se um acréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 11,00% correspondendo a um aumento de 21.849,90€.

Quadro nº. 37 - Outras Despesas Correntes (unidade monetária: Euros)

Designação	2016		2015		2014		2013		Tx de crescimento
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Ativos Incorpóreos	6.572,87	2,98%	5.018,76	2,53%	3.055,53	2,02%	17.509,20	7,47%	30,97%
Outras restituições	28.876,13	13,09%	7.849,55	3,95%	6.173,20	4,07%	6.134,77	2,62%	267,87%
Serviços Bancários	21.177,09	9,60%	21.377,62	10,76%	43.138,55	28,48%	60.191,62	25,69%	-0,94%
Outras	163.908,15	74,32%	164.438,41	82,76%	99.124,35	65,43%	150.450,67	64,22%	-0,32%
TOTAL	**220.534,24**	**100,00%**	**198.684,34**	**100,00%**	**151.491,63**	**100,00%**	**234.286,26**	**100,00%**	**11,00%**

6.3.2.11. Análise das Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 5.210.190,35€, registando-se um desvio negativo, em termos absolutos, de 630.179,02€ em relação ao ano anterior, traduzindo uma diminuição de 10,79%.

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2016, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

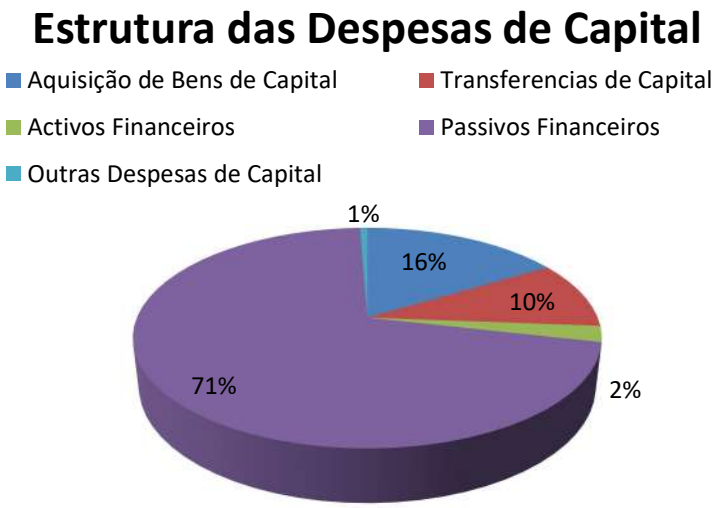


Gráfico nº. 45 – Despesas de Capital

A Despesa de Capital apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº. 38 - Evolução das Despesas de Capital (unidade monetária: Euros)

Evolução Das Despesas de Capital	2013	2014	2015	2016 Dotação	2016 Execução	Tx Exec.	Crescimento %	Crescimento Valor
Aquisição de Bens de Capital	3.904.185,07	2.623.346,04	1.878.233,05	1.375.354,00	853.670,34	62,07%	-54,55%	-1.024.562,71
Transferencias de Capital	1.020.308,92	334.912,44	611.813,60	544.229,00	511.799,48	94,04%	-16,35%	-100.014,12
Activos Financeiros			121.567,00	121.567,00	121.567,00	100,00%	0,00%	0,00
Passivos Financeiros	3.312.357,65	3.344.425,97	3.157.712,03	3.742.533,00	3.692.611,94	98,67%	16,94%	534.899,91
Outras Despesas de Capital	651,87	49.916,99	71.043,69	62.062,00	30.541,59	49,21%	-57,01%	-40.502,10
TOTAL	**8.237.503,51**	**6.352.601,44**	**5.840.369,37**	**5.845.745,00**	**5.210.190,35**	**89,13%**	**-10,79%**	**-630.179,02**

6.3.2.12. Investimento Global

O investimento municipal reveste-se de uma importância crucial na sociedade local, na medida em que espelha a política de orientação sócio - económica seguida pela Autarquia, assente num conjunto de meios técnicos e financeiros ao seu dispor.

O investimento global do município é caracterizado pelas suas componentes - Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto) e Ativos e Passivos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações).

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução no último quadriénio, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº. 39 - Evolução Investimento Global (unidade monetária: Euros)

Componente	2013	2014	% Desp Total	Tx Cresc.	2015	% Desp Total	Tx Cresc.	2016	% Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	3.904.185,07	2.623.346,04	13,72%	-32,81%	1.878.233,05	10,90%	-28,40%	853.670,34	4,87%	-54,55%
Transferencias de Capital	1.020.308,92	334.912,44	1,75%	-67,18%	611.813,60	3,55%	82,68%	511.799,48	2,92%	-16,35%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00%		121.567,00	0,71%		121.567,00	0,69%	0,00%
Passivos Financeiros	3.312.357,65	3.344.425,97	17,50%	0,97%	3.157.712,03	18,32%	-5,58%	3.692.611,94	21,06%	16,94%
Outras Despesas Capital					71.043,69			30.541,59	0,17%	-57,01%
TOTAL	8.236.851,64	6.302.684,45	32,97%	-23,48%	5.840.369,37	33,88%	-7,34%	5.210.190,35	29,71%	-10,79%

6.3.2.12. Investimento Direto

O investimento direto engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Quadro nº. 40 - Estrutura do Investimento Direto (unidade monetária: Euros)

	2015	Previsto	2016	%	Crescimento 2015/2016	
	Valor Executado		Valor Executado		Valor	%
Terrenos	8.289,73	70.522,00	50.460,13	71,55%	42.170	508,71%
Habitações	262.489,86	148.855,00	58.939,48	39,60%	-203.550,38	-77,55%
Edifícios	794.307,21	368.118,00	184.627,94	50,15%	-609.679	-76,76%
Construções Diversas	629.786,46	588.780,00	434.001,46	73,71%	-195.785	-31,09%
Material de Transporte	3.316,49	22.838,00	21.669,29	94,88%	18.353	553,38%
Equipamento de Informática	36.792,36	68.008,00	41.912,78	61,63%	5.120	13,92%
Software informático	58.834,36	31.826,00	15.436,50	48,50%	-43.398	-73,76%
Equipamento Administrativo	53.998,07	200,00	0,00	0,00%	-53.998	-100,00%
Equipamento Básico	9.070,69	31.288,00	20.049,39	64,08%	10.979	121,03%
Outros Investimentos	20.435,70	40.919,00	22.841,35	55,82%	2.406	11,77%
Locação Financeira	912,12	4.000,00	3.732,02	93,30%	2.820	309,16%
TOTAL	**1.878.233,05**	**1.375.354,00**	**853.670,34**	**62,07%**	**-1.024.563**	**-54,55%**

Em 2016 o Investimento Direto executado somou 853.670,34€, refletindo uma diminuição de 54,55% relativamente ao ano anterior.

A diminuição observada justifica-se pelo abrandamento do investimento e pelo término de pagamento de alguns acordos de pagamento.

6.3.2.12. Transferências de Capital

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Contempla os fluxos monetários não reembolsáveis que se destinam a financiar despesas das entidades beneficiárias, onde se incluem as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e empresas municipais e intermunicipais.

A atribuição de verbas, pertencentes à transferência de capital do município a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 511.799,48€, traduzindo uma diminuição de 16,35% (100.014,12€), em relação ao verificado no anterior exercício económico. Esta diminuição está relacionada com o pagamento efetuado em 2015 da prestação de Dezembro de 2014 do Protocolo entre a Fundação Robinson e o Município de Portalegre no valor de 155.000€. Em 2015 e 2016 não se registaram atrasos neste pagamento.

Quadro nº. 41 - Transferências de Capital (despesa) (unidade monetária: Euros)

Designação	2013	2014	2015	2016	Crescimento %	Crescimento Valor	Crescimento %
Administrações Públicas	88.844,72	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00 €	
Publicas Municipais e Intermunicipais	88.844,72	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00 €	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00 €	
Administrações Local	60.489,70	0,00	18.261,60	10.608,56	2,07%	-7.653,04 €	-41,91%
Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00 €	
Freguesias	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00 €	
Associações de Municípios	35.489,70	0,00	18.261,60	10.608,56	2,07%	-7.653,04 €	-41,91%
Instituições sem Fins Lucrativos	870.974,50	334.912,44	593.552,00	501.190,92	97,93%	-92.361,08 €	-15,56%
DESPESAS TOTAIS	**1.020.308,92**	**334.912,44**	**611.813,60**	**511.799,48**		**-100.014,12 €**	-16,35%

6.3.2.13. Passivos Financeiros

Durante o ano económico de 2016, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou 3.692.611,94€.

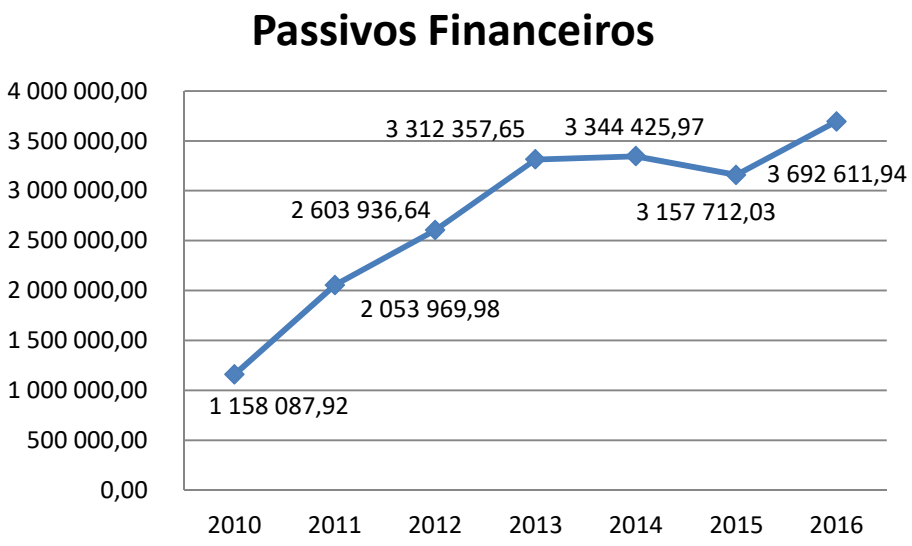


Gráfico nº. 46 - Evolução dos Passivos Financeiros (2010 - 2016)

Regista-se uma subida, a partir de Agosto de 2016, pela retenção mensal através da Direção Geral das Autarquias Locais do correspondente a 10% do Fundo de Equilíbrio Financeiro e da Participação Variável do IRS para amortização da prestação vencida e não paga do Empréstimo de Saneamento Financeiro do Banco BPI. Em 2016, foi retido o valor mensal de 61.009,00€, de Agosto a Dezembro para pagamento da prestação em falta no valor total de 953.772,73€.

6.3.3. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano traduzem-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

O Plano Plurianual de Investimentos, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

Quadro nº. 42 - Grandes Opções do Plano por Objetivo/Programa (unidade monetária: Euros)

OBJECTIVO/PROGRAMA N.º	Designação	DOT. DEF.	EXECUÇÃO VALOR	EXECUÇÃO %	DESVIO VALOR	DESVIO %
111	Administração Geral	624.971,00	511.444,50	81,83%	-113.526,50	-18,17%
121	Protecção Civil - Luta contra Incêndios	146.756,00	146.755,92	100,00%	-0,08	0,00%
	Total – Funções Gerais	**771.727,00**	**658.200,42**	**85,29%**	**-113.526,58**	**-14,71%**
211	Ensino Não Superior	874.081,00	509.510,19	58,29%	-364.570,81	-41,71%
232	Acção Social	331.084,00	265.240,57	80,11%	-65.843,43	-19,89%
241	Habitação	69.136,00	0,00	0,00%	-69.136,00	-100,00%
242	Ordenamento do Território	8.876,00	7.402,48	83,40%	-1.473,52	-16,60%
243	Saneamento	2.888.877,00	2.760.587,79	95,56%	-128.289,21	-4,44%
244	Abastecimento de Água	46.918,00	46.912,68	99,99%	-5,32	-0,01%
245	Resíduos Sólidos	1.073.458,00	1.020.438,06	95,06%	-53.019,94	-4,94%
246	Protecção do Meio Ambiente e Conservação	20.158,00	13.018,57	64,58%	-7.139,43	-35,42%
251	Cultura	180.116,00	118.501,73	65,79%	-61.614,27	-34,21%
252	Desporto, Recreio e Lazer	110.496,00	63.325,90	57,31%	-47.170,10	-42,69%
	Total – Funções Sociais	**5.603.200,00**	**4.804.937,97**	**85,75%**	**-798.262,03**	**-14,25%**
311	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	143.240,00	123.444,28	86,18%	-19.795,72	-13,82%
321	Parques Industriais	86.621,00	58.030,68	66,99%	-28.590,32	-33,01%
322	Iluminação Pública	740.509,00	721.435,90	97,42%	-19.073,10	-2,58%
331	Transportes Rodoviários	518.157,00	394.553,19	76,15%	-123.603,81	-23,85%
341	Mercados e Feiras	501,00	0,00	0,00%	-501,00	-100,00%
342	Turismo	139.217,00	99.801,00	71,69%	-39.416,00	-28,31%
352	Defesa do Consumidor	10.197,00	7.517,16	73,72%	-2.679,84	-26,28%
	Total – Funções Económicas	**1.638.442,00**	**1.404.782,21**	**85,74%**	**-233.659,79**	**-14,26%**
411	Empréstimos	3.858.300,00	3.807.565,54	98,69%	-50.734,46	-1,31%
421	Administração Autárquica	184.158,00	183.302,85	99,54%	-855,15	-0,46%
422	Administração Central	121.567,00	121.567,00	100,00%	0,00	0,00%
	Total – Outras Funções	**4.164.025,00**	**4.112.435,39**	**98,76%**	**-51.589,61**	**-1,24%**
TOTAL		**12.177.394,00**	**10.980.355,99**	**90,17%**	**-1.197.038,01**	**-9,83%**

Quadro nº. 43 - Plano Plurianual de Investimento por Objetivo/Programa (unidade monetária: Euros)

OBJECTIVO/PROGRAMA N.º	Designação	DOT. DEF.	EXECUÇÃO VALOR	EXECUÇÃO %	DESVIO VALOR	DESVIO %
111	Administração Geral	167.651,00	104.455,41	62,31%	-63.195,59	-37,69%
	Total – Funções Gerais	**167.651,00**	**104.455,41**	**62,31%**	**-63.195,59**	**-37,69%**
211	Ensino Não Superior	160.056,00	31.826,22	19,88%	-128.229,78	-80,12%
232	Acão Social	83.828,00	66.279,08	79,07%	-17.548,92	-20,93%
241	Habitação	69.136,00	0,00	0,00%	-69.136,00	-100,00%
242	Ordenamento do Território	7.342,00	6.081,76	82,84%	-1.260,24	-17,16%
243	Saneamento	38.289,00	35.971,38	93,95%	-2.317,62	-6,05%
244	Abastecimento de Água	46.913,00	46.912,68	100,00%	-0,32	0,00%
245	Resíduos Sólidos	36.452,00	25.177,30	69,07%	-11.274,70	-30,93%
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	16.448,00	11.245,74	68,37%	-5.202,26	-31,63%
251	Cultura	49.722,00	13.730,68	27,61%	-35.991,32	-72,39%
252	Desporto, Recreio e Lazer	44.101,00	22.826,38	51,76%	-21.274,62	-48,24%
	Total – Funções Sociais	**552.287,00**	**260.051,22**	**47,09%**	**-292.235,78**	**-52,91%**
311	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	22.674,00	21.923,96	96,69%	-750,04	-3,31%
321	Parques Industriais	86.621,00	58.030,68	66,99%	-28.590,32	-33,01%
322	Iluminação Pública	28.338,00	14.655,88	51,72%	-13.682,12	-48,28%
331	Transportes Rodoviários	517.782,00	394.553,19	76,20%	-123.228,81	-23,80%
341	Mercados e Feiras	1,00	0,00	0,00%	-1,00	-100,00%
	Total – Funções Económicas	**655.416,00**	**489.163,71**	**74,63%**	**-166.251,29**	**-25,37%**
TOTAL		**1.375.354,00**	**853.670,34**	**62,07%**	**-521.682,66**	**-37,93%**

Quadro nº. 44 - Atividades mais Relevantes por Objetivo/Programa (unidade monetária: Euros)

OBJECTIVO/PROGRAMA		DOT. DEF.	EXECUÇÃO		DESVIO	
N.º	Designação		VALOR	%	VALOR	%
111	Administração Geral	457.320,00	406.989,09	88,99%	-50.330,91	-11,01%
121	Proteção Civil, Luta Contra Incêndios	146.756,00	146.755,92	100,00%	-0,08	0,00%
	Total – Funções Gerais	**604.076,00**	**553.745,01**	**91,67%**	**-50.330,99**	**-8,33%**
211	Ensino Não Superior	714.025,00	477.683,97	66,90%	-236.341,03	-33,10%
232	Acção Social	247.256,00	198.961,49	80,47%	-48.294,51	-19,53%
242	Ordenamento do Território	1.534,00	1.320,72	86,10%	-213,28	-13,90%
243	Saneamento	2.850.588,00	2.724.616,41	95,58%	-125.971,59	-4,42%
244	Abastecimento de Água	5,00	0,00	0,00%	-5,00	-100,00%
245	Resíduos Sólidos	1.037.006,00	995.260,76	95,97%	-41.745,24	-4,03%
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	3.710,00	1.772,83	47,79%	-1.937,17	-52,21%
251	Cultura	130.394,00	104.771,05	80,35%	-25.622,95	-19,65%
252	Desporto, Recreio e Lazer	66.395,00	40.499,52	61,00%	-25.895,48	-39,00%
	Total – Funções Sociais	**5.050.913,00**	**4.544.886,75**	**89,98%**	**-506.026,25**	**-10,02%**
311	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	120.566,00	101.520,32	84,20%	-19.045,68	-15,80%
322	Iluminação Pública	712.171,00	706.780,02	99,24%	-5.390,98	-0,76%
331	Transportes Rodoviários	375,00	0,00	0,00%	-375,00	-100,00%
341	Mercados e Feiras	500,00	0,00	0,00%	-500,00	-100,00%
342	Turismo	139.217,00	99.801,00	71,69%	-39.416,00	-28,31%
352	Defesa Consumidor	10.197,00	7.517,16	73,72%	-2.679,84	-26,28%
	Total – Funções Económicas	**983.026,00**	**915.618,50**	**93,14%**	**-67.407,50**	**-6,86%**
411	Empréstimos	3.858.300,00	3.807.565,54	98,69%	-50.734,46	-1,31%
421	Administração Autárquica	184.158,00	183.302,85	99,54%	-855,15	-0,46%
422	Administração Central	121.567,00	121.567,00	100,00%	0,00	0,00%
	Total – Outras Funções	**4.164.025,00**	**4.112.435,39**	**98,76%**	**-51.589,61**	**-1,24%**
TOTAL		**10.802.040,00**	**10.126.685,65**	**93,75%**	**-675.354,35**	**-6,25%**

6.4. Indicadores para Análise da Contabilidade Orçamental

Designação		Definição	2013	2014	2015	2016
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita Total / Despesa Total	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais	100,48%	99,70%	100,17%	100,16%
	(Receita Total - Passivos Financeiros) / Despesa Total	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos de terceiros.	83,16%	80,30%	82,16%	80,50%
	Receita Própria / Despesa Total	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas controladas directamente pela autarquia.	19,62%	21,93%	22,01%	32,08%
Estrutura da Receita	Receita Própria / Receita Total	Mede o peso das receitas controladas directamente pela autarquia na receita total.	19,52%	22,00%	21,98%	32,03%
	Impostos Directos / Receita Total	Mede o peso das receitas provenientes dos impostos directos na receita total.	18,35%	23,18%	25,43%	22,12%
	Fundos Municipais Correntes e de Capital / Receita Total	Mede o peso das transferências dos fundos municipais corrente e de capital na receita total.	38,63%	40,99%	44,35%	40,98%
Estrutura da Despesa	Despesa Básica / Despesa Total	Mede o peso da despesa fixa da autarquia na despesa total	57,40%	59,23%	58,42%	56,11%
	Pessoal / Despesa Total	Mede o peso da despesa com o pessoal na despesa total.	30,51%	35,43%	32,37%	30,43%
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Total	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços e correntes	20,95%	23,23%	28,63%	37,36%
	Serviço da Divida / Despesa Total	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total.	19,47%	21,04%	19,10%	20,27%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente Fundos Municipais	Fundos Municipais Correntes / (Pessoal + Aquisição de Bens e Serviços + Serviço da Dívida + Aquisição de Bens de Investimento)	Mede os diversos graus de cobertura das despesas pelas receitas provenientes dos fundos municipais correntes ou capital	35,52%	38,93%	45,12%	40,79%
	Fundos Municipais Capital / (Pessoal + Aquisição de Bens e Serviços + Serviço da Dívida + Aquisição de Bens de Investimento)		6,98%	3,61%	3,80%	3,53%

7. Análise da dívida do Município

7.1. Dívida Total

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do Município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de custo e médio e longo prazo.

Quadro nº. 45 – Dívida do Município 2014-2016 (unidade monetária: euros)

DESIGNAÇÃO	2014	2015	Peso	2016	Peso	Crescimento	
						Valor	%
Divida de Médio e Longo Prazo	**27 859 425,35**	**24 130 798,54**	**72,88%**	**19 400 552,08**	**71,32%**	**-4 730 246,46**	**-19,60%**
Fornecedores Conta Corrente	4 762 000,93	3 633 955,60	10,98%	3 180 438,18	11,69%	-453 517,42	-12,48%
Fornecedores de Imobilizado	139 724,85	31 417,46	0,09%	0,00	0,00%	-31 417,46	-100,00%
Empréstimos de M/L prazo	20 871 763,41	18 801 054,82	56,79%	14 756 079,66	54,24%	-4 044 975,16	-21,51%
Contratos Programa	1 356 534,16	1 056 534,16	3,19%	776 534,16	2,85%	-280 000,00	-26,50%
Credores Diversos - FAM	729 402,00	607 836,50	0,00%	486 269,50	1,79%	-121 567,00	0,00%
Outros Credores			0,00%	201 230,58	0,74%	201 230,58	100,00%
Divida de Curto Prazo	**9 773 210,28**	**8 977 508,93**	**27,12%**	**7 802 818,31**	**28,68%**	**-1 174 690,62**	**-13,08%**
Fornecedores Conta Corrente	1 542 223,58	2 248 863,58	6,79%	825 588,89	3,03%	-1 423 274,69	-63,29%
Fornecedores C/C - Fat. em Recepção e Conf.	479 860,70	531 565,74	1,61%	224 133,94	0,82%	-307 431,80	-57,84%
Fornecedores de Imobilizado	450 393,78	151 998,47	0,46%	97 478,82	0,36%	-54 519,65	-35,87%
Fornecedores de Imobilizado - Fat. em Rec. e Conf.	23 481,07	17 614,46	0,05%	62 818,70	0,23%	45 204,24	256,63%
Fornecedores de Imobilizado - Factoring	631 668,29	266 898,45	0,81%	78 329,99	0,29%	-188 568,46	-70,65%
Clientes e Utentes c/ Cauções	58 732,11	55 165,23	0,17%	33 695,73	0,12%	-21 469,50	-38,92%
Empréstimos	4 672 311,68	3 585 308,24	10,83%	3 937 671,46	14,47%	352 363,22	9,83%
Estado e Outros Entes Públicos	29 726,88	28 382,72	0,09%	29 407,21	0,11%	1 024,49	3,61%
Administração Autárquica	980 902,15	994 020,10	3,00%	752 976,14	2,77%	-241 043,96	-24,25%
Outros Credores	903 436,33	1 097 691,94	3,32%	1 760 717,43	6,47%	663 025,49	60,40%
Adiantamento por Conta de Vendas	473,71	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	**37 632 635,63**	**33 108 307,47**	**100,00%**	**27 203 370,39**	**100,00%**	**-5 904 937,08**	**-17,84%**
	Variação	**-4 524 328,16**		**-5 904 937,08**			
	Tx Crescimento	**-12,02%**		**-17,84%**			

Em 31 de Dezembro de 2016 a dívida global do Município de Portalegre totaliza 27.203.370,39€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 71,32% e 28,68% de curto prazo.

De notar que este passivo apresenta um decréscimo de 17,84% em relação ao ano anterior, que se traduz em termos absolutos numa redução da dívida total de 5.904.937,08€.

Para este decréscimo, contribuiu a significativa diminuição das dívidas de médio e longo prazo, no valor de 4.730.246,46€ (-19,60%), bem como as dívidas de curto prazo que registaram uma diminuição no valor de 1.174.690,62€ (- 13,08%).

Uma breve análise ao quadro acima apresentado permite-nos concluir que 54,24% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 71,32% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que no valor apurado em 31-12-2016, nos Empréstimos de Médio Longo Prazo observa-se um abatimento de 4.044.975,16€ (- 21,51%).

Encontra-se ainda registado, na dívida de médio e longo prazo o valor de Credores Diversos – FAM, o montante de 486.269,50€ do valor total de 607.836,50€, valor referente à contribuição do Município de Portalegre para o FAM. O valor remanescente desta participação 121.567,00€ foi registado na dívida de curto prazo conforme nota técnica do SATAPOCAL.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores Conta Corrente conheceram um decréscimo, no valor 1.423.274,69€ (-63,29%), enquanto os Fornecedores de Imobilizado conheceram um abatimento no valor de 54.519,65€ (-35,87%).

Quadro nº. 46 - Evolução da Dívida Total (unidade monetária: euros)

Designação	2013	2014	2015	2016	2013-2016
Dívida de Médio e Longo Prazo	30 862 815	27 859 425	24 130 799	19 400 552	-11 462 263
Divida de Curto Prazo	9 661 884	9 773 210	8 977 509	7 802 818	-1 859 066
Divida Total	**40 524 699**	**37 632 635**	**33 108 307**	**27 203 370**	**-13 321 329**
Taxa de crescimento da dívida	**-11,0%**	**-7,1%**	**-12,0%**	**-17,8%**	**-7,5%**
Médio e Longo Prazo	-12,6%	-9,7%	-13,4%	-19,6%	-8,9%
Curto Prazo	-5,2%	1,2%	-8,1%	-13,1%	-3,1%

No período compreendido entre 2013 a 2016 o total da dívida diminuiu cerca de 13.321.329€, o que representa uma redução em termos relativos de 32,87%.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2013 a 2016, apresenta-se o seguinte gráfico.

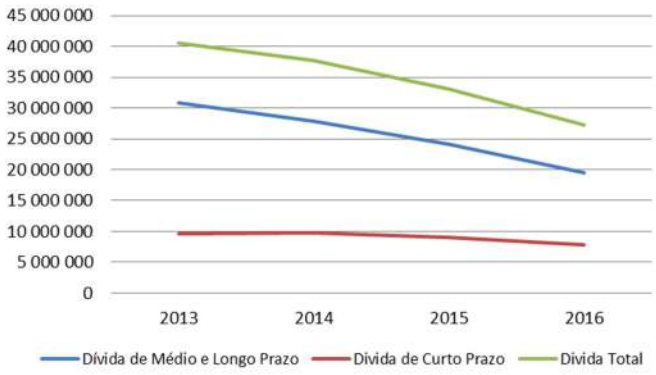


Gráfico nº. 47 – Evolução da Divida

7.1.1. Dívida de Médio e Longo Prazo

A apreciação desta matéria é centrada na evolução da dívida bancária contratualizada.

No ano 2010 o Município de Portalegre recorreu a um financiamento bancário no valor 460.901,76€, decorrente da contratação do empréstimo de "Parte não comparticipada do custo das obras de reabilitação de nove dos treze prédios devolutos adquiridos pelo Município no âmbito do Prohabita". A utilização deste empréstimo foi efetuado, conforme espelhado no quadro abaixo: 189.607,54€, 76.281,71€ e 195.012,51€, em 2011, 2012 e 2013 respetivamente. Desde então o Município não recorreu a novos empréstimos. A dívida bancária tem vindo a diminuir, fruto da não contratualização de novos empréstimos e da amortização prevista no contrato dos que se encontram em vigor.

Quadro nº. 47 - Evolução do Stock da Dívida (unidade monetária: Euros)

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
(1) Divida no inicio do período	34 679 475,26	33 615 112,82	31 584 643,50	28 888 501,06	25 544 075,09	22 386 363,06
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	189 607,54	76 281,71	195 012,51	0,00	0,00	0,00
(3) Amortizações do Período	1 253 969,98	2 106 751,03	2 891 154,95	3 344 425,97	3 157 712,03	3 692 611,94
Divida no Final do Período (1+2-3)	33 615 112,82	31 584 643,50	28 888 501,06	25 544 075,09	22 386 363,06	18 693 751,12
Taxa de Crescimento da Dívida %		-6,04%	-8,54%	-11,58%	-12,36%	-16,49%
Taxa de Crescimento da Dívida (valor)		-2 030 469,32	-2 696 142,44	-3 344 425,97	-3 157 712,03	-3 692 611,94

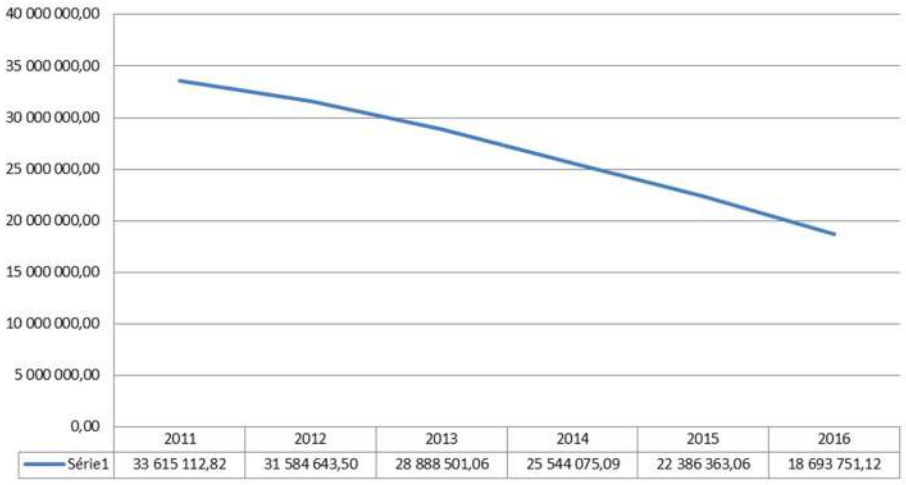


Gráfico nº. 48 - Evolução do Stock da Divida

8. Endividamento

A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, designado por dívida total de operações orçamentais. Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 52.º " (…) A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. (…)".

Para o cálculo do endividamento importa proceder ao cálculo do limite da dívida total, ao apuramento da dívida total das operações orçamentais da autarquia, à identificação das entidades relevantes para efeitos do cálculo da dívida total conforme o preceituado no art.º 54.º do referido diploma e ao apuramento da sua contribuição para a dívida total municipal.

8.1. Conceito de dívida total de Operações Orçamentais

Conceptualmente, a dívida total de operações orçamentais no período "n" corresponde ao total das dívidas a terceiros constantes do balanço do município no período "n" abatido das dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período "n", como por exemplo as cauções na posse do município e as dívidas de operações de tesouraria, e de outras excepções, onde se enquadra a contribuição para o FAM.

8.2. Entidades que relevam para o Conceito de Dívida Total

De acordo com o preceituado no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, as entidades participadas que relevam para o apuramento da dívida total de operações das autarquias, são:

a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados.
b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais

específicos ou do direito privado, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.

c) As empresas locais e participadas exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos sectores empresarial do Estado ou Regional, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social.

d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município.

e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou a presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

As entidades identificadas nas alíneas a), b) e d) relevam sempre para a dívida total municipal neste novo enquadramento jurídico, enquanto as referidas na alínea c) apenas relevam em caso de incumprimento das regras do equilíbrio de contas preconizadas na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e as da alínea e) relevam sempre que se verifique a presunção de controlo.

8.3. Conceito de controlo ou presunção de controlo por parte do Município

Em termos conceptuais e atento o n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a existência ou presunção do controlo afere-se, nas entidades de outra natureza, pela verificação dos seguintes pressupostos:

- Verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições
  - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade a designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
  - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou dissolver outra entidade.

De acordo com o n.º 5 do mesmo artigo, presume-se ainda a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- A faculdade de vetar orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

A contribuição das entidades para a dívida total municipal corresponderá então, à dívida orçamental dessas entidades na proporção da participação dos municípios.

8.4. Limite da Dívida total municipal para o ano de 2016

De seguida apresenta-se o mapa demonstrativo do cálculo do limite da dívida total do Município de Portalegre para o ano 2016 o qual é de 27.114.960,21 euros;

Quadro nº. 48 - Apuramento do valor total da receita para efeitos de determinação do limite da dívida (unidade monetária: Euros)

SMAT	2013	2014	2015
Receita corrente cobrada líquida	5 039 601,60	4 986 897,83	5 225 427,70
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	388 316,40	331 863,47	512 022,78
Total receita (extra Município)	**4 651 285,20**	**4 655 034,36**	**4 713 404,92**

Município	2013	2014	2015
Receita corrente cobrada líquida	14 240 344,20	14 833 507,08	15 987 213,49
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	1 533 752,87	1 585 531,51	1 731 584,46
Total receita (extra SMAS)	**12 706 591,33**	**13 247 975,57**	**14 255 629,03**
Total das despesas correntes do Município com o SMAS	**388 316,40**	**331 863,47**	**512 022,78**
Total receita Município + SMAS	**17 357 876,53**	**17 903 009,93**	**18 969 033,95**

	2013	2014	2015
Receita Corrente Líquida	17 357 876,53	17 903 009,93	18 969 033,95
Média da Receita Corrente dos últimos 3 anos		**18 076 640,14**	
Limite da dívida (1,5*média da receita dos últimos 3 anos)		**27 114 960,21**	

8.5. Apuramento da dívida total de operações orçamentais da Autarquia para o ano de 2016

Para o apuramento da parte da dívida total que releva para o limite da dívida foi adotada a metodologia seguida nos reporte de informação financeira efetuados à DGAL, no âmbito do SIIAL. Da análise dos dados constantes do quadro abaixo pode verificar-se que o total da dívida de operações orçamentais do Município de Portalegre a 31/12/2016 é de 26.532.214,88 euros.

Quadro nº. 49 – Endividamento (unidade monetária: Euros)

Endividamento Grupo Endividamento SIIAL	Tipo / Prazo	Designação	Conta POCAL	2015	2016
	Curto Prazo	Associações de Municípios	2641	94 796,50	28 752,54
	Médio e Longo Prazo	Empresas Municipais e Intermunicipais	26472	266 534,16	266 534,16
Administração autárquica	Médio e Longo Prazo	Fundações	26482	790 000,00	510 000,00
	Curto Prazo	Empresas Municipais e Intermunicipais	26471	444 223,60	444 223,60
	Curto Prazo	Fundações	26481	455 000,00	280 000,00
Cauções	Não orçamental	Clientes e Utentes com Cauções	217	55 165,23	33 695,73
	Curto Prazo	Empréstimos não Excepcionados	2312111	2 866 628,10	3 216 439,61
Empréstimos	Médio e Longo Prazo	Empréstimos não Excepcionados	2312111	11 699 479,09	8 373 492,75
	Curto Prazo	Empréstimos Excepcionados	2312112	718 680,14	721 231,85
	Médio e Longo Prazo	Empréstimos Excepcionados	2312112	7 101 575,73	6 382 586,91
	Curto Prazo	Estado e outros entes públicos	24	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	Não orçamental	Estado e outros entes públicos	24	28 382,72	29 407,21
	Não orçamental	Pessoal	262	161,19	74,97
	Não orçamental	Sindicatos	263	0,00	0,00
	Curto Prazo	Fornecedores c/c	2211, 2212, 2213	2 248 863,58	825 588,89
	Médio e Longo Prazo	Fornecedores c/c	2214	3 633 955,60	3 180 438,18
Fornecedores	Curto Prazo	Factoring	2614	266 898,45	78 329,99
	Curto Prazo	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	228	531 565,74	224 133,94
	Curto Prazo	Fornecedores de Imobilizado c/c	26111	151 998,47	97 478,82
Fornecedores de Imobilizado	Curto Prazo	Fornecedores de Imob. - Facturas em Recepção e Conferência	2618	17 614,46	62 818,70
	Médio e Longo Prazo	Fornecedores de Imobilizado c/c	2616	31 417,46	0,00
	Não orçamental	Devedores e credores das administrações públicas	2685	7 295,38	141,10
	Curto Prazo	Credores das transferências das autarquias locais	2684	937 055,74	684 470,08
Outros	Médio e Longo Prazo	Credores das transferências das autarquias locais	268402		201 230,58
	Curto Prazo	Outros credores diversos	26892	40 905,11	954 464,28
	Curto Prazo	Adiantamentos por conta de vendas	269	0,00	0,00
	Curto e ML Prazos	Fundo de Apoio Municipal	268126	729 403,50	607 836,50
		Dívida Total		**33 117 599,95**	**27 203 370,39**
		Operações Não Orçamentais		91 004,52	63 319,01
		Fundo de Apoio Municipal		729 403,50	607 836,50
		Dívida Total que releva para o limite		**32 297 191,93**	**26 532 214,88**

8.6 Identificação das Entidades Relevantes para efeitos do cálculo da dívida total municipal para o ano de 2016 e apuramento da sua contribuição

De seguida apresenta-se a identificação das entidades participadas pela autarquia que relevam para a dívida total municipal bem como o montante da sua contribuição nos termos dos artigos 52º e 54º da Lei nº. 73/2013 de 3 de setembro e considerando os elementos por estas disponibilizados.

Quadro nº. 50 - Contributo de Entidades para a Divida do Município (unidade monetária: Euros)

	Entidades	Participação do Município (%)	Contributo para a Dívida do Município	Observações
1	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,32%	380,93	
2	APDD	12,28%	30 767,76	
3	AREANATEJO - Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	5,88%	1 322,95	
4	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)	10,39%	5 806,26	
5	Fundação Robinson	57,59%	691 284,62	
6	Mercado Municipal de Portalegre	100,00%	988 722,63	
7	MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E. M., S.A.	0,16%	0,00	A Municípia, de acordo com a alínea c) do n.º1 do artigo 54.º da Lei 73/2016, de 3 de setembro, não releva, em 2016, para efeitos da dívida total, porque os seu resultados se encontram equilibrados (RLP 7.837 €.
8	QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses	3,00%	119,64	
9	Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de Portalegre	100,00%	240 282,50	
10	TRIURBIR - Triângulo Urbano Ibérico Raiano, AEIE	25,00%	1 785,38	
			1 960 472,67	

Considerando as análises anteriores, apresenta-se de seguida o apuramento da dívida total do Município de Portalegre e a sua situação face ao limite apurado.

Quadro nº. 51 – Apuramento da Divida Total (unidade monetária: Euros)

Cálculo do Limite da Dívida Total		Montante	Norma Legal - Lei nº. 73/13, de 03.09
1. Limite Endividamento = 1,5 * (1.4.)		**27 114 960,21**	Artº 52º, nº. 1
(1,5 vezes a média da receita corrente liquida cobrada 3 ultimos anos)			
1.1.	Receita Corrente cobrada em 2015	18 969 033,95	
1.2.	Receita Corrente cobrada em 2014	17 903 009,93	
1.3.	Receita Corrente cobrada em 2013	17 357 876,53	
1.4.	**Média da receita**	**18 076 640,14**	
2. Divida Total de operações orçamentais = 2.1. + 2.2.		**28 492 687,55**	
Total da Dívida Relevante			
2.1.	Dívida total operações orçamentais do Municipio (a 31.12.2016)	26 532 214,88	Artº. 52º, nº. 2
2.2.	Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total	1 960 472,67	Artº. 54º
3. Diferencial entre Dívida e Média da receita corrente 3 anos = (2) - (1.4)		**10 416 047,41**	
4. Peso da Dívida na Média da Receita Corrente = (2)/ (1.4)		**1,58**	
4. Diferencial entre Dívida e limite endividamento = (2) - (1)		**1 377 727,35**	

No ano de 2016, como se pode observar no quadro acima (ponto 2), o valor da dívida total é de 28.492.687,55 euros, a qual ultrapassa o limite definido de 1,5 vezes a média da receita corrente dos últimos 3 anos (27.114.960,21 €) em 1.377.727,35 €, representando um peso da dívida na média da receita corrente de 1,58. Contudo, o Município cumpriu o determinado na alínea a) do n.º3 do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, **tendo reduzido** mais de 10% do valor em excesso.

9. Análise Patrimonial

Tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados, apresenta-se de seguida uma análise sucinta da situação patrimonial e financeira do Município de Portalegre.

9.1. Evolução da Situação económica e financeira

9.1.1. Análise do Balanço

Um dos documentos mais importantes no âmbito da análise financeira de uma entidade é o Balanço, na medida em que apresenta a sua situação patrimonial reportada a determinado momento. Assim, a estrutura patrimonial e a respetiva evolução entre exercícios são descritas resumidamente no Balanço Sintético.

Neste sentido, o próximo quadro reflete a estrutura do Balanço em 31/12/2016 e período homólogo do ano anterior, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº. 52 - Balanço (unidade monetária: euros)

DESIGNAÇÃO	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo						
Imobilizado	**132 380 318,22**	**94,60%**	**136 841 603,43**	**95,37%**	**-4 461 285,21**	**-3,26%**
Bens de Domínio Público	36 259 661,13	25,91%	39 296 520,13	27,39%	-3 036 859,00	-7,73%
Imobilizações Incorpóreas	69 207,40	0,05%	137 199,68	0,10%	-67 992,28	-49,56%
Imobilizações Corpóreas	92 390 259,61	66,02%	93 877 030,54	65,43%	-1 486 770,93	-1,58%
Investimentos Financeiros	3 661 190,08	2,62%	3 530 853,08	2,46%	130 337,00	3,69%
Circulante	**7 560 814,51**	**5,40%**	**6 644 171,72**	**4,63%**	**916 642,79**	**13,80%**
Existências	295 746,84	0,21%	321 652,62	0,22%	-25 905,78	-8,05%
Dívidas de Terceiros - ML/P	2 180 191,35	1,56%	2 197 716,51	1,53%	-17 525,16	-0,80%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2 405 775,00	1,72%	1 098 249,44	0,77%	1 307 525,56	119,06%
Disponibilidades	93 159,32	0,07%	121 548,68	0,08%	-28 389,36	-23,36%
Acréscimos e Deferimentos	2 585 942,00	1,85%	2 905 004,47	2,02%	-319 062,47	-10,98%
TOTAL DO ATIVO	**139 941 132,73**	**100,00%**	**143 485 775,15**	**100,00%**	**-3 544 642,42**	**-2,47%**
Capital Próprio e Passivo						
Fundos Próprios	**67 203 450,25**	**48,02%**	**64 990 922,07**	**45,29%**	**2 212 528,18**	**3,40%**
Património	70 147 504,05	50,13%	69 351 548,71	48,33%	795 955,34	1,15%
Ajustamentos dec. de Variações Patrimoniais	570 118,07	0,41%	570 118,07	0,40%	0,00	0,00%
Reservas	12 392 748,13	8,86%	12 392 748,13	8,64%	0,00	0,00%
Doações	123 133,50	0,09%	108 513,50	0,08%	14 620,00	13,47%
Resultados Transitados	-17 432 006,34	-12,46%	-19 072 289,77	-13,29%	1 640 283,43	-8,60%
Resultado Líquido do exercício	1 401 952,84	1,00%	1 640 283,43	1,14%	-238 330,59	-14,53%
Passivo	**72 737 682,48**	**51,98%**	**78 494 853,08**	**54,71%**	**-5 757 170,60**	**-7,33%**
Provisões para riscos e encargos	277 539,16	0,20%	202 539,16	0,14%	75 000,00	37,03%
Dividas a Terceiros – ML/P	19 400 552,08	13,86%	24 130 798,54	16,82%	-4 730 246,46	-19,60%
Dividas a Terceiros – Curto Prazo	7 802 818,31	5,58%	8 977 508,93	6,26%	-1 174 690,62	-13,08%
Acréscimos e Deferimentos	45 256 772,93	32,34%	45 184 006,45	31,49%	72 766,48	0,16%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	**139 941 132,73**	**100,00%**	**143 485 775,15**	**100,00%**	**-3 544 642,42**	**-2,47%**

Com vista a proporcionar uma mais clara análise dos valores evidenciados, são apresentados de seguida alguns dados que permitem analisar as variações ocorridas.

9.1.2. Estrutura do Ativo

O ativo visa refletir os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Analisando detalhadamente as parcelas que compõem o ativo da entidade obtemos a seguinte distribuição gráfica:

Gráfico nº. 49 - Estrutura do Ativo

Destacam-se claramente as parcelas do ativo onde se encontram registados os Bens de Domínio Público e as Imobilizações Corpóreas. O ativo Imobilizado representa, em 2016, 94,60% do ativo, expressando assim a sua materialidade.

9.1.2.1. Imobilizado

Quadro nº. 53 - Variação do valor do Imobilizado (unidade monetária: euros)

DESIGNAÇÃO	2016		2015		2014		Variação 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	**132 380 318,22**	**100,00%**	**136 841 603,43**	**100,00%**	**141 156 762,36**	**100,00%**	**-4 461 285,21**	**-3,26%**
Bens de Domínio Público	36 259 661,13	27,39%	39 296 520,13	28,72%	42 267 568,47	29,94%	-3 036 859,00	-7,73%
Imobilizações Incorpóreas	69 207,40	0,05%	137 199,68	0,10%	173 051,12	0,12%	-67 992,28	-49,56%
Imobilizações Corpóreas	92 390 259,61	69,79%	93 877 030,54	68,60%	95 653 334,69	67,76%	-1 486 770,93	-1,58%
Investimentos Financeiros	3 661 190,08	2,77%	3 530 853,08	2,58%	3 062 808,08	2,17%	130 337,00	3,69%

Comparativamente ao ano 2015 verifica-se uma diminuição no valor do Imobilizado de 4.461.285,21 €, o que representa um ligeiro decréscimo de 3,26%.

A diminuição que se verificou na rúbrica "Bens de Domínio Público" ficou a dever-se essencialmente ao impacto correspondente das Amortizações do Exercício.

Relativamente à estrutura do imobilizado, não se verificaram alterações significativas no que respeita ao contributo de cada uma das parcelas que compõem essa massa patrimonial. Destacam-se as Imobilizações Corpóreas (69,79%) e os Bens de Domínio Público (27,39%).

O gráfico ilustra a composição do ativo imobilizado em 31/12/2016.

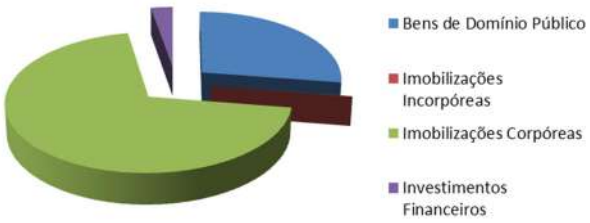


Gráfico nº. 50 - Estrutura do Imobilizado

9.1.2.2. Circulante

O ativo circulante representa 5,40 % do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

No quadro seguinte é expressa a estrutura desta massa patrimonial.

Quadro nº. 54 - Ativo Circulante (unidade monetária: euros)

DESIGNAÇÃO	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Circulante	**7 560 814,51**	**100,00%**	**6 644 171,72**	**100,00%**	**916 642,79**	**13,80%**
Existências	295 746,84	3,91%	321 652,62	4,84%	-25 905,78	-8,05%
Dívidas de Terceiros - ML/P	2 180 191,35	28,84%	2 197 716,51	33,08%	-17 525,16	-0,80%
Dívidas de Terceiros - C/ Prazo	2 405 775,00	31,82%	1 098 249,44	16,53%	1 307 525,56	119,06%
Disponibilidades	93 159,32	1,23%	121 548,68	1,83%	-28 389,36	-23,36%
Acréscimos e Deferimentos	2 585 942,00	34,20%	2 905 004,47	43,72%	-319 062,47	-10,98%

Em 2016, o montante do ativo circulante verificou um acréscimo na ordem dos 13,80% relativamente ao ano anterior. Em termos absolutos esta variação representa um acréscimo de 916.642,79€, sendo responsáveis por este aumento essencialmente a

rúbrica de Dívidas de Terceiros – Curto Prazo, para isso contribuiu de forma significativa a contabilização de novas candidaturas.

À data de 31 de dezembro de 2016 o valor das Disponibilidades ascendeu a 93.159,32€, sendo 91.159,32€ constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 2.000€ por valores em caixa.

9.1.2.3. Acréscimos e Diferimentos

Da observação dos princípios contabilísticos definidos pelo POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, em especial no caso concreto do Princípio da Especialização dos Exercícios, determina a assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são apresentadas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos, que no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, conforme se observa no quadro.

Quadro nº. 55 - Acréscimos e Diferimentos – Ativo (unidade monetária: Euros)

Acréscimos e Diferimentos

Acréscimo de Proveitos	**621 530,53**
Juros a Receber	
Impostos e Taxas	
Outros Acréscimos de Proveitos	621 530,53
Custos Diferidos	**1 964 411,47**
Contratos Programa	1 938 774,22
Prémios de seguros	22 620,14
Outros Custos Diferidos	3 017,11

Do valor de 2.585.942,00€ constante em balanço, a maioria respeita à especialização da divida, mediante a contratualização dos acordos celebrados com a Fundação Robinson e com o MMPO, sendo o restante Prémios de Seguros e Fornecedores Conta Corrente.

9.1.3. Estrutura do Capital Próprio

Apurado o Capital Próprio à data de 31/12/2016, verifica-se um aumento de 3,40% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2015, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

Quadro nº. 56 - Variação dos Fundos Próprios (unidade monetária: euros)

Fundos Próprios	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	67 203 450,25	**100,00%**	**64 990 922,07**	**100,00%**	**2 212 528,18**	**3,40%**
Património	70 147 504,05	104,38%	69 351 548,71	106,71%	795 955,34	1,15%
Reservas Legais	2 502 027,55	3,72%	2 502 027,55	3,85%	0,00	0,00%
Reservas Dec.s de Transferência de Ativos	9 890 720,58	14,72%	9 890 720,58	15,22%	0,00	0,00%
Ajustamentos Dec. de Variações Patrimoniais	570 118,07	0,85%	570 118,07	0,88%	0,00	0,00%
Doações	123 133,50	0,18%	108 513,50	0,17%	14 620,00	13,47%
Resultados Transitados	-17 432 006,34	-25,94%	-19 072 289,77	-29,35%	1 640 283,43	-8,60%
Resultado Liquido do Exercício	1 401 952,84	2,09%	1 640 283,43	2,52%	-238 330,59	-14,53%

Regista-se um acréscimo na conta Património de 795.955,34€ resultante da reversão de lotes da Zona Industrial, de terrenos para construção e de um aumento de capital da Valnor – Valorização Tratamento Resíduos Sólidos, S.A.. No que se refere ao Resultado Liquido do Exercício, verifica-se uma diminuição de 238.330,59€, mas continua a registar-se um valor positivo (1.401.952,84€).

Quanto aos Resultados Transitados, acolheram o montante de 1.640.283,43€ referentes à aplicação do Resultado Líquido do ano 2015 (1.640.283,43€).

9.1.3.1. Passivo

Em 31/12/2016, o Passivo registou o valor de 72.737.682,48€, equivalendo a uma redução de 5.757.170,60€, isto é, (-) 7,33% do que no exercício de 2015.

De notar, porém, que a referida redução resulta da variação ocorrida nas dívidas a terceiros que diminuíram 4.730.246,46€ no médio e longo e 1.174.690,62€, no curto prazo.

Quadro nº. 57 – Passivo (unidade monetária: euros)

DESIGNAÇÃO	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	72 737 682,48	**100,00%**	**78 494 853,08**	**100,00%**	**-5 757 170,60**	**-7,33%**
Provisões para riscos e encargos	277 539,16	0,38%	202 539,16	0,26%	75 000,00	37,03%
Dividas a Terceiros – ML/P	19 400 552,08	26,67%	24 130 798,54	30,74%	-4 730 246,46	-19,60%
Dividas a Terceiros – Curto Prazo	7 802 818,31	10,73%	8 977 508,93	11,44%	-1 174 690,62	-13,08%
Acréscimos e Deferimentos	45 256 772,93	62,22%	45 184 006,45	57,56%	72 766,48	0,16%

Os compromissos assumidos pelo Município traduzidos nas dívidas a terceiros – passivo exigível - representam 38,43% do total do passivo.

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

9.1.3.1.1. Acréscimos e Diferimentos

Quadro nº. 58 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo) (unidade monetária: euros)

Acréscimos e Diferimentos	
Acréscimo de Custos	**1 083 519,96**
Remunerações a Liquidar em 2016	743 849,20
Juros a Liquidar	278 571,77
Encargos - Impostos	7 316,98
Outros Acréscimos de Custos	53 782,01
Proveitos Diferidos	**44 173 252,97**
Subsídios para Investimentos	42 176 885,65
Outros Proveitos Diferidos	1 996 367,32

Os 1.083.519,96€ expressos na conta de Acréscimos de Custo traduzem custos cujo processamento e pagamento só acontecerá em 2017, mas que respeitam a custos do exercício 2016, sendo de destacar os relativos a férias e subsídios de férias.

Quanto aos proveitos diferidos, a parcela mais significativa respeita a subsídios para investimentos. Esta parcela reflete as comparticipações obtidas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos quadros comunitários de apoio ou de protocolos e contratos-programa para o efeito celebrados. Estes montantes são progressivamente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos de amortizações relacionados, isto é, durante a vida útil dos bens subsidiados.

Destaca-se ainda o item de Outros Proveitos Diferidos onde foi contabilizado o valor de 1.991.655,02€ relativo à antecipação de renda das Aguas de Lisboa e Vale do Tejo relativo à nascente dos Olhos de Água.

9.2. Análise da Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados permite percecionar o modo como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Os proveitos globais gerados foram de 19.355.843,90€ enquanto os custos totais foram de 17.953.891,06€, provocando um Resultado Líquido do exercício de 1.401.952,84€.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2016 em comparação com o período homólogo de 2015, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº. 59 – Demonstração de Resultados (unidade monetária: Euros)

DESIGNAÇÃO	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	433 380,13	2,41%	427 337,83	2,34%	6 042,30	1,41%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 434 637,19	24,70%	3 977 369,95	21,82%	457 267,24	11,50%
Custos com Pessoal	5 577 443,57	31,07%	5 664 591,08	31,08%	-87 147,51	-1,54%
Amortizações / Provisões do Exercício	5 074 703,47	28,27%	5 126 444,28	28,13%	-51 740,81	-1,01%
Transferências / Sub. Concedidos	535 234,24	2,98%	618 245,25	3,39%	-83 011,01	-13,43%
Outros Custos e Perdas Operacionais	123 836,86	0,69%	151 001,99	0,83%	-27 165,13	-17,99%
Custos e Perdas Operacionais (A)	**16 179 235,46**	**90,12%**	**15 964 990,38**	**87,60%**	**214 245,08**	**1,34%**
Custos e Perdas Financeiras	206 515,80	1,15%	402 454,16	2,21%	-195 938,36	-48,69%
Custos e Perdas Correntes (C)	**16 385 751,26**	**91,27%**	**16 367 444,54**	**89,81%**	**18 306,72**	**0,11%**
Custos e Perdas Extraordinários	1 568 139,80	8,73%	1 857 639,70	10,19%	-289 499,90	-15,58%
Total dos Custos e Perdas (E)	**17 953 891,06**	**100,00%**	**18 225 084,24**	**100,00%**	**-271 193,18**	**-1,49%**
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	2 026 560,24	11,29%	1 810 803,94	9,94%	215 756,30	11,91%
Impostos e Taxas	4 707 285,52	26,22%	4 797 577,14	26,32%	-90 291,62	-1,88%
Proveitos Suplementares	685,40	0,00%	1 055,10	0,01%	-369,70	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	3 352,97		-3 352,97	100,00%
Transferências / Sub. Obtidos	8 141 099,55	45,34%	8 094 439,92	44,41%	46 659,63	0,58%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	33 684,25	0,19%	23 188,72	0,13%	10 495,53	45,26%
Proveitos e Ganhos Operacionais (B)	**14 909 314,96**	**83,04%**	**14 730 417,79**	**80,81%**	**178 897,17**	**1,21%**
Proveitos e Ganhos Financeiros	1 479 783,91	8,24%	1 514 776,22	8,31%	-34 992,31	-2,31%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	**16 389 098,87**	**91,28%**	**16 245 194,01**	**89,12%**	**143 904,86**	**0,89%**
Proveitos e Ganhos Extraordinárias	2 966 745,03	16,52%	3 620 173,66	19,86%	-653 428,63	-18,05%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	**19 355 843,90**	**107,81%**	**19 865 367,67**	**108,98%**	**-509 523,77**	**-2,56%**
Resultados Operacionais: (B-A)	**-1 269 920,50**		**-1 234 572,59**		**-35 347,91**	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	**1 273 268,11**		**1 112 322,06**		**160 946,05**	
Resultados Correntes: (D-C)	**3 347,61**		**-122 250,53**		**125 598,14**	
Resultados Extraordinários:	**1 398 605,23**		**1 762 533,96**		**-363 928,73**	
Resultados Líquido do Exercício (F-E)	**1 401 952,84**		**1 640 283,43**		**-238 330,59**	
Total dos Custos e Perdas + RLE	**19 355 843,90**		**19 865 367,67**		**-509 523,77**	

Numa primeira análise de caráter global, destaca-se um aumento de 214.245,08€, no montante dos custos e perdas operacionais, comparativamente ao ano 2015. Esta variação resulta principalmente do aumento registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

Salienta-se ainda o decréscimo de 195.938,86€, nos custo e perdas financeiros, sendo este justificado pelos decréscimos de custos relacionados com a descida da taxa de juro dos empréstimos no ano 2016, de acordos e juros de mora e compensatórios registados

em 2015, decorrentes de acordo de pagamentos de dívidas com Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Os custos e perdas extraordinários também diminuíram em 289.499,90€ valor este, explicado pela diminuição das transferências de capital para instituições sem fins lucrativos.

No que se refere aos proveitos e ganhos, há a assinalar uma diminuição global de 509.523,77€.

9.2.1. Estrutura dos Resultados

No exercício económico de 2016 o Resultado Líquido diminuiu 238.330,59€, comparativamente ao exercício anterior. Para tal terão contribuído as variações negativas ocorridas ao nível dos resultados operacionais e extraordinários.

Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do Resultado Líquido do Exercício.

9.2.2 Estrutura dos Custos e Perdas

Analisando a estrutura de custos e perdas verifica-se uma diminuição global de -271.193,18€ comparativamente ao ano 2015, correspondendo a uma diminuição de -1,49%.

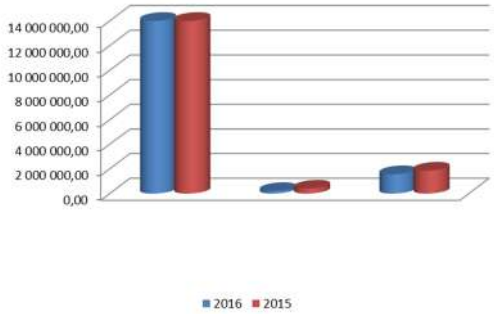


Gráfico nº. 51 - Estrutura de Custos e Perdas

9.2.3. Estrutura dos Proveitos e Ganhos

Verificou-se um acréscimo de 509.523,77€ nos Proveitos e Ganhos, o que se traduz numa diminuição de 2,56% relativamente ao exercício anterior.

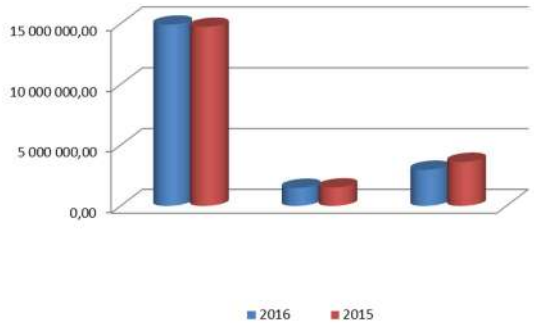


Gráfico nº. 52 - Estrutura de Proveitos e Ganhos

9.2.4. Resultados Operacionais - Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais

9.2.4.1 Custos e Perdas Operacionais

Os Custos e Perdas Operacionais resultam da atividade operacional da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, designadamente Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos ou Amortizações do Exercício. Em 2016 totalizaram 16.179.235,46€, destacando-se a rubrica Custos com Pessoal que representou 31,07% do total de Custos e Perdas. As Amortizações do Exercício representam 28,27%, sendo ainda de destacar os Fornecimentos e Serviços Externos com 24,70%, da totalidade dos custos.

Comparando a estrutura de custos operacionais nos exercícios económicos de 2016 e 2015 verifica-se claramente uma diminuição generalizada nos custos do exercício distribuída pelas restantes rubricas.

9.2.4.2. Proveitos e Ganhos operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais provenientes da atividade da Câmara Municipal de Portalegre totalizaram, em 2016, 14.909.314,96€, revelando um aumento de 178.897,17€ relativamente ao exercício 2015.

Para o acréscimo verificado ao nível dos proveitos e ganhos operacionais contribuiu principalmente o incremento operado na rúbrica de Vendas e Prestações de Serviços que registou um aumento de 215.756,30€.

9.2.5. Resultados Extraordinários – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários

Os Resultados Extraordinários de 2016 fixaram-se em 1.398.605,23€, traduzindo uma variação negativa, face a 2015, de 363.928,73€.

GRAFICOS	
Nº.	**DESIGNAÇÃO**
1	Diferença do número de trabalhadores 2015/2016
2	Taxa de distribuição de trabalhadores/género
3	Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria e género
4	Número de trabalhadores por modalidade da relação jurídica por carreira/categoria e género
5	Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria, estrutura etária e género
6	Género Masculino
7	Género Feminino
8	Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria, estrutura etária e género
9	Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria, antiguidade e género
10	Taxa de trabalhadores quanto às habilitações académicas
11	Número de processos disciplinares
12	Absentismo/carreira/categoria/género
13	Número de trabalhadores ausentes/motivo da ausência
14	Número de trabalhadores e ações de formação
15	Número de trabalhadores ausentes por motivo de formação
16	Número de trabalhadores e ações formação de Segurança e Higiene no trabalho
17	Número total de exames médicos/exames periódicos
18	Evolução do orçamento da Receita e sua Execução
19	Evolução das Taxas de Execução da Receita
20	Estrutura Interna das Receitas 2016
21	Evolução das Receitas (2006 – 2016)
22	Receitas Correntes
23	Evolução dos Impostos Diretos (2007 – 2016)
24	Impostos Indiretos no Período 2011 - 2016
25	Evolução das taxas, Multas e outras Penalidades no Período 2011-2016
26	Evolução das Transferências Correntes no Período 2011-2016
27	Repartição dos recursos publicos entre o Estado e a Autarquia - Evolução no periodo de 2011 - 2016
28	Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes
29	Desagregação da Venda de Bens e Prestação de Serviços
30	Repartição das Receitas de Capital 2016
31	Evolução da Venda de Bens de Investimento (2010 – 2015)
32	Evolução das Transferências de Capital (2011 – 2016)
33	Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução
34	Evolução das Taxas de Execução da Despesa
35	Repartição das despesas em 2016
36	Variação da Despesa Paga
37	Evolução da Despesa Corrente/Despesa de Capital (2006 – 2016)
38	Desagregação das Despesas
39	Peso das rubricas no total da Despesa Corrente
40	Evolução das Despesas com Pessoal nas suas Componentes
41	Contribuições para a Segurança Social
42	Aquisição de Bens e Serviços Correntes
43	Juros Pagos
44	Despesas de Capital
45	Evolução dos Passivos Financeiros (2010 - 2016)
46	Evolução da Divida
47	Evolução do Stock da Divida
48	Estrutura do Ativo
49	Estrutura do Imobilizado
50	Estrutura de Custos e Perdas
51	Estrutura de Proveitos e Ganhos

QUADROS	
Nº.	**DESIGNAÇÃO**
1	Alterações e Revisões Orçamentais 2016
2	Resumo de Execução Orçamental 2016
3	Evolução da Execução Orçamental 2015 / 2016
4	Evolução e Taxas de Execução da Receita e da Despesas Municipal
5	Evolução da Execução da Receita (2013 a 2016)
6	Evolução da Execução da Despesa (2013 a 2016)
7	Evolução dos Fluxos Financeiros
8	Regra do Equilíbrio
9	Mapa Fluxos de Caixa
10	Resumo Fluxos de Caixa
11	Resumo das Contas de Ordem
12	Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução
13	Execução das Receitas
14	Evolução da Receita 2015/2016
15	Execução Homóloga da Receita
16	Estrutura da Receita Executada em 2016
17	Receitas Correntes
18	Impostos indirectos
19	Evolução das taxas, Multas e outras Penalidades no Periodo 2011-2016
20	Rendimentos de Propriedade
21	Desagregação das Transferências Correntes
22	Desagregação da venda de bens e prestação de serviços
23	Receitas de Capital
24	Transferências provenientes do Orçamento de Estado
25	Execução do Orçamento da Despesa e sua Execução
26	Execução da Despesa
27	Despesa Corrente e de Capital
28	Desagregação da despesa global
29	Despesas Correntes
30	Despesas com Pessoal
31	Contribuições para a Segurança Social
32	Evolução do número de trabalhadores do Município
33	Evolução da despesa - Aquisição de bens e serviços correntes
34	Aquisição de bens correntes
35	Aquisição de serviços correntes
36	Transferências Correntes e Subsidios
37	Outras Despesas Correntes
38	Evolução das Despesas de Capital
39	Evolução Investimento Global
40	Estrutura do Investimento Direto
41	Transferencias de Capital (despesa)
42	Grandes Opções do Plano por Objetivo/Programa
43	Plano Plurianual de Investimento por Objetivo/Programa
44	Atividades mais Relevantes por Objetivo/Programa
45	Dívida do Município 2014- 2016
46	Evolução da Divida Total
47	Evolução do Stock da Divida
48	Apuramento do valor total da receita para efeitos de determinação do limite da dívida
49	Endividamento
50	Contributo de Entidades para a Divida do Município
51	Apuramento da Divida Total
52	Balanço
53	Variação do valor do Imobilizado
54	Ativo Circulante
55	Acréscimos e Diferimentos – Activo

56 Variação dos Fundos Próprios
57 Passivo
58 Acréscimos e Diferimentos (Passivo)
59 Demonstração de Resultados